INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 17 – Nº 9 – 15 DE SETEMBRO DE 1997 – R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

Prognósticos da safra de verão:
algum otimismo, muitas incertezas









- Déficit comercial: agricultura pode resolver?
- Salários rurais: 26 anos de acompanhamento
- Securitização: vem aí o vencimento da primeira parcela













FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE

ISSN 0100-4298

9 770100 429971 00009 >

Fórum Nac ona da Agricultura

Edição especial de outubro de *Agroanalysis*

Prezado companheiro do agribusiness,

O Fórum Nacional da Agricultura está por concluir seus trabalhos. Ainda no ano passado, o presidente Fernando Henrique instalou o Fórum, nomeando seu presidente o ministro da Agricultura e os coordenadores do setor privado, eu próprio e, pelo governo, o dr. Ailton Fernandez Desde então, foram muitos meses de estudos e debates, num esforço sincero e competente de diversos companheiros no sentido de entender os problemas das cadeias produtivas do



agribusiness e buscar soluções, sempre que possível, dentro das próprias cadeias.

Aproveito esta oportunidade para agradecer aos componentes do comitê organizador, aos coordenadores dos grupos temáticos e a todos os companheiros que, gratuita e espontaneamente, participaram das inúmeras reuniões, redigiram documentos, produziram estatísticas etc.

A meu pedido, a revista *Agroanalysis* veiculará, em outubro, uma edição especial dedicada ao Fórum Nacional da Agricultura, onde estarão registrados os relatórios de todos os grupos de discussão.

Não perca a oportunidade de conhecer os relatórios para poder depois conferir as mudanças, muitas delas já em curso.

Um abraço,

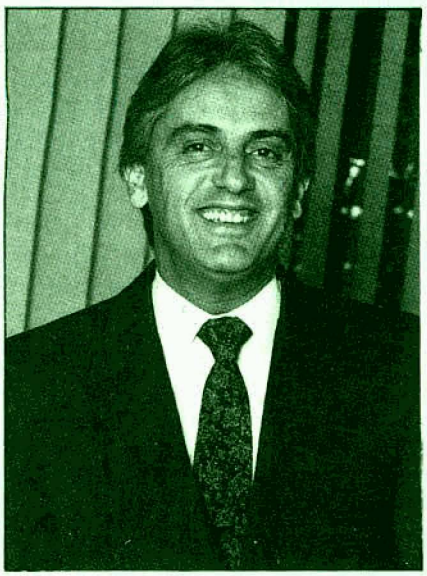
Roberto Rodrigues



Para anunciar, ligue:
Redação: (021) 536-9269
São Paulo: (011) 3061-9754
Brasília: (061) 226-5326
Rio de Janeiro e demais estados: (021) 240-8521
Autorizações: 3-10-1997
Material: 6-10-1997

NÃO FIQUE FORA DA EDIÇÃO ESPECIAL SOBRE O FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA

O Brasil não pode mais perder tempo



Nelson Mamede

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Coordenador do Grupo Temático de Comercialização do Fórum Nacional da Agricultura, Nelson Mamede defende instrumentos para fomentar as exportações brasileiras e avisa: "O Brasil está atrasado". Diretor de grãos e desenvolvimento da Sadia, Mamede acumula uma série de cargos ligados ao agribusiness brasileiro. Entre eles o de conselheiro do Programa de Estudos Nacionais do Sistema de Agribusiness (Pensa), da USP, vice-presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e conselheiro da Associação de Desenvolvimento Tietê-Paraná (ADTP).

Casado, com dois filhos adolescentes, Nelson Mamede formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Integrada Bennett, no Rio de Janeiro, com extensão na Universidade Bridget Port, em Connecticut, EUA, na área de commodities. Seus hobbies *são o vôlei e a natação. Mas seu sonho é ver o agribusiness brasileiro ocupando um lugar de destaque no mercado externo. "Pelo que sabemos, todo o que o agribusiness brasileiro pode vir a ser uma potência", afirma.*

Em entrevista à revista Agroanalysis, *Mamede lembra que o agribusiness brasileiro representa 7,3% do agribusiness mundial, "mesmo com todos os nossos problemas", enquanto o Brasil representa apenas 1% do comércio mundial. "O problema do Brasil não é produzir. É saber quando produzir, para onde produzir e por que está produzindo", alerta. Sem planejamento, segundo ele, não vamos chegar a lugar nenhum. "Chega de soluções tópicas, precisamos de soluções sistêmicas", avalia.*

■ *Os exportadores brasileiros estão preparados para aproveitar as oportunidades que vêm surgindo com a ampliação do comércio externo e com a globalização?*

— Acho que não. O Brasil sofreu um processo muito danoso. Primeiro, uma política que privilegiou a importação. O Brasil optou por um modelo de substituição da exportação pela importação, definindo o modelo estratégico da industrialização brasileira. Na minha opinião um modelo comodista em termos de pensamento estratégico. Como o país não precisava correr muito atrás dos mercados que se apresentavam, nós não criamos a marca Brasil no mundo. Ninguém conhecia os produtos japoneses, por exemplo, há alguns anos. Quando se criou o modelo exportador japonês, criou-se a marca Japão. Ocorre que o Brasil não tem uma cultura de exportação.

■ *Em alguns produtos, aliás, o Brasil conseguiu perder sua marca, como é o caso do café, não é verdade?*

— O caso do café é clássico. Éramos uma marca e passamos a ser uma commodity que integra os *blends*. Isso aconteceu com outros produtos, como o cacau brasileiro. No caso do suco de laranja, se manteve uma certa estrutura. Vende-se pouco aqui e mais fora do Brasil.

Não tendo criado sua marca nem sua cultura exportadora, o Brasil preferiu o modelo da industrialização rápida. Nunca tivemos representatividade externa, não havia até há pouco tempo uma formação específica para o comércio exterior. Fizemos o contrário do modelo moderno. O exportador brasileiro é apenas uma conseqüência das atitudes pouco estratégicas que o país tomou em relação a vender o próprio produto.

■ *A exportação dentro do modelo FOB evidencia este despreparo do nosso setor exportador?*

— Sem dúvida. *O Brasil não é um país que vende ao exterior, que possui uma mar-*

ca conhecida pelos consumidores finais. É um país onde alguns empresários compram alguns produtos. Não tem portanto uma identidade no mercado internacional. Raríssimos produtores de qualquer segmento do agribusiness brasileiro encontraram seus consumidores finais no exterior. Encontraram os intermediários, mas não aquele que consome o produto final. Os produtores e exportadores não têm idéia de para quem vendem, de qual cadeia de produção fazem parte etc.

O Brasil não criou sua marca nem sua cultura exportadora, ficou no conforto desse modelo de se industrializar rapidamente.

■ *Até porque o conceito de cadeia de agribusiness é muito recente no Brasil.*

— Acho que ainda não se sabe o que é cadeia produtiva. O conceito efetivo da cadeia, a vinculação e a necessidade de harmonizar as cadeias produtivas ainda não são conhecidos. Estamos apenas iniciando esse processo. E é absolutamente necessário que o Brasil passe a entender o que é a cadeia produtiva. Temos tido cadeias totalmente desarmônicas. Cada um tenta isoladamente resolver seu problema e todos reclamam contra o governo. As cadeias têm que se ajustar. Dentro da própria cadeia produtiva precisa haver uma discussão muito ampla, uma negociação que ainda está embrionária. Cada elo de uma cadeia produtiva precisa entender que há outros atrás dele e também à sua frente. E que cada elo é parte viva da célula que está em movimento. Cada setor tem que olhar não só para o seu negócio, mas também para trás e para a frente, sem perder de vista a si próprio. Sem falar do consumidor, o rei decretado pela nova era.

O que todas as cadeias produtivas têm que entender é que a chamada competitividade envolve muitas etapas. Atualmente o que se descortina é uma etapa só, a de custo. Só se fala nisso. Todo mundo está brigando para cortar custos. Mas isso é só uma etapa. É preciso equilibrar a relação de troca em níveis adequados, dentro das cadeias produtivas. Não jogar custos uns em cima dos outros. Não podemos ter a cada ano um elo da cadeia rico e outro pobre. Tem que haver harmonia, busca de interesses conjuntos, equilíbrio enfim. Por enquanto temos tentativas de transferir custos.

■ *O que seria necessário para que o Brasil se tornasse um exportador CIF?*

— O modelo FOB está ligado a uma cultura. Se sou comprado, não preciso de muito esforço para produzir. Trata-se de uma commodity anônima no mundo. Se vendo para o consumidor, a cultura é totalmente diferente. Nesta cultura coloca-se todo um *marketing*, um valor agregado ao produto, como no caso das frutas chilenas, do café colombiano etc. No modelo FOB desagregamos valor dos nossos produtos. Porque aquele que tem o produto final e vai burilar o nosso produto quer comprar sempre melhor e por menos.

Por exemplo, como é que o nosso frango custa US$1 o quilo no Japão e o japonês come este mesmo frango por US$15? Onde está este diferencial? Com quem vendeu direto ao consumidor. Isso ocorre em todos os mercados. Esse valor poderia ser pelo menos em parte apropriado pelo Brasil. A tendência da commodity é perder valor.

O principal para reverter este processo seria organizar o que temos em casa. Ainda olhamos a cultura da venda direta ao consumidor final de um modo oportunista. Qualquer aceno para o mercado interno, todo mundo volta a se acomodar na cultura FOB.

■ *Atender ao mercado interno e ao externo seriam objetivos conflitantes?*

— Aí é que está o ponto. Só vamos conseguir mudar essa cultura quando tivermos um só produto, um produto mundial. Querer atender ao mercado interno segregado do mercado internacional é não participar da globalização. Temos que ser os melhores. No processo de globalização, ou se é o melhor em nível mundial ou simplesmente se terá desagregação de valor, seja no mercado interno ou externo. O mundo hoje é uma coisa só. A massa e a velocidade de informações não permitem mais uma diferença qualitativa. Um consumidor no Brasil ou na Europa tem os mesmos desejos qualitativos.

■ *A globalização então encerra esta polarização entre mercado interno e externo? Neste novo momento os dois são um só. E as questões culturais, como ficam sob este aspecto?*

— Não há outro jeito, é isso mesmo. Só pode haver um frango, uma carne que são consumidos no mundo inteiro. A segmentação atende a questões culturais, ao *marketing* de cada um. Os mercados estão se segmentando, mas a qualidade é a mesma.

No próprio Brasil eu tenho certeza que vai haver uma forte regionalização. Não se pode mais olhar o país como um continente. Temos que começar a olhar para os vários pequenos países aqui dentro, cada um com sua excelência, com sua vocação, de acordo com os segmentos de maior competitividade. Não adianta andar de caminhão 2 mil quilômetros e querer competir com alguém que produz ao lado do consumidor.

■ *O senhor tem defendido a criação de uma Câmara Brasileira de Comércio Exportador. Por quê?*

— Em termos de globalização temos um atraso efetivo que tem que ser sanado urgentemente. Há medidas que deveriam ter sido tomadas há muito tempo. Mas o Brasil inflacionário obrigou todo mundo a operar dentro de um conceito puramente operacional, nunca com um planejamento estratégico, ao contrário dos outros países. Acho que só um tratamento quase de choque daria certo. Não podemos mais esperar.

Acho também que o agribusiness brasileiro pode ser uma potência. Hoje já representa 7,3% do agribusiness mundial, todo fechado e absolutamente incompetente, pois o país representa apenas 1% do comércio mundial. É digno de nota, portanto, o agribusiness do país representar mais de 7% do mundial, com todo o nosso não-progresso, nossa perda de renda agrícola etc. Levando em conta que o Brasil é a 9ª ou 10ª economia mundial, com apenas 1% do comércio mundial, temos todo um espaço para crescer. E não vai ser com meias medidas que va-

mos crescer. Alguém tem que ter um foco muito fechado no agribusiness brasileiro. A câmara vai ter esse papel. Ela terá o cuidado de resgatar o lado estratégico de forma rápida, porque os outros estão na frente. Temos ainda problemas internos para resolver, mas não podemos nos descuidar de acompanhar o mundo. Temos que recuperar esta defasagem.

■ *Quer dizer que esta câmara não cuidaria apenas da exportação, mas do próprio planejamento do agribusiness brasileiro?*

— Para termos uma exportação eficiente, precisamos de um mercado interno e de uma produção eficientes. A câmara deverá cuidar da organização interna do agribusiness em paralelo com o desenvolvimento do mercado externo. É um conjunto de atitudes que temos que tomar e que outros países já tomaram.

■ *Como seria o funcionamento dessa câmara? A participação do setor privado teria que ser majoritária? Politicamente, isso é viável?*

— Nas discussões sobre competitividade, uma das questões que sempre vem à tona é o estudo das políticas públicas. Não é mistério nenhum que os governos têm que se adequar ao tamanho de sua capacidade operacional. Não há mais aquele Estado expansionista nem ator principal dos mercados. Nessas condições, ele não é o mais indicado para tomar conta de uma política externa de comércio abrangente como esta, ainda mais levando em conta a nossa defasagem nesse particular. O Estado tem que ser parceiro.

O setor privado, que já demonstrou capacidade para deter 7,3% do agribusiness mundial, apesar de tudo que atravanca sua atuação, deveria ter na câmara a oportunidade de ter um desempenho similar ao de seu dia-a-dia.

O problema é que o Estado precisa de um tempo para se adaptar também. Precisamos entender que a posição do governo envolve muitas dúvidas em um momento como este. Mas há excelentes exemplos. Uma das propostas que estamos apresentando, entre muitas outras, tem base no modelo holandês, onde há a figura do adido agrícola, para dar visibilidade externa ao país.

■ *Qual seria a diferença entre um adido e um representante comercial?*

— Para mim, essa questão é semântica. É necessário que atenda ao objetivo. O nome pouco importa. A missão da pessoa que estiver nessa função será traduzir em informações e oportunidades para o Brasil as modificações que captar no mundo. Seria algo como aquele homem avançado do exército, que vai na frente, e traz informações estratégicas para o país. Esta é uma função técnica por excelência, não de negociador, mas de captador de oportunidades. Alguém que interprete as modificações estruturais que estão ocorrendo no mundo de modo a permitir ao país uma atitude mais ativa. Por causa de uma atitude errada, o Brasil é somente reativo. Primeiro o mundo toma as decisões e depois o Brasil corre atrás. E isso quando fica sabendo o que o afetou.

Ainda não se sabe o que é cadeia produtiva.

■ *A representação externa seria uma das premissas de funcionamento dessa câmara? Quais seriam as outras?*

— Sim, o adido ou representante comercial é uma das premissas. As outras são tão claras e simples como esta. A câmara tem que ser um órgão decisório e não consultivo, por exemplo. Sei que isso é polêmico. Que tipo de atitude decisória ela terá? O comércio exterior é hoje uma atividade fracionada dentro do governo. Existem áreas de comércio exterior no Ministério do Planejamento, outras no da Agricultura, outras ainda na Indústria e Comércio, na Fazenda, na Receita Federal, no Ministério das Relações Exteriores. Seria preciso um outro conceito, um conjunto de ações. Talvez tivéssemos que ter um órgão governamental supraministerial, que harmonizasse as propostas e soluções no nível do governo e que trabalhasse em conjunto com essa câmara.

■ *Então o próprio conceito de agribusiness dentro do governo é igualmente dividido entre vários ministérios. Isso seria de certa forma um fracionamento da cadeia produtiva em termos de gestão?*

— É o espelho. Cada um pegou seu pedacinho e não entendeu que se trata de uma cadeia de produção que precisa funcionar harmonicamente. É como um corpo humano, cujos movimentos têm que ser harmônicos. O que ocorreu no agribusiness brasileiro foi o contrário. Um pegou o braço, outro a perna, e cada um tenta fazer toda a função do corpo. De acordo com o objetivo de buscar a harmonização, essa câmara teria que ser na verdade tripartite. Teria que contar com iniciativa privada, governo e setores acadêmicos. Não podemos deixar o setor acadêmico de fora, porque ele tem a essência das formulações, o insumo básico, as cabeças para formular políticas em conjunto com outros setores. E tem que participar como parte do processo decisório. Não podemos nos dar ao luxo de excluir aqueles que têm o conhecimento. Só assim teremos um Brasil de números, de estatísticas e não mais de *achismos*. O Brasil opera assim: "minha história diz que nos últimos 20 anos... Por isso eu acho..." Funcionamos assim, no *achômetro*.

■ *E quais seriam as ações mais imediatas a cargo da câmara?*

— Não temos mais tempo a perder. Na verdade, sabemos o que tem que ser feito. Temos que fortalecer as regras multilaterais de comércio multinacional, por exemplo. Temos que tratar de forma sistêmica os problemas de tarifas, normas sanitárias e outros que afetam nossa atuação, e não de forma esporádica, como ocorre atualmente. Não é um setor ou outro, não é um segmento ou outro, mas o país que tem que tratar com atenção estes temas. São temas básicos, que não podem mais ser deixados para depois.

■ *Sua sugestão de um sistema de juízo arbitral está embutida nessas ações de curto prazo?*

— Não, essa proposta está mais voltada para a organização do nosso mercado interno. Não se pode exigir da justiça comum que ela perceba as nuanças do mercado. O que acaba ocorrendo, no atual contexto, é que são necessários 10 anos para resolver uma questão puramente técnica, que poderia ser resolvida em um mês. Os juízes desse siste-

ma de juízo arbitral seriam os próprios membros do mercado. Eles poderiam decidir qualquer causa referente a esses mercados e encontrar soluções rápidas. Cada elo da cadeia produtiva montaria seu sistema de juízo arbitral próprio. E não há pior condenação do que aquela entre pares, porque a justiça comum pode até condenar alguém, mas isso não repercute tanto quanto a condenação dentro do próprio meio em que o sujeito atua. Estes são os maiores argumentos em defesa de um sistema de juízo arbitral próprio para o agribusiness: a desgraça no seu próprio meio repercute muito mais e coíbe muito mais novos delitos. O outro motivo seria a agilidade nas decisões.

■ *Isso não envolveria um sistema burocrático?*

— Ao contrário. Cada árbitro continuaria com sua atividade. Os árbitros se reuniriam em locais escolhidos pelos pares regionalmente, sem sede própria, e a condenação ou o veredicto sairia em duas folhas de papel, tudo sem tomar muito tempo. É algo absolutamente sem custo e sem burocracia. Essa proposta está sendo apresentada à sociedade através do Fórum Nacional da Agricultura.

■ *Quais são as expectativas em relação ao Fórum Nacional da Agricultura? Muitos críticos dizem que já viram esse filme... O que a inciativa privada fará para viabilizar suas proposições?*

— Uma coisa que diferencia esse fórum de outras tentativas do gênero. Certamente temos prateleiras e gavetas inteiras com estudos sobre o Brasil; já se reuniram muitas cabeças valiosas para realizar projetos e estudos numerosos focalizando diversos temas. O que diferencia esse fórum é que nele, pela primeira vez, se tem o entendimento do que seja a cadeia produtiva. Isso já se enraizou definitivamente como conceito entre os que estão envolvidos nesse processo. Um segundo ponto que o diferencia é a sensibilidade de que não é o governo o culpado de todas as mazelas. A própria cadeia produtiva tem sua parcela de culpa e os problemas só serão resolvidos mediante entendimentos dentro dessa cadeia. Isso nunca tinha acontecido. Já existe, portanto, um movimento de reconhecimento, de *mea culpa* em cada elo das cadeias produtivas. Temos que ver até que ponto estamos maduros para nos conscientizar disso e resolver os estrangulamentos intracadeias.

■ *Mas esse processo de harmonização dentro das cadeias produtivas não amadurece rapidamente. Como conciliar isso com a necessidade de avanço acelerado?*

— Essa é uma questão que eu me pergunto todo dia. Acho que estamos num processo de semeadura. Nós não podemos ainda dizer que o processo está resolvido, nem que esse fórum, dure o tempo que durar, dará solução a essas questões. O que eu quero dizer é que há uma diferença que já é um passo importante. A cadeia já se reconheceu. Temos 35 grupos temáticos dentro do fórum e até um setor que não se imaginava tão consciente, como apicultura, mostrou uma capacidade fantástica de se expor, de se auto-analisar. Isso prova a necessidade desse fórum.

Claro que para chegar a um nível de entendimento perfeito dentro da cadeia produtiva, àquele equilíbrio necessário dentro das relações de troca intracadeia, ainda leva tempo. Teremos muitas tentativas, muitos enganos, muitos problemas pela frente. Sem dúvida é um processo demorado.

O governo não é o culpado de todas as mazelas. A própria cadeia produtiva tem sua parcela de culpa.

■ *Por que a Companhia Nacional de Registros (CNR), criada em 1996, ainda não saiu do papel?*

— A CNR é uma empresa para atuar em contrato mercantil, físico, e um componente fortalecedor dos mercados futuros. E ocorre que a CNR está emperrando onde emperraram outras iniciativas: em conseguir organizar sistemicamente o mercado interno. A CNR é imprescindível ao mercado, pois diz qual é o tamanho desse mercado. Se alguém me disser que consegue gerenciar seu negócio sem saber o seu tamanho, eu desconfio. Não é possível gerenciar sem conhecer o próprio mercado. No Brasil, todos acham que conhecem; é o famoso *achômetro* brasileiro. Não temos estatísticas, não temos bases numéricas, temos o "eu acho".

A CNR é um instrumento que define o tamanho do mercado, seu grau de exposição, o que facilitaria aos bancos dar financiamentos e tirar do setor essa pecha de mercado de risco que envolve os mercados de commodities. A CNR permitiria ainda uma transparência de preços. Não é possível, como ocorre hoje, que continuemos a comprar o mesmo produto, no mesmo lugar, no mesmo dia, com preços diferentes. E isso acontece.

■ *É o mesmo problema que emperra o desenvolvimento dos mercados futuros?*

— Exatamente o mesmo, com uma particularidade, que é a falta de organização do mercado físico. Se não organizarmos primeiro o mercado físico, o mercado futuro encontrará cada vez mais dificuldade. O mercado futuro tem uma atuação tanto mais forte quanto mais for apoiado e organizado no mercado físico, porque ambos são complementares. O mercado físico trata do produto desde quando vai ser plantado até o consumo; o mercado futuro é o farol que dá a direção dos preços de longo prazo, permitindo o planejamento empresarial do mercado físico ao longo dos meses subseqüentes. Coisas distintas, mas absolutamente complementares.

■ *Quais as modificações legais e estímulos necessários ao desenvolvimento dos mercados futuros de commodities no Brasil? Ou seria algo mais ligado a uma mudança de cultura empresarial?*

— As duas coisas. Temos o lado cultural e temos o lado legal. O Brasil não permite, por exemplo, capital estrangeiro entrar no país para fazer uso do mercado futuro com liberdade. Isso tem que mudar. Os investidores vão para Chicago. E o preço brasileiro passa a ser o de lá, o que é um grande desastre: a direção dos preços de produto brasileiro vir de fora do país.

■ *A precariedade das estatísticas oficiais brasileiras também não seria um problema, do ponto de vista da organização dos*

mercados, tanto físico quanto futuro? E as empresas, têm estatísticas próprias?

— Não, as empresas não têm também números confiáveis. E, sem dúvida, a questão da precariedade das informações e estatísticas oficiais é um problema dos mercados e das empresas. A única estatística que se conhece no Brasil é a do IBGE. Fora isso, só o USDA. Quer saber algo sobre o Brasil? Liga para lá. Aqui não existem nem estatísticas oficiais nem privadas.

Essa precariedade deveria ser compensada com estudos, programas em cada cadeia produtiva, cada uma gerando suas informações. As associações também. A própria Abag deveria ter um lado estatístico confiável, complementado pelos números oficiais, por exemplo.

■ *Mas se cada cadeia produzisse suas próprias estatísticas, não estaríamos em breve em meio a uma guerra de números, especialmente em cadeias de produção que se cruzam, como as de grãos e as de carnes, por exemplo?*

— Tomando o exemplo dos EUA, não precisamos criar nada. O milho cruza com tudo lá, há vários níveis de estatísticas e elas não se chocam, ao contrário. Há pouco tempo estive conversando com o consultor americano de uma empresa que fornece estatísticas. Perguntei a ele qual o portfólio dos clientes, e havia uma lista enorme de restaurantes entres seus clientes. Por quê? Perguntei o que é que os restaurantes estavam fazendo na lista, e ele me respondeu que os restaurantes contratavam o serviço pela mesma razão pela qual eu contrato. Eles querem saber o que vai acontecer com os mercados de milho, soja, trigo etc., querem saber qual a disponibilidade, quais as conseqüências desses números nas cadeias de proteínas etc. E preparam os cardápios com base nessas informações. É algo altamente profissional. Por que não podemos pelo menos começar a trabalhar dessa forma dentro de nossas cadeias produtivas?

No mundo nada se faz fora do conceito de cadeias produtivas e de suas implicações intracadeias e intercadeias. Das empresas aos restaurantes, passando por todos que lidam com os mercados, todos precisam de números e de prognósticos confiáveis.

■ *Há demanda internacional capaz de absorver a esperada ampliação de nossa produção?*

— Em 1980 fui entrevistado pela BBC de Londres, quando o Brasil produzia 15 milhões de toneladas de soja. A pergunta foi a mesma. O repórter me perguntou: se o Brasil dobrasse sua produção de soja não estaria acabado? Respondi que não, e mais: disse que se o Brasil triplicasse sua produção, ainda assim teríamos espaço.

Temos 35% da área agricultável do mundo, temos tecnologia para desenvolver variedades e condições especiais. Somos o país potencialmente mais competitivo do mundo. E podemos ter tantas quantas forem as tonelagens possíveis, dentro de um planejamento, e teremos mercado. Mas é preciso planejamento.

Os EUA produzem 300 milhões de toneladas de trigo, duzentas e tantas de milho, 60 milhões de toneladas de soja; daí a produção cai dramaticamente no sorgo, na aveia, para 5 ou 6 milhões de toneladas. E por que isso? Porque há um planejamento de produção. O Brasil pode dobrar, triplicar, quintuplicar sua produção, mas precisa saber por que está fazendo isso e qual o grau de competitividade do país. Em produtos que precisam de escala, por exemplo, o Brasil não perde para ninguém.

O problema do Brasil não é produzir. É saber quando produzir, para onde produzir e por que se está produzindo.

■ *Como aumentar essa capacidade produtiva e manter a renda do produtor, sem apelar para instrumentos clássicos como os subsídios etc.?*

— Existem formas muito fáceis e claras de se fazer isso. É ponto básico manter a renda do produtor. Os EUA praticam essa política desde 1929. O pressuposto básico era e é a garantia da renda do produtor — o que não significa encher o preço do produtor. Temos é que criar o produtor mais competitivo do mundo. Ao invés, por exemplo, de querer produzir 4 mil quilos por hectare para fazer o preço do milho a US$5, por que não aumentar essa produtividade e garantir o preço? Por que US$5 com 4 mil quilos é uma coisa, e com 9 mil quilos é outra?

Precisamos resolver alguns problemas, como os do custo Brasil, da falta de pesquisa etc. Resolvidas coisas como estas, vamos colocar os produtos brasileiros na mesa dos consumidores mundiais. Apesar do excesso de produção de alguns anos atrás, existem 800 milhões de pessoas com fome no mundo. Mercado há. Podemos produzir o que quisermos, mas precisamos produzir bem e vender bem, desde que isso seja feito através de distribuição e planejamento. O problema é saber quando produzir, para onde e por quê. Produzir grãos e vender para dois ou três países sem chegar ao consumidor final é meio complicado. Exportar com modelo FOB é complicado.

■ *O senhor falou do custo Brasil. Um dos grandes problemas brasileiros é o custo de frete, das regiões produtoras ao destino. É realmente um problema muito sério, e quais as soluções?*

— É um problema assustador, realmente. Mas por que apontar o frete como o grande problema? Porque representa 30% do produto, por exemplo. Então se resolvermos este problema estaremos salvos? Não, porque seria mais uma vez resolver problemas pontuais. Vemos em um ou outro problema a causa e a panacéia. Ora são os portos, ora o frete, ora os juros; nunca se consegue ver o todo. O Brasil é grande demais para meias soluções. Uma das soluções é regionalizar, dar a cada pólo produtor condições de trabalhar regionalmente. Podemos também minimizar o problema do transporte, fazendo o multimodal, com hidrovias, ferrovias, isso é obrigatório. Mas o fato é que precisamos de soluções sistêmicas e planejadas. As pessoas não vêem que resolver um problema ou outro isoladamente não vai ser a solução. Não são só os juros, só o frete, só os portos, só os tributos. É o todo que tem que ser pensado e solucionado para que possamos ser competitivos mundialmente.

Entrevista de PATRÍCIA CARVALHO

CARTAS

Estudo sobre coco em Agroanalysis

✉ Decorridos oito meses da publicação do artigo sobre importação de coco, ainda hoje ela tem repercussão. Queremos destacar que a Asbracoco iniciou uma campanha de divulgação, junto aos secretários de Saúde dos estados, das denúncias já formuladas aos ministros da Saúde e da Agricultura.

Agroanalysis elaborou um excelente texto sobre coco, abrangendo todos os aspectos, com boa repercussão entre os órgãos de imprensa e principalmente junto às autoridades competentes, no que concerne ao controle fitossanitário da entrada de coco importado no país.

O estudo em referência motivou a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde a solicitar à associação, no último mês de janeiro, informações mais detalhadas sobre o coco importado das Filipinas e do Vietnã.

Maria José Lins
Associação Brasileira
dos Produtores
de Coco — Asbracoco
Recife, Pernambuco

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

E-mail: assine@fgv.br
LIGUE GRÁTIS: 0800-21-7777

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho e labag), Eliana C. B. Leite (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amin, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool)

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Capa:
Osvaldo Moreira da Silva

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ilana Sender, Victor Cezar Santos Teixeira.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecilia Barbosa, Eliane dos Santos Botelho, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021)536-9269 — Fax: (021)536-9207 — e-mail: caique@fgv.br

Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tel.: (021) 240-8521 — Tel. e fax.: (021) 220-3823; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV
Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

VISITE NOSSA HOME PAGE
http://www.fgv.br

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Diretor-geral interino: Jorge Oscar de Mello Flôres

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Dualibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com: Nelson Mamede**

6 **Cartas**

7 **Carta verde**

8 **Especial: Déficit comercial — agricultura pode resolver o problema**
André Pessôa

11 **Especial: A guerra dos subsídios agrícolas**
Luiz Antônio Pinazza

14 **Especial: A Alca e a regionalização na América Latina**
Fernando Roberto de Freitas Almeida

18 **Especial: Salários rurais: 26 anos de acompanhamento**
Maria José Cyhlar Monteiro

20 **Especial: China: algumas projeções para 2005**
Maria José Cyhlar Monteiro

22 **Opinião: Lei de cultivares — ainda em questão**
José Cordeiro de Araújo

24 **Conjuntura do agribusiness:**

- 24 **Arroz — perspectivas favoráveis**
  Eliana Conde Barroso Leite
- 26 **Feijão — à espera de El Niño**
  Eliana Conde Barroso Leite
- 28 **Milho — retração à vista**
  Irene Raguenet Troccoli
- 30 **Soja — cresce o plantio da soja**
  Fernando Roberto de Freitas Almeida
- 32 **Securitização — na hora do plantio**
  Luiz Antônio Pinazza
- 34 **Cacau — uma história de altos e baixos — I**
  Thomas Hartmann
- 36 **Fator climático — a volta de El Niño**
  Fernando Roberto de Freitas Almeida
- 38 **Setor sucroalcooleiro — mudanças radicais modificam comportamento setorial**
  Joaquim Villanova
- 39 **Indicador do preço do milho — previsão de alta para o fim do ano**
  Edgar Costa Filho, Irene Raguenet Troccoli e Rogério Ferreira de Souza

40 **Índice FGV/Abag**

42 **IBGE — Síntese estatística**

43 **Oferta e demanda**

44 **Estatísticas agropecuárias**

49 **Legislação agrícola**

54 **Panorama agropecuário**

58 **Panorama internacional**

60 **Janela aberta**

CARTA VERDE

Agroanalysis no Fórum Nacional da Agricultura

A agricultura brasileira prepara-se de novo para o plantio da safra de verão. Este é um momento bastante delicado, quando milhares de agricultores lançam à terra uma verdadeira fortuna sob a forma de insumos e esperam, com muito trabalho e mais dispêndios, que as condições gerais venham favorecer o desenvolvimento adequado da safra.

Este ano, há um problema novo a conturbar, ainda mais, o momento do plantio. O pagamento da primeira parcela da securitização, cujo vencimento ocorrerá em outubro próximo, concorrerá com o plantio na disputa pelos parcos recursos disponíveis nas mãos do produtor. O total de dívidas securitizadas monta a 80 milhões de toneladas de grãos. Haverá recursos suficientes para plantar uma nova safra e, ao mesmo tempo, recolher aos bancos o equivalente a 1/7 de uma safra de verão?

Nos últimos anos, a agricultura brasileira tem encolhido ou, pelo menos, tem crescido bem menos do que seu potencial. A comparação da área plantada com cereais e oleaginosas apresenta recuo de cerca de 6 milhões de hectares, nos últimos 10 anos (p. 32). Uma parte importante desse recuo é explicada pela ação (ou omissão) do governo federal. É decorrência do câmbio sobrevalorizado, da carga tributária elevada sobre o setor, de subsídios nos países concorrentes e dos juros extremamente elevados. É decorrência também do descaso com que se tratou a questão da dívida da agricultura até 1995, entre inúmeros outros fatores que poderiam ser listados.

Mas, aos poucos e em ritmo bem mais lento do que se desejaria, as coisas começam a mudar. O governo tem sido coerente em seu objetivo explícito de se afastar da comercialização agrícola. À exceção do trigo e do milho — este somente no Centro-Oeste —, para os quais ainda há elementos de proteção claramente justificáveis, não há mais governo na comercialização agrícola, no que se refere aos antigos instrumentos de apoio.

De outro lado, o governo tem promovido ações de grande potencial de impacto que revelam uma nova forma de amparar os investimentos em agricultura. É o caso, por exemplo, da recente desgravação do ICMS nas exportações de produtos agrícolas *in natura*. Outro exemplo de apoio sem intervenção comercial foi a criação do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira e dos conselhos (o primeiro ministerial e o segundo integrado pela iniciativa privada) que se encarregarão de formular a política comercial para o açúcar e o álcool.

Iniciativa semelhante foi a criação do Fórum Nacional da Agricultura, o qual reúne, sob a inspiração do presidente da República, governo e iniciativa privada com o objetivo explícito de identificar problemas e formular soluções viáveis e compatíveis com os demais objetivos governamentais para a questão agrícola brasileira.

Em outubro, o fórum concluirá seus trabalhos. Os relatórios finais de todos os seus grupos temáticos serão entregues ao presidente e, posteriormente, transformados em medidas concretas. A edição de outubro de *Agroanalysis* será dedicada a esse tema. Já estamos trabalhando para produzir sínteses de todos os relatórios finais. Será mais um serviço da *Agroanalysis* a seus leitores. É guardar a revista para depois conferir o que foi posto em prática e o que não saiu do papel.

Déficit comercial — agricultura pode resolver o problema

ANDRÉ PESSÔA

Nos dias atuais, não há conversa entre economistas brasileiros que não acabe girando em torno da polêmica restrição externa a ser enfrentada pelo Plano Real nos próximos anos. O sucesso da estabilização brasileira depende hoje da capacidade do setor exportador de gerar, no tempo adequado, as divisas que reequilibrem nossa balança comercial. Por enquanto, a farta liquidez do mercado internacional de capitais favorece e financia o desequilíbrio em nossas contas externas, mas eventos como as crises do México, em 1995, e da Tailândia, nas últimas semanas de julho, colocam a questão: vai dar tempo? Até mesmo autoridades governamentais já confessaram que essa é uma aposta que o Brasil está fazendo; e ninguém sabe prever o resultado.

É consenso que as exportações não estão reagindo da forma que se esperava e que seu crescimento nos últimos dois anos está fortemente vinculado aos preços das commodities, principalmente agrícolas. A discussão quase sempre é sobre como agregar valor aos nossos produtos exportados e como aumentar a participação de produtos manufaturados na nossa pauta. Afinal, "é uma vergonha que apenas o setor agrícola melhore ano a ano sua *performance*", frase freqüente no repertório de respeitados economistas.

Por essa razão, é comum observar medidas de apoio a investimentos de empresas transnacionais, como as do setor automotivo que, ao implantar/ampliar suas bases no país a fim de explorar o mercado doméstico, poderiam, pela lógica da escala e da globalização, destinar uma parte de sua produção ao mercado externo. Também podem ser observadas ações governamentais para conferir competitividade a setores que possam atenuar a entrada de produtos importados, como no caso do setor têxtil, mesmo que mirabolantes esquemas de facilidades fiscais tenham que ser montados pelos estados destinatários de tais investimentos. Enfim, toda a engenhosidade dos nossos melhores técnicos e o melhor esforço do nosso governo têm sido colocados à disposição do setor industrial brasileiro para que nossas exportações de manufaturados possam crescer no ritmo desejado.

O que é óbvio, mas que muitos não conseguem ou não querem ver, é que não há demérito algum em exportar commodities agrícolas, processadas ou não, pois um dólar advindo de exportação de soja em grão ou frango vale tanto quanto um dólar procedente da exportação de carros ou roupas. Aliás, países ricos e industrializados, como EUA, Canadá, França, Austrália e até mesmo nossa vizinha Argentina, têm na exportação de commodities agrícolas boa parte de suas receitas cambiais.

A principal lição que a festejada globalização trouxe à economia dos anos 90 é a revitalização de dois conceitos básicos: alocação eficiente de recursos e vantagem comparativa. Já na primeira aula de qualquer curso básico de economia se aprende que economia é a ciência ou arte, como querem alguns, que estuda a alocação eficiente de recursos escassos para fins alternativos. Ora, já que não temos recursos em abundância para incentivar todos os setores econômicos, deveríamos privilegiar aqueles em que é maior a nossa vantagem comparativa.

Algumas poucas informações sobre o mundo agrícola atual bastam para evidenciar nossa vantagem comparativa nessa seara e qual o mercado potencial a ser explorado (ver tabela abaixo).

Taxa de utilização e volume de terras potencialmente agricultáveis em regiões consideradas as menos desenvolvidas do mundo

Região	Taxa de utilização %	Área disponível (milhões de hectares)
América Central	48	39
América do Sul	15	695
África	21	621
Sudoeste da Ásia	143*	0
Sudeste da Ásia	92	8
Ásia Central	89	11

Fonte: FAO.
* Nessa região, são utilizadas para agricultura terras consideradas inaptas, tais como morros e aterros, o que explica o percentual superior a 100.

ANDRÉ PESSÔA é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa — UFV/MG (1990) — e mestre em economia agrícola pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Esalq/USP (1996). Sócio consultor da Agroconsult — Engenharia de Levantamentos, Consultoria e Projetos Ltda.
E-mail: andre.pessoa@ibm.net

Boa parte dos solos considerados na tabela da página anterior só presta para reflorestamento, pastagens ou agricultura irrigada. Áreas relativamente planas, com precipitação e temperatura adequadas ao cultivo de sequeiro, só existem praticamente em duas regiões: as savanas africanas e o cerrado brasileiro. Nunca é demais lembrar que as pouquíssimas áreas ainda disponíveis na América do Norte, Europa e Oceania enfrentam fortes restrições ambientais a seu uso.

A região de savanas, na África, não deverá ser incorporada ao processo produtivo moderno até que hutus e tutsis, entre tantas outras etnias, resolvam suas diferenças. O cerrado brasileiro tem 250 milhões de hectares, dos quais 112 milhões são potencialmente aráveis. A Embrapa considera apenas 90 milhões e o Ministério da Agricultura reduz essa área para 45 milhões de hectares quando considera as restrições ecológico-ambientais existentes hoje. Com todos esses descontos, podemos dizer que essa extensão de terras prontamente agricultáveis representa um verdadeiro Carajás agrícola. Apenas para se ter uma idéia do que isso representa em termos de potencial, vejamos o que poderia ser produzido utilizando-se apenas 20 milhões de hectares, menos da metade do potencial, e uma área facilmente aproveitável num horizonte de 10 anos. Não se considera aqui a hipótese de plantar numa mesma área uma safra de verão (soja) e outra de inverno (milho), como aliás já se faz com sucesso na região.

Com 10 milhões de hectares de milho podem-se produzir 37 milhões de toneladas, considerando a atual produtividade do Mato Grosso, que é de 3.700kg por hectare. Esse volume é igual à safra brasileira atual. Além disso, nos 10 milhões de hectares restantes podem-se produzir 27 milhões de toneladas de soja, o que também representaria uma safra brasileira atual. Aos preços atuais da soja em grão (US$250,00 por tonelada) e do milho (US$100,00 por tonelada) no mercado internacional, a exportação desses volumes geraria uma receita de US$10,45 bilhões, algo próximo do déficit projetado para a balança comercial brasileira este ano.

Mas se o problema é agregar valor às exportações, então esmagando-se toda essa soja podem-se produzir 5,13 milhões de toneladas de óleo de soja, uma vez e meia a atual produção brasileira, além de 21 milhões de toneladas de farelo de soja, também uma vez e meia a produção brasileira atual. Usando-se 15,85 milhões de toneladas desse farelo junto com 37 milhões de toneladas do milho acima, pode-se dispor de 52,85 milhões de toneladas de ração básica para a alimentação de frangos. Com esse volume de ração, considerando uma conversão alimentar de 2,05kg de ração para cada quilo de frango produzido, podem-se produzir 25,8 milhões de toneladas de carne de frango, seis vezes a produção brasileira prevista para 1997.

A exportação desses produtos (5,13 milhões de toneladas de óleo de soja, 25,8 milhões de toneladas de carne de frango e 5,15 milhões de toneladas de farelo de soja não usado para ração) aos preços médios praticados nas exportações brasileiras em 1996 pode arrecadar os valores constantes da tabela a seguir.

Observadores mais atentos a essa altura já devem estar sugerindo que, não havendo mercado para absorver esses grandes volumes, tal exportação não se realizará e, mesmo que haja mercado, os preços praticados não serão os atuais. De fato, 37 milhões de toneladas é um bocado de milho; mas basta que a China mantenha por mais cinco anos a taxa média de crescimento do consumo de milho que apresentou nos últimos 10 anos (5,2% ao ano) para que sejam demandados mais 37 milhões de toneladas. No caso da soja, seriam necessários mais seis anos com a mesma taxa média de crescimento dos últimos 10 anos, de 18,4 % ao ano, para absorver na forma de farelo os 27 milhões de toneladas que seriam produzidos anualmente nos cerrados brasileiros.

Brasil — potenciais de exportação agrícola

	Preço (US$/t)	Receita potencial (bilhões de US$)
Farelo de soja	242	1,246
Óleo de soja	534	2,739
Frango	1.479	38,158
Total		42,143

E quanto ao frango? Afinal, adicionar ao consumo 25,8 milhões de toneladas de frango equivale a multiplicar por cinco e meio o atual mercado chinês de frango. Embora hercúlea, essa tarefa não parece impossível, quando se observa que cada chinês do continente come atualmente 4,6kg de frango por ano, mas em Hong Kong comem-se 43kg por habitante ao ano. Considerando que os chineses do continente são 1,25 bilhão, seria necessário que o consumo médio passasse para 25,2kg/habitante/ano para absorver o adicional de 25,8 milhões de toneladas. Para isso seriam necessários 12 anos com a mesma taxa de crescimento do consumo de frango apresentada na China entre 1990 e 1997, que foi de 16% ao ano. E os preços? É verdade, os preços cairiam, mas como o nosso frango apresenta o menor custo de produção do mundo (cerca de US$500 por tonelada), os países que hoje competem com o Brasil no mercado externo seriam obrigados a aumentar consideravelmente o volume de subsídios aos seus produtores para continuarem competitivos nesse mercado, possibilidade remota após a Rodada Uruguai. É a tal da vantagem comparativa.

Um bom argumento contrário ao potencial de crescimento do mercado para nossas exportações é que a agricultura chinesa mostrou-se exuberante nas últimas duas décadas, tanto que sua produção de milho permitia, até bem pouco tempo, sua participação no mercado como exportador e sua avicultura há anos é a que mais cresce no mundo. Tudo isso é verdade, mas o limite está próximo, pois a China só dispõe de 13% de planícies e cada vez mais fábricas e habitações concorrem com as atividades agrícolas por esse espaço.

Elevar a produtividade poderia ser uma saída, se esse recurso já não tivesse sido usado. Hoje em cada hectare cultivado na China são produzidos 4,4 mil quilos de grãos, ao passo que nos EUA, líder inconteste de tecnologia, esse número é de 5,1 mil quilos por hectare cultivado. Considere-se ainda que a tendência é que a China passe a explorar sua área agrícola cada vez mais com produtos de maior valor agregado

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE

GERENTE COMERCIAL
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgv.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP: 04698-970
Tel. e fax: (011) 3061-9754

BRASÍLIA
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP: 71520-230
Tel.: (061) 226-5326
Fax: (061) 226-1824

RIO DE JANEIRO E DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 sala 423
CEP: 25010-140
Tel. e fax: (021) 240-8521

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

por unidade de área, caso de frutas, legumes e verduras, em detrimento da produção de grãos. O próprio governo chinês, que até 1996 planejava suprir 100% de suas necessidades de grãos com produção própria, já trabalha com uma meta, dificilmente atingível no longo prazo, de 92% de auto-suficiência.

Outro argumento contrário ao crescimento acentuado de nossas exportações agrícolas reside, não sem razão, na possibilidade de o mercado doméstico se configurar ao longo dos próximos anos num voraz consumidor de alimentos, pagando inclusive preços acima da paridade internacional. Acredita-se que, dada a forte elasticidade-renda da demanda de alimentos no Brasil, um crescimento do PIB em torno de 6% ao ano promoveria aumento da base de consumo (crescimento horizontal), com a incorporação de novos consumidores, haja vista que o atual modelo de crescimento da renda no Brasil apresenta a virtude da melhor distribuição. Também haveria tendência de aumento do consumo de alimentos mais nobres (proteínas animais, frutas, legumes e verduras) e com maior valor agregado (sucos prontos, derivados lácteos e alimentos prontos para consumo), caracterizando-se um crescimento vertical.

Dois pontos devem ser colocados diante dessa possibilidade: o Brasil pode aumentar sua área plantada além da quantidade usada no exercício acima, passando a atender o crescimento tanto do mercado externo quanto do doméstico; e se o país passar a crescer à taxa de 6% ao ano, por certo a restrição externa já terá sido superada, contando com a ajuda da agricultura. Pode-se concluir que o caminho traçado para a agricultura brasileira nesse exercício considera o cenário mais conservador para o mercado consumidor.

Outro ponto importante a ser considerado é a iminente redução do volume de recursos que os países ricos estão dispostos a disponibilizar em suas políticas de proteção da renda dos agricultores. Tanto os EUA quanto a CEE já iniciaram um processo de redução de subsídios agrícolas. Graças à nossa competitividade em vários mercados agrícolas, essa mudança de postura na política agrícola dos países ricos vai significar mais mercado para vários produtos agrícolas brasileiros.

O plantio desses 20 milhões de hectares poderia gerar demanda anual de 8 milhões de toneladas de fertilizantes (em 1997 devem ser consumidos 13,5 milhões de toneladas) e seria necessário adicionar à frota atual de tratores (520 mil) pelo menos mais 200 mil unidades, ou mais de 10 vezes o que será vendido este ano. Sem contar com a possibilidade de geração de milhares de empregos no campo, atenuando o problema dos sem-terra.

Por tudo isso faz-se necessária uma reflexão mais cuidadosa por parte dos economistas brasileiros sobre a possibilidade de o país apostar mais fortemente no desempenho do setor exportador agrícola como uma parte da solução da restrição externa. O caminho a ser seguido para realizar o pleno potencial da agricultura brasileira é conhecido: facilitar ao máximo o acesso à tecnologia, reduzir o custo Brasil e enfrentar o forte protecionismo dos nossos parceiros comerciais. A agricultura é o caminho mais rápido, mais barato e mais eficiente para resolver a restrição externa atual ao crescimento econômico sustentado.

A guerra dos subsídios agrícolas

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

Frias estatísticas revelam que o comércio internacional das commodities agropecuárias está perdendo força, quando comparado ao de outros bens e serviços: a participação relativa nas transações totais caiu de 11 para 9,5% até meados dos anos 90, em relação à média verificada na década anterior.

Até agora, as tentativas para reduzir os subsídios da agricultura mostram resultados pífios. Aliás, derivando em sentido oposto, as estimativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que os gastos com políticas de subvenção ao setor subiram em 1995. Os dispêndios realizados com medidas que combinam pagamentos diretos, empréstimos subsidiados e garantia de preços somaram US$182 bilhões, ou seja, 2,2% acima do ano anterior.

No *ranking* dos dispêndios, os maiores gastos são japoneses: US$49,3 bilhões, 160% acima da contrapartida norte-americana, porta-voz da abertura e liberalização dos mercados. Em relação ao valor da produção, os produtores suíços receberam 81%, a maior proporção de todos os países, enquanto a menor foi justamente a da Nova Zelândia — a única nação que reduziu a taxa de subsídio —, com 4%.

Como são dados de 1996, não cabe alimentar ilusões se o total de subsídios jorrados pela OCDE na agricultura vai diminuir. Longe de significar reformas estruturais, a questão é meramente conjuntural. Diante dos patamares recordes de preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional, os países não precisaram garantir preços-suportes ou subsidiar exportações. Em alguns casos, temendo o risco para a segurança alimentar interna, alguns países da Europa chegaram até a impor taxações nas vendas externas. Os baixos níveis dos estoques mundiais assustaram, tanto assim que a União Européia e os EUA liberaram áreas para aumentar a ocupação das lavouras. O velho ciclo pode ressurgir já neste ano, se as produções excederem o consumo, os estoques crescerem, os preços afrouxarem e os governos intervierem.

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA é gerente de negócios da Agroceres e diretor do Instituto de Estudos do Agribusiness da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

Cresce a Organização Mundial de Comércio

Embora a Rodada Uruguai, encerrada em 1994, tenha previsto a introdução de uma série de reformas no comércio agrícola (ver o box: Principais medidas da Rodada Uruguai), as expectativas em prol da liberalização comercial que havia a princípio estão sendo frustradas.

Mesmo num cenário desses, cresce o número de missionários em torno do pensamento de Richard Cobden, de que "o livre comércio é a diplomacia de Deus, sendo que não existe outra forma infalível de unir as pessoas nos vínculos da paz", a partir de três importantes registros:

- o fato de a Rodada Uruguai ter conseguido maior avanço que qualquer outro acordo anterior de comércio global;
- o crescimento de 92 para 114 no número de filiados durante a Rodada Uruguai; no final de 1996 havia 126 membros e o número de proponentes é cada vez maior;
- o *boom* do comércio internacional, que se tem expandido com maior rapidez que a produção mundial, mostrando que as economias estão se tornando cada vez mais intimamente relacionadas.

Na vida como ela é os governos agem comumente como rematados protecionistas e mercantilistas. Ou seja, o principal objetivo da diplomacia não é bem abrir os próprios mercados às importações, mas aproveitar-se dos mercados dos outros para suas exportações. A abertura dos mercados domésticos é normalmente encarada como concessão a outros — como dita a lógica econômica — e não como algo bom em si mesmo, por beneficiar os consumidores locais e fazer com que tanto a economia nacional como a global funcionem com maior eficiência.

De qualquer forma, os ventos das mudanças estão soprando forte, trazendo ares frescos para mudar o atual estado das coisas. O encontro ministerial promovido pela OMC em dezembro de 1996 em Cingapura para rever a evolução da Rodada Uruguai é o exemplo mais oportuno disso. Lá, determinados temas, até então nunca tocados, foram abordados e colocados em discussão. São os casos dos EUA e da União Européia, que avançaram para pautas mais futuristas sobre telecomunicações e tecnologia de informação, cujo comércio remonta a US$500 bilhões.

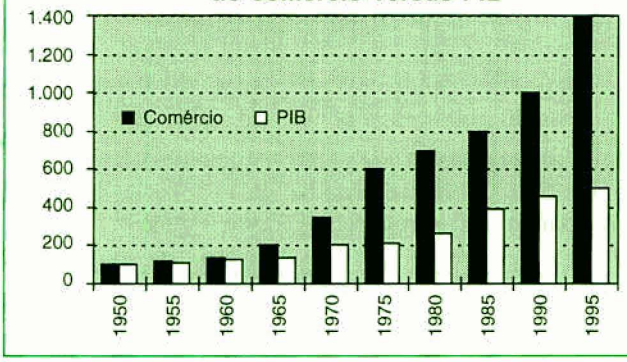
Dos itens acordados na Rodada, pelo menos cinco deles que ainda estavam em aberto entraram e saíram da mesma forma, e portanto continuam ainda na iminência de ajustes,

Dispêndios com subsídios agrícolas — países selecionados

País	% em relação ao valor da produção		Total (US$ bilhões)
	1979-81	1995	1994
Suíça	63	81	6,1
Japão	58	78	49,3
Islândia	68	76	0,1
Noruega	69	74	2,6
Finlândia	48	68	3,1
Áustria	28	58	3,4
Suécia	42	58	1,8
Canadá	20	30	4,7
EUA	16	18	18,9
Austrália	8	10	1,2
Nova Zelândia	18	4	0,2
OCDE	-	-	177,9

Fonte: OCDE. *The Economist*, June 1, 1996.

Mundo: índice de crescimento do comércio *versus* PIB



que são: agricultura, competição (serviços e propriedade intelectual), compras governamentais, cláusula social e acordo multilateral de investimento.

Com os olhos no futuro

Atento a todos esses acontecimentos em curso e mais ainda à agenda prevista com a minirrodada de acordos da OMC, a começar em 1999, o Grupo de Cairns realizou no início de junho sua 17ª reunião ministerial no Rio de Janeiro, onde foram retomadas discussões sobre objetivos, estratégias e ações para a agricultura e o agribusiness.

O encontro carregou as baterias com debates em torno de dois focos cruciais:

- O *status quo* de barreiras para a entrada de produtos agrícolas nos mercados dos EUA, União Européia e do Japão. Basta ver que entre 1995 e 1996 os números da balança comercial de alimentos desses três países revelaram que se as importações cresceram 56%, as exportações expandiram muito mais: 76%.

- As possíveis conseqüências do provável acesso à OMC de expressivos países exportadores e importadores atuais ou potenciais de alimentos. É preciso condicionar a entrada dos 28 países que estão se candidatando à OMC — entre eles, China e Rússia — à abertura de seus mercados. O governo chinês, por exemplo, controla totalmente o mercado, aplicando cotas tarifárias de acordo com a necessidade do momento.

Criado em 1986, o Grupo de Cairns leva o nome da cidade australiana que sediou a primeira reunião ministerial e foi formado inicialmente por 14 países-membros — Austrália, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Ilhas Fiji, Hungria, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Uruguai —, responsáveis por 25% das exportações mundiais. O Paraguai, assim como todas as nações que integram como ele o Mercosul, passou a ser o 15º país-membro do grupo a partir do encontro do Rio de Janeiro. A África do Sul está pleiteando e poderá proximamente ser um novo membro, já que a idéia é de também haver integração simultânea de países e regiões (Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, têm bloco próprio — o Closer Economic Relations — CER).

Inicialmente, a Austrália era o país que demonstrava a mais firme posição na defesa das nações agroexportadoras nos fóruns internacionais. Contudo, a capacidade de articulação do grupo progrediu bastante nos últimos anos. No momento, as áreas de comércio internacional com maiores êxitos de liberalização no âmbito da Rodada Uruguai vêm sendo objeto de acurada análise. A intenção é colocá-las como fontes de balizamento e de referências para o comércio agrícola.

Em termos de priorização dos trabalhos, o Grupo de Cairns está atuando em duas frentes a curto prazo:

- A primeira consiste em exercer pressão, já para 1998, sobre negociações em torno de um acordo fitossanitário, objetivando reduzir barreiras não-tarifárias no comércio agrícola.

- A segunda é sobre a Farm Bill norte-americana, que aprovou a concessão de US$1 bilhão de créditos para financiar exportações a mercados emergentes, como Europa do Leste, a ex-União Soviética e Sudeste asiático. As condições das operações de crédito para a exportação de commodities agrícolas, quanto a volume, prazo e juros, não estão regulamentadas na OMC. Isto, sem dúvida, pode ser uma válvula de escape por onde vão se desenvolver outras modalidades de políticas em substituição aos mecanismos convencionais e conhecidos de subsídios agrícolas.

Paralelamente, o Grupo de Cairns depara com outros desafios, de natureza mais estratégica e de médio prazo. É o caso da montagem de um planejamento cujo objetivo é conseguir uma definição prévia da agenda, do quadro negociador e das modalidades de negociação da minirrodada de 1999. Cada frase, palavra, ponto-e-vírgula do corpo de regras da OMC, que tem 550 páginas, precisarão ser detalhadamente esmiuçados e conhecidos. Este é o único caminho para se buscar o consenso, que é o Santo Graal nas negociações internacionais.

Os esforços precisarão ser dirigidos para a criação de um ambiente propício que favoreça a implementação de reformas amplas e ambiciosas no comércio mundial de produtos agrícolas. Em outras palavras, isso significa dar maior aço-

Principais medidas da Rodada Uruguai

As negociações mutilaterais de comércio da Rodada Uruguai, selada em 15 de abril de 1994, com a assinatura do Final Act, em Marrakech, Marrocos, foram históricas e únicas sob a ótica de duas visões. Primeiro, por terem conseguido trazer efetivamente à mesa de conversações do então Gatt a polêmica questão envolvendo a comercialização de bens agropecuários. Em segundo lugar, pelo sucesso de terem extraído compromissos dos países com relação à matéria.

Concretamente, a Rodada Uruguai abriu a porta para dar passagem e alimentar o ímpeto de continuidade das reformas agrícolas no futuro. No tom da diplomacia, sempre cauteloso e de longa perspectiva de tempo, costuma-se dizer que as nozes foram quebradas, ou seja, a fase mais difícil e duradoura ficou para trás.

A Rodada Uruguai é considerada o acordo de comércio global que mais evoluiu em relação aos anteriores. Além dos governos concordarem pela primeira vez com certa liberalização do comércio de produtos agrícolas e serviços, houve mais três acertos que chamaram a atenção:

- Primeiro, a promessa de reduzir tarifas sobre produtos manufaturados, que caíram para uma média de apenas 3,8% nos países ricos.
- Segundo, a promessa de se livrarem as barreiras não-tarifárias de comércio como, por exemplo, o uso ilegítimo de regulamentação técnica sanitária para evitar importações.
- Terceiro, a criação de mecanismos para acordos de disputas comerciais. Agora, qualquer membro pode vetar o veredicto de um painel montado para resolver uma disputa. Para tanto, é necessário apresentar relatório em nove meses, sendo que as decisões só podem ser revogadas por consenso. As normas da OMC devem ser acatadas por todos.

Abrindo a perspectiva de continuidade das negociações, o artigo 20 da Rodada Uruguai prevê a realização de encontros para um ano antes do encerramento do período do acordo (1995 a 2000). Isso é o mais claro sinalizador de que uma nova minirrodada de conversações estará nascendo no começo de 1999.

O pacote sob o manto da Rodada Uruguai é bem extenso e cobre diferentes áreas, totalizando 29 textos legais individuais. A expectativa é de que, através da renda, diminuição dos subsídios para exportação e mecanismos de acesso a mercados, o comércio mundial amplie US$200 bilhões por ano.

No caso específico do item sobre agricultura, as principais medidas foram:

- A conversão das barreiras não-tarifárias em tarifárias (tarificação), sendo que no período de 1996 a 2002 deverá haver redução média entre elas de 36% para os países desenvolvidos e 24% para os países em desenvolvimento, com um mínimo de 15% por tarifa. Para as commodities sujeitas a tarifação, uma Condição Especial de Salvaguarda (Special Safeguard Provision) permite que os países apliquem taxas adicionais, caso ocorram importações ou preços mundiais mais baixos.
- Compromisso dos países desenvolvidos em ampliar o acesso a seus mercados, de 3% entre 1986 a 1988, para 5% de 1999 a 2002, em relação a seus respectivos consumos. Para algumas commodities, uma Claúsula de Tratamento Especial (Special Treatment Clause) permite a alguns países retardarem a tarificação mas, em compensação, autorizarem um mínimo de importação.
- Entre 1996 e 2002, redução de 20% dos preços-suportes internos dos países desenvolvidos, e entre 1996 e 2006, corte de 13,3% nos países em desenvolvimento, tendo como base as Medidas Agregadas de Suporte vigentes entre 1986 e 1988. Estão excluídas as condições que fazem parte das:
  - *blue box policies*, expressão popular para o conjunto de medidas de exceção, que isentam de compromissos de cortes, políticas como do tipo de pagamentos para redução de área;
  - *green box policies*, termo coloquial para expressar as políticas de suporte não sujeitas a compromissos de redução, que afetam minimamente o comércio, como as relacionadas com pesquisa, extensão, estoques de segurança, fundos de sinistros, ecologia etc.
- Entre 1996 e 2002, nas exportações subsidiadas, diminuição de 36% nos gastos e 21% nos volumes nos países desenvolvidos. Para os países em desenvolvimento, a redução é de 14% no volume e de 24% nos gastos ente 1996 e 2006. Importante: do total de cortes em tarifas, preços-suportes e subsídios com exportação, que os países desenvolvidos deverão implementar em seis anos, os países em desenvolvimento estão sujeitos somente a dois terços, no prazo de 10 anos.
- A aplicação do Due Restraint (Direito de Restrição), conhecido como Peace Clause (Cláusula da Paz), durante nove anos, para os casos de subsídios de exportação e de *green box policies* que não tenham níveis de comprometimento com os desafios da Organização Mundial de Comércio.
- Continuidade das negociações em prol do processo de reforma um ano antes do fim do período de implementação das medidas (1995 a 2000).

damento no começo e término das conversações. Para tal, tomando como exemplo a experiência dos eventos da OMC, é preciso estar bem preparado, com discurso comum e muita energia para barganhar exaustivamente nos corredores, cafeterias, elevadores, bufês e até mesmo nos banheiros. Com tudo isso, ainda existe o risco de muitos assuntos permanecerem empacados.

O *front* das batalhas vai se concentrar no Comitê de Agricultura da OMC, criado em caráter permanente com a função preponderante de acompanhar os compromissos de liberação do comércio mundial de produtos agroindustriais assumidos na Rodada Uruguai. Para o Grupo de Cairns, em particular, a importância do Comitê ganhou outros matizes de notoriedade, porquanto passou a ser o organismo receptor das propostas para a próxima rodada da OMC.

A caminhada terá de ser feita a passos curtos e seguros. Sabe-se que a OMC já está comprometida nas negociações, como parte de sua "agenda incorporada" — assunto sacramentado durante a Rodada Uruguai. As discussões na mais distante liberalização do comércio agrícola devem começar em 1999. Embora as conversações pareçam longínquas, se a história servir de guia em algum momento, já há uma aposta clara de que serão difíceis. Afinal, a agricultura proporcionou um dos problemas mais equivocados nas discussões da Rodada Uruguai. Na realidade, a Rodada por um fio não fracassou nesse imbróglio.

A Alca e a regionalização na América Latina

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

No momento, o continente americano apresenta 24 diferentes processos de integração regional, mediante acordos bilaterais ou multilaterais. O setor privado, tradicionalmente, participou como coadjuvante do esforço integracionista. A mudança desse padrão de comportamento é uma das muitas novidades que a Alca promete trazer.

A forma mais objetiva com que o esforço de integração foi tratado pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), nos países de tradição latina, explica em boa medida o grande número de acordos bilaterais e multilaterais hoje em vigor ou em negociação no continente. No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), que a precedeu, os procedimentos eram mais morosos, com negociação por petição, produto por produto. Deve-se destacar, porém, que o setor privado usualmente participou como coadjuvante nos esforços integracionistas, até porque a América Latina promoveu sua industrialização sob a égide de aparelhos estatais fortes. Em momentos de restrições no mercado externo, as economias latino-americanas avançaram na montagem de suas indústrias, segundo a orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), sediada em Santiago do Chile. Daí resultaram não só a aceleração da montagem dos parques industriais, mas também a urbanização e a falta de atenção para graves problemas rurais, além da necessidade de se protegerem as empresas nascentes da concorrência dos centros industriais mais antigos.

A partir dos anos 60, a criação da Alalc não foi suficiente para impedir que estratégias nacionais de desenvolvimento resultassem no mútuo isolamento dos países do continente, que tentavam a auto-suficiência em produtos por vezes mais facilmente obteníveis em seus vizinhos. No caso brasileiro, o programa reformista implantado após 1964 notabilizou-se por não considerar as possibilidades oferecidas pela oferta de matérias-primas pelos países fronteiriços. Capitaneando o investimento, o setor público da economia orientou-a ampliando a presença estatal na esfera produtiva, deixando a iniciativa privada a reboque. Esgotada a capacidade governamental de planejar os rumos da economia, os primeiros esforços de adequação a novos tempos partiram dos governos civis de José Sarney, no Brasil, e Raúl Alfonsín, na Argentina. As primeiras negociações, em 1985, repercutiram mundialmente, suscitando o interesse de investidores estrangeiros. Não se falava ainda em Nafta (a zona de livre comércio EUA/Canadá começou em 1º de janeiro de 1989 e o México só aderiu em 1993) e a União Européia não existia. Observe-se que, antes do acordo EUA/Canadá, 65% das exportações norte-americanas para os canadenses e 80% das exportações canadenses para os EUA já estavam isentos de impostos de importação. A integração mexicana também foi facilitada, pois 84% das exportações do México, em 1992, iam para os EUA, de onde provinham 75% de suas importações.

Os 24 protocolos logo assinados pelos dois presidentes previam avanços consideráveis nas relações bilaterais: formação de empresas binacionais e integração nas áreas fronteiriças, no âmbito nuclear e aeronáutico. Os representantes da iniciativa privada, porém, foram apenas chamados à assinatura de documentos previamente preparados. Cinco anos depois, os novos presidentes dos dois principais países sul-americanos, Fernando Collor de Mello e Carlos Saul Menem, decidiram acelerar a integração, visando à instalação de um mercado comum em quatro anos. Mais uma vez, as ações couberam aos governos, mas a nova tentativa assumiu cada vez maior complexidade, com a desgravação tarifária acordada reduzindo semestralmente 7% dos gravames de todo o universo tarifário. Procurou-se não beneficiar nenhum setor de atividade. A abertura permitida pelas regras da Aladi foi aproveitada, com a inovação de se incorporarem *sócios* classificados pela Aladi em grupos de diferentes estágios de desenvolvimento. Com vistas a facilitar a integração regional, recomendava-se a aproximação entre países em estágios de desenvolvimento semelhantes. A saber:

- países mais desenvolvidos: Argentina, Brasil e México;
- países intermediários: Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela;
- países menos desenvolvidos: Equador, Bolívia.

A divisão foi feita quando se definiu a Preferência Alfandegária Regional (PAR), em 1984, aplicada a todo o universo alfandegário, excetuando produtos considerados sensíveis em cada país. Os países menos desenvolvidos apresentaram maior número de produtos sensíveis e o Mercosul incorporou membros dos três grupos. Deste modo, o Brasil listou 324 produtos, a Argentina 394, o Paraguai 439 e o Uruguai 960. Cabe

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA é economista do IBRE/CEA.
E-mail: ferfal@fgv.br

destacar que, por seus déficits comerciais crônicos com os vizinhos, o Uruguai foi o primeiro país a procurar mecanismos reguladores de suas relações comerciais. As exceções desaparecem ao fim de um prazo de transição.

O tratado preocupou-se com os critérios definidores do regime de origem dos produtos e das cláusulas de salvaguarda, aplicáveis em caso de danos provocados por importações, ou quando qualquer fato afetasse a situação do país, até 31 de dezembro de 1994. Não definiu, porém, como ocorreria a solução de controvérsias.

Com vistas a trazer o mundo real às negociações, a empresa privada foi chamada a participar dos subgrupos técnicos, originariamente em número de 10 (assuntos comerciais; assuntos aduaneiros; normas técnicas, que foi o maior gerador de documentos; políticas fiscal e monetária relacionadas ao comércio; transporte terrestre; transporte marítimo; política industrial e tecnológica; política agrícola; política energética, e coordenação de políticas macroeconômicas). Posteriormente, criou-se o subgrupo técnico 11, voltado para as questões trabalhistas e previdenciárias.

O Mercosul, apesar de sua denominação, não conta, no Tratado de Assunção, que o estabeleceu, senão com referências superficiais a um futuro mercado comum. Na prática, formou uma zona de livre comércio, que evoluiu à fase de união aduaneira (imperfeita), e busca expandir-se, incorporando outros países da região.

A empresa privada brasileira, em linhas gerais, não mostrou maior interesse imediato pela movimentação provocada pelo Mercosul, evidentemente em razão de todos os problemas que lhe eram postos pela economia do país e pelas próprias dimensões do mercado em que atua. A análise das economias que formam o Mercosul mostra que o potencial de mercado para as empresas brasileiras, com a formação desta zona de livre comércio, é de 1/3 do mercado brasileiro, mas para os empresários argentinos este potencial é cinco vezes seu mercado interno. Para os uruguaios, o potencial é de 54 vezes e, para os paraguaios, 68 vezes. A ampliação da zona integrada criará desafios formidáveis, fazendo com que as empresas mais capacitadas estejam sempre procurando avaliar a magnitude dos novos mercados e dos esforços e riscos para conquistá-los.

Em Cartagena, recomendou-se aos governos que o setor privado fosse chamado a desempenhar maior papel nos grupos de trabalho.

Os processos de integração regional seguem, logicamente, uma gradação, a saber:

1. ZPT: Zona de Preferência Tarifária — estabelece preferências para os países a ela pertencentes. A Alalc, com seus 11 membros, enquadrava-se aqui.

2. ZLC: Zona de Livre Comércio — extingüe barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio entre seus membros de pelo menos 80% dos bens comercializados. É o caso do Nafta.

3. UA: União Aduaneira — é uma ZLC que adota uma tarifa externa comum. O exemplo mais famoso foi a *Zollverein*, dos anos 50 do século passado, que unificou a Alemanha, sob a direção de Bismarck. O Mercosul é uma união aduaneira (imperfeita, pois admite exceções) desde 1-1-1995 e a União Européia o foi até 1992, quando se redefiniu, avançando mais para o mercado comum, logo após abandonando a denominação de Comunidade Econômica Européia.

4. Mercado Comum — estágio atual da União Européia, que admite a livre circulação não só de bens, mas também de serviços, capitais e mão-de-obra.

5. União Econômica e Monetária — a ser atingida pela União Européia, quando adotar o euro, previsto pelo Tratado de Maastricht como sua moeda única.

Politicamente, poder-se-ia colocar um sexto estágio, o da confederação, como evolução óbvia do quinto. Seria a adoção de representação diplomática única e, também, de forças armadas comuns. Neste aspecto, pode-se considerar que a Suíça e os EUA evoluíram neste sentido, bem como as extintas URSS e Iugoslávia.

Os processos de integração mais notáveis no mundo foram encaminhados por países líderes em suas regiões. No Mercosul, Brasil e Argentina. Na União Européia, a iniciativa a partir da aproximação entre França e Alemanha. No Nafta, dos EUA. Excetuando-se os países asiáticos, que têm mecanismos consultivos e onde as empresas privadas lideram a aproximação, em todos os casos, os governos conduzem os esforços. Aliás, México e Chile fazem parte da Asia Pacific Economic Cooperation (Apec), que tenciona liberar o comércio regional em 2010 (para os desenvolvidos) e 2020 (para os em desenvolvimento). Nos EUA, o setor privado tem participado de forma mais ativa, desde que o Trade Act, de 1974, permitiu que se criasse um comitê consultivo e comitês assessores, formados por representantes da iniciativa privada, que auxiliam o governo em assuntos relativos ao comércio exterior. A partir de sua atuação na Rodada Uruguai, do Gatt, são hoje consultados nas negociações de acordos bilaterais e multilaterais de comércio.

A iniciativa privada comumente participa como coadjuvante, tendo maior ou menor presença nas negociações, conforme as tradições locais. No que se refere ao Brasil, foi sempre deixada à margem da formulação das principais idéias. Quanto à formação da Alca, o governo brasileiro tem assistido às discussões encaminhadas pelo setor privado, que trata o encaminhamento do processo de um ponto de vista notadamente empresarial, já que se verifica uma defasagem nas atuações das lideranças de organizações não-governamentais de caráter social.

A criação da Alca, como se discute hoje, iniciou-se na Cúpula das Américas, de Miami, em dezembro de 1994. A discussão evoluiu com a reunião dos ministros do Comércio do continente, realizada em Denver, Colorado, em julho de 1995. Ali foram propostos sete grupos de trabalho (acesso a mercados; procedimentos aduaneiros e regras de comércio; investimentos; padrões e barreiras técnicas ao comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios, e economias menores). O governo

brasileiro entendeu que a data de 2005, definida desde Miami, refere-se à negociação da Alca, e não à sua concretização, destoando, de imediato, do ponto de vista norte-americano. Para o Itamaraty, os acordos regionais são *building blocks* para a integração plena do hemisfério, através de uma convergência futura. Os EUA vêem esta opção como a tentativa de se criar um "Safta", baseado no Mercosul, para vir a negociar com o Nafta. Com efeito, o bloco do Cone Sul pretende, desde 1993, criar a Alcsa (Área de Livre Comércio Sul-Americana).

A Declaração de Denver foi compatível com o projeto brasileiro, pois afirma que a Alca "terá como base os acordos sub-regionais e bilaterais existentes". Ali também se aprovou a constituição de um foro empresarial, em Cartagena, Colômbia, em março de 1996, juntamente com a segunda reunião dos ministros do Comércio. O foro empresarial definiu alguns comitês (Estratégias de participação no mercado ampliado, Oportunidades para o setor privado na construção e desenvolvimento de infra-estrutura, Globalização dos processos produtivos, Desenvolvimento humano sustentado, Responsabilidade corporativa no desenvolvimento humano e na preservação do meio ambiente). Foram criados mais quatro grupos de trabalho: Compras governamentais, Direito de propriedade intelectual, Serviços, e Políticas de concorrência.

A multiplicidade de núcleos envolvidos na discussão trouxe à tona o problema, de há muito detectado nos corpos diplomáticos, de escassez de técnicos qualificados para o acompanhamento. Nos países mais pobres, pesam também os parcos recursos orçamentários disponíveis para tantas negociações, afetando as áreas pública e privada e acarretando perda de qualidade. Torna-se extremamente importante avaliar a influência do setor privado nos acordos implementados até o momento, propondo-se um fluxo permanente de informações entre governo e empresários. A Rede Empresarial de Integração Hemisférica (Reih), que recebe e distribui informações, conta com a participação da CNI e parece ter potencial como instrumento facilitador da discussão direta entre as empresas dos países integrantes do processo. Sua seção brasileira poderá desenvolver, internamente, estudos com vistas a conhecer as forças propulsoras que determinarão a demanda pelos produtos das empresas e a capacidade de a concorrência manifestar-se com maior intensidade. Fatores capazes de promover reversões de expectativas (externalidades) precisarão ser igualmente analisados, bem como mudanças no ambiente dos negócios, oportunidades e necessidade de alterações em fatores organizacionais e operacionais.

Em Cartagena, recomendou-se aos governos que o setor privado fosse chamado a desempenhar maior papel nos grupos de trabalho e que a Comissão Tripartite, formada pela OEA, BID e Cepal, estabelecesse um mecanismo de trabalho com os empresários, mantendo-os a par do andamento das discussões. Evidentemente, os empresários atuarão em duas frentes: a) nas discussões internas, buscando esclarecer e transmitir suas opiniões às autoridades do país; e b) nas negociações com seus congêneres de outros países, visando à ampliação dos negócios.

No anteprojeto da Lei de Comércio Exterior brasileira consta que "com vistas a harmonizar, racionalizar e descentralizar a execução da política de comércio exterior, o Poder Executivo estabelecerá convênio operacional com as entidades da iniciativa privada representativas da indústria, do comércio, da agricultura, do comércio exterior, dos transportes, do sistema financeiro e de serviços, para:

1. instituir a Comissão Consultiva Empresarial de Comércio Exterior (Cocex), com o objetivo de:

a) assessorar as decisões dos órgãos a que se refere o artigo anterior;

b) propor medidas que visem à eficiência do comércio exterior;

c) servir de interlocutor entre a iniciativa privada e o governo".

A nova lei também trata do Programa Brasileiro de Promoção Comercial, com "atuação conjunta entre o governo e a iniciativa privada". Neste aspecto, as instituições associadas cumpririam tarefas semelhantes àquelas instituídas há tempos no Chile, famosas pelo êxito da política comercial daquele país. Entre a reunião de Belo Horizonte, em maio, e a próxima, na Costa Rica, em 1998, seria fundamental que as instituições propostas começassem a operar de forma eficiente. Faz parte, portanto, de uma agenda mínima para o setor privado, conforme deliberado no Relatório Preliminar do Grupo de Discussão: Papel do Setor Privado, de 23 de janeiro de 1997:

- estar presente nas discussões oficiais da estratégia de ampliação das preferências regionais;
- argumentar junto ao Estado quanto à importância de ouvir o setor privado;
- definir claramente os interlocutores privados com que o governo lidará ao longo do processo, para esclarecer a representação e a representatividade de cada setor;
- criar mecanismos ou rotinas de participação de empresários de todos os países envolvidos que sejam mais abertos do que o *diálogo transatlântico* existente entre os presidentes de grandes empresas européias e norte-americanas, para a internalização das etapas do processo;
- reforçar a Reih, tornando-a o mais abrangente possível;
- conseguir que as reuniões dos grupos de trabalho governamentais sejam encerradas com o acesso, como ouvintes, dos representantes da iniciativa privada;
- difundir, para todas as federações de empresários, as questões discutidas para a formação da Alca, o que exigirá alguma forma de centralização das informações, talvez a partir da Reih, como um congresso, para sua divulgação e discussão.

Como estratégia para a inserção, o modelo mexicano de associação fornece uma alternativa atraente, por seu caráter democrático.Todos os setores foram consultados e o Senado realizou audiências com partidos, grupos e setores. As negociações tiveram a participação de empresários, trabalhadores e agricultores, advogados, acadêmicos e técnicos. Todos

os meios de comunicação foram envolvidos, realizando-se 200 encontros e sete reuniões ministeriais. O Poder Legislativo foi considerado essencial e a criação de comissões interparlamentares mantinha diálogo permanente com a equipe de negociação.

O Brasil é um *global trader* e o segundo entre os países emergentes em número de empresas multinacionais que sedia (o primeiro é a Coréia do Sul). No entanto, a regionalização começada pelo Mercosul não afetou de maneira uniforme as regiões brasileiras. Nem poderia ser de outra maneira, dadas as dimensões do território. Já se apontou que o próprio nome *Mercosul* pode caracterizar, para os brasileiros do Norte e Nordeste, que a integração diz respeito aos estados da região Sul. Nos últimos anos, porém, estados amazônicos e nordestinos têm ampliado consideravelmente suas relações com os países vizinhos. A partir de uma base menor de negócios, freqüentemente apresentam taxas de crescimento das exportações superiores às de estados mais avançados.

O estudo da localização das maiores empresas brasileiras revela a enorme concentração das sedes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o que sugere que, de fato, o Mercosul tem uma área *menor* do que aquela que seria um *Mercosul de direito* (conforme expressão do livro *Mercosul — o desafio do* marketing *de integração*, São Paulo, Makron Books, 1992). Assim, a difusão de informações e sua avaliação pelas diferentes regiões do país ganham extrema complexidade, pois, no período do Estado centralizador, o país assistiu a um duplo fluxo de recursos: capitais privados para o Centro-Sul e recursos assistenciais para o Norte-Nordeste. Estas regiões, a partir do momento em que foi preciso proteger a indústria nascente do Sudeste, viram ser criada uma muralha protecionista que as tornou reserva de mercado para uma produção costumeiramente mais cara do que a originária de fora das fronteiras do país. Torna-se, portanto, de extrema relevância para o país, considerando-se a inexistência de estudos referentes aos impactos da integração, que estes sejam realizados contemplando as peculiaridades regionais, ainda mais quando se volta a debater a diferenciação regional do salário mínimo e a repercussão de obras de infra-estrutura do interesse dos países vizinhos sobre ecossistemas frágeis e de alto valor para a ciência e o turismo, em diferentes regiões brasileiras.

Da reunião de Belo Horizonte resultou uma certa "acomodação" em torno da formação da Alca. A proposta brasileira foi de certo modo beneficiada, uma vez que os norte-americanos, cujo governo não pôde negociar, valendo-se da chamada "via rápida" (*fast track*) viram-se tolhidos em sua capacidade de pressionar pela aceleração do processo.

A edição de *Agroanalysis* de maio último apresentou diversas análises sobre os interesses brasileiros neste processo. Até 2005, ainda se terá muito para discutir e, no que se refere ao agribusiness brasileiro, não se poderá deixar de atentar para o fato de que é dos setores mais competitivos do país, apresentando sempre superávits comerciais, que é atenuado o desequilíbro das contas externas. O que a integração oferecerá, da parte dos vizinhos mais fortes, em termos de melhor acesso dos produtos brasileiros a seus mercados?

INFORMAÇÕES & EVENTOS

PRODUTOS E DICAS AGRÍCOLAS

Notícias da Monsanto do Brasil dão conta do lançamento do Cultivador Químico modelo Sprayer 960, que apresenta a vantagem de permitir aplicação conjunta de dois tipos de herbicida — um na linha e outro na entrelinha —, com o qual é possível conseguir uma economia de 10 a 20% em relação aos tratamentos convencionais.

A Monsanto aponta ainda o plantio direto como a arma mais eficiente contra o nematóide de cisto da soja. Para maiores esclarecimentos, entre em contato com o e-mail: silvia@casadaimprensa.com.br

A Festo, empresa alemã que há 29 anos atua no Brasil, no setor de automação industrial, anuncia soluções específicas para usinas, refinarias e produtores de álcool, com alternativas para automatizar processos e promover qualidade e produção no setor canavieiro. Mais informações com Denise Blaques, telefone: (011) 536-4860.

A Cargill Agrícola conta com um *site* na Internet (http://www.cargill.com.br), onde o usuário pode encontrar um *Guia Técnico Eletrônico* sobre sementes híbridas, específico para produtores de milho.

A Assessoria de Comunicação Social da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulga notícias e dá dicas bastante úteis para quem está ligado à atividade agrícola, por meio do informativo *Embrapa em Pauta*. Telefone: (061) 348-4113. Pela Internet: www.embrapa.br

EXPOMILK 97

Realiza-se entre 20 e 25 de outubro próximo a sexta edição da exposição de pecuária leiteira Expomilk, no Agrocentro/Parque Água Funda, em São Paulo. A exposição contará com leilões de gado holandês, *jersey* e pardo-suíço. Maiores detalhes pelo telefone (011) 280-6400 ou pelo e-mail: texto@nutecnet.com.br

EFAPI 97

A Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial deste ano — Efapi 97 — espera cerca de 400 expositores dos setores de alimentação, agropecuária, metalmecânica e informática, e deverá apresentar megashows para uma média de 30 mil visitantes. Promovida pela Prefeitura de Chapecó, a Efapi 97 se realizará de 4 a 12 de outubro no Parque Tancredo Neves, em Chapecó, SC. Telefone para contato: (049) 723-1499, ramal 122.

HORTALIÇAS

A Seminis Vegetable Seeds, do grupo mexicano Pulsar, que detém cerca de 20% do mercado mundial de sementes de hortaliças, está ampliando sua atuação no Brasil, oferecendo inlusive variedades como a cebola suave, de sabor mais agradável, que já se encontra no mercado paulista. Mais informações com os agrônomos Marcos Ferreira, no telefone (019) 874-3116, e Rogério Maruí ou Carlos Biondo, pelo telefone (019) 252-0555.

Salários rurais: 26 anos de acompanhamento

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

O mercado de trabalho rural reflete tanto a conjuntura geral da economia quanto as particularidades da atividade agrícola. Logo após os planos Cruzado e Real, por exemplo, verificou-se substancial incremento na remuneração do trabalhador rural. No primeiro caso, os salários passaram, nos períodos seguintes, por uma fase de intensas oscilações ao sabor da aceleração inflacionária e das novas tentativas de estabilização. Após os aumentos que se sucederam à implantação do Real, as remunerações se estabilizaram em novo patamar. Mas vários outros fatores contribuíram para o desempenho dos salários rurais.

Menos influenciado pela legislação que rege o mínimo urbano, dadas as naturais dificuldades de fiscalização e de padronização de contratos, durante longo período os salários rurais mantiveram autonomia ante os salários urbanos. A partir de meados dos anos 60, entretanto, a aceleração do êxodo rural e a implementação de uma legislação relativa ao trabalhador rural contribuíram para aproximar os mercados. Nessa dinâmica bastante complexa, por um lado pode-se atribuir a aceleração da expulsão dos trabalhadores rurais às exigências que compeliam o empregador rural a submeter-se às determinações de um diploma legal, estendendo ao trabalhador agrícola benefícios já comuns no meio urbano (como direito a férias remuneradas) e lhe assegurando direitos próprios (como o da residência no estabelecimento). Por outro lado, pode-se pensar que o êxodo fosse resultado das melhores condições de trabalho vigentes no meio urbano, e que tal legislação resultasse da necessidade de homogeneizar as condições de trabalho rurais e urbanas. Seja qual for a razão, nota-se que nos anos 70 os salários rurais e urbanos tenderam a registrar um movimento convergente.

Já nos anos 80, a década perdida, os salários rurais avançam em relação ao mínimo urbano no período que se segue ao Plano Cruzado. O êxodo rural continua, embora em proporções bem menores, e o emprego no campo continua a reduzir-se em função de avanços na mecanização, de mudanças na composição do produto agrícola (substituição de lavouras intensivas em mão-de-obra, como o algodão pela soja ou pela pecuária). Mas há também tendência a maior organização do trabalho no campo, como mostram as greves de trabalhadores no setor canavieiro e uma mudança na composição da mão-de-obra, com a substituição de trabalhadores permanentes (mensalistas, moradores etc.) por diaristas ou bóias-frias. Mais recentemente, a figura do bóia-fria agenciado por um empreiteiro autônomo, o *gato*, dá lugar a cooperativas de mão-de-obra, que tanto podem ser de fato cooperativas de trabalhadores quanto um novo nome para o velho sistema de empreitada, e que abrem um espaço para a flexibilização do mercado de trabalho agrícola.

As estatísticas relativas ao uso de mão-de-obra são bastante precárias. Boa parte dos pequenos responsáveis por estabelecimentos agrícolas (sejam proprietários, posseiros ou parceiros) freqüentemente acumula trabalho temporário na colheita de produtos como algodão, café e cana-de-açúcar. Por outro lado só no ano passado voltou a realizar-se um censo agropecuário (o anterior data de 1985).

Desde 1965, o Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV vem realizando levantamentos nacionais de salários no meio rural para cinco categorias de trabalhador (administrador, capataz, tratorista, mensalista e diarista).

Os resultados em nível nacional têm-se mantido bastante consistentes ao longo do tempo. No início dos anos 70, os salários registram um substancial aumento (que pode ser atribuído tanto aos fatores já mencionados, êxodo rural e extensão da legislação trabalhista ao setor rural, quanto a uma conjuntura de preços agrícolas em ascensão), para cair nos primeiros anos da década de 80 (quando, além da estagnação da economia em geral, os preços dos produtos agrícolas entram em uma fase de queda, resultante do aumento da produção das lavouras). De 1986 a 1994, os salários agrícolas oscilam acentuadamente sob o impacto dos planos de estabilização e da alta da inflação, mas registram uma tendência declinante. Após a implantação do Plano Real, os salários no meio rural apresentam uma alta significativa e se estabilizam num patamar bem superior ao vigente no período 1991-93, mas ainda assim bem inferior ao dos anos 70. Também a partir de 1986, o salário do mensalista passa a ser superior ao mínimo urbano.

A partir de 1986, os salários dos trabalhadores mais qualificados — administrador e tratorista — avançam mais do que o do trabalhador não-qualificado — mensalista —, ao mes-

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO é economista do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV.
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Brasil e regiões — salários médios no meio rural segundo categoria de trabalhador

(em R$ de dezembro de 1996)

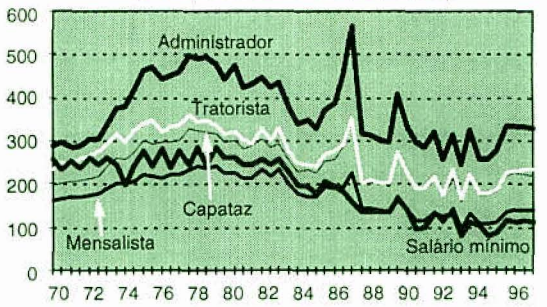
Anos	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista	Salário mínimo
1970	289,98	198,34	232,53	160,04	5,20	256,06
	295,12	201,33	250,10	167,57	5,29	234,09
1971	284,83	206,33	245,58	170,45	5,45	252,98
	287,84	208,29	259,58	171,66	5,65	236,14
1972	303,77	212,16	265,20	173,58	5,84	259,22
	304,82	215,27	274,97	178,19	5,96	243,13
1973	334,32	239,64	291,59	191,04	6,68	261,42
	376,54	260,68	317,04	202,75	7,55	244,24
1974	380,03	255,48	295,08	201,83	8,29	199,28
	413,68	270,55	322,91	205,38	9,01	241,57
1975	460,36	299,00	338,18	222,70	9,32	274,67
	470,04	291,02	349,05	216,80	9,20	239,65
1976	443,79	296,72	319,82	214,93	9,01	281,68
	448,09	295,24	330,92	220,20	8,93	236,19
1977	457,33	301,71	337,10	220,63	9,12	277,71
	499,28	326,87	357,45	232,91	9,33	245,18
1978	490,15	321,77	344,99	242,24	8,96	285,21
	492,13	319,17	345,92	235,75	9,13	245,51
1979	479,59	315,78	336,68	239,36	9,07	285,57
	442,72	294,26	315,57	226,69	8,70	260,41
1980	473,15	299,85	319,57	223,81	9,16	262,28
	424,32	280,30	303,24	213,11	8,62	244,48
1981	429,87	287,80	293,79	211,20	8,78	246,18
	447,53	304,23	326,02	234,84	8,76	258,08
1982	423,96	283,45	300,63	216,40	7,92	244,39
	433,88	292,00	329,45	233,84	8,15	255,32
1983	375,22	252,18	273,29	196,35	6,97	225,20
	338,79	228,70	247,21	177,20	6,38	198,98
1984	349,33	234,54	243,41	168,31	6,30	192,76
	327,88	223,43	242,16	171,38	6,03	179,18
1985	369,71	251,66	267,32	192,31	6,92	205,61
	385,03	255,06	274,82	189,86	7,14	192,62
1986	452,79	289,02	291,48	192,23	8,07	180,13
	563,92	351,11	352,09	223,90	11,09	156,40
1987	317,76	208,38	200,63	140,45	6,59	135,17
	313,11	203,03	209,37	141,38	6,03	135,76
1988	298,11	203,62	203,15	136,84	4,74	135,85
	297,68	194,01	202,34	134,19	4,52	134,01
1989	406,03	266,07	271,61	170,45	6,93	166,29
	331,34	217,79	226,24	139,79	4,75	138,77
1990	296,51	187,89	188,34	113,01	4,65	95,88
	282,71	183,73	190,57	113,50	4,94	98,68
1991	320,33	211,70	215,89	133,79	5,85	130,31
	255,24	169,31	173,55	110,65	4,86	121,26
1992	312,85	214,88	234,09	140,35	5,00	131,48
	242,98	157,14	166,74	95,40	3,97	79,90
1993	324,37	212,59	219,59	130,95	4,74	109,54
	257,20	173,32	177,90	108,12	3,80	102,21
1994	258,27	173,00	175,67	108,35	4,08	78,06
	277,35	180,71	185,73	110,44	5,85	87,85
1995	331,90	216,71	223,55	133,45	6,67	114,06
	331,29	223,05	229,61	136,67	6,65	109,34
1996	331,38	221,17	232,03	138,70	6,53	114,94
	327,20	218,82	234,03	139,44	6,52	112,00

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

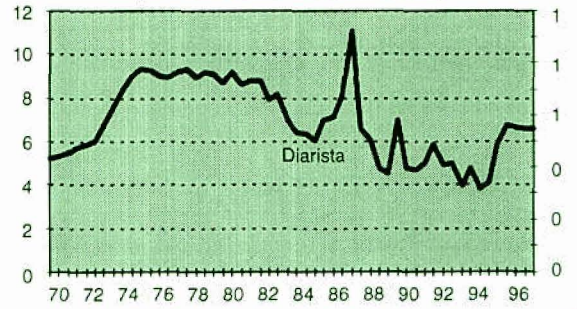
mo tempo em que a diária do trabalhador eventual supera bastante o valor diário do salário do mensalista.

Podem-se arriscar algumas conjecturas a respeito dessas alterações. Em primeiro lugar, esse movimento parece indicar que as mudanças na estrutura produtiva demandam um trabalhador mais qualificado, permitindo um avanço de sua remuneração. Em segundo lugar, a melhoria do pagamento ao trabalhador eventual tanto pode indicar que também nesta categoria se exige maior qualificação, ou pode ser o resultado de maior organização desse tipo de trabalhador. Por outro lado, não se deve esquecer que o aumento da diária pode estar sendo acompanhado de uma diminuição dos dias de trabalho (exigindo-se uma jornada mais longa ou mais intensa nos dias trabalhados), o que acabaria por não beneficiar o trabalhador.

Brasil — salários no meio rural
(em R$ de dezembro de 1996/mês)



Brasil — salários no meio rural
(em R$ de dezembro de 1996/dia)



Como é de se esperar, a categoria com remuneração mensal mais alta é a dos administradores, seguidos pelos tratoristas, cujo salário médio supera ligeiramente o dos capatazes. Os administradores, também na média, ganham entre duas e três vezes o que recebe um mensalista. Apesar de receberem bem mais do que o valor diário recebido pelos mensalistas, os diaristas acabam tendo um ganho inferior, por não conseguirem em geral trabalhar todos os dias úteis do mês e estarem sujeitos a longos períodos de desemprego na entressafra. Há ainda a considerar que, com bastante freqüência, o trabalhador diarista é obrigado a utilizar o auxílio de mulher e filhos para poder desempenhar as tarefas que lhe são impostas.

Regionalmente, os maiores salários são registrados no Centro-Oeste e no Sudeste. No primeiro caso, isso pode ser explicado pela ocorrência na região de grandes propriedades que recorrem ao trabalho assalariado numa área em que a população é relativamente escassa. No outro caso, trata-se de um mercado mais dinâmico, onde há maior possibilidade de se encontrarem empregos urbanos. Apenas no caso do diarista é que a maior remuneração média é encontrada no Sul do país. Também é interessante observar que, após a implantação do Plano Real, os salários dos tratoristas e dos mensalistas cresceram mais aceleradamente na região Sudeste.

Para todas as categorias de trabalhador rural, os menores salários são registrados, como é de se esperar, no Nordeste.

China: algumas projeções para 2005

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Em julho deste ano o USDA publicou novo relatório de acompanhamento da economia agrícola chinesa, destacando projeções de produção e consumo para 2005. A seguir se divulgam algumas das principais informações contidas no relatório.

Em 1997 a China deverá crescer algo em torno de 10%, bem próximo aos 9,7% obtidos no ano anterior. Também é esperada uma produção total de cereais próxima do recorde obtido em 1996, de 490 milhões de toneladas, permitindo uma redução nas importações líquidas de cereais em relação aos 9,6 milhões de toneladas adquiridos em 1996 (dos quais 8 milhões de trigo).

Segundo o relatório do USDA, a China se encontra na fase ascendente de um novo ciclo econômico, e deverá continuar auferindo os benefícios de seus recentes sucessos no controle da inflação sem queda do crescimento econômico.

Em 1996 as importações agrícolas da China caíram 18,5% em relação ao ano anterior, tanto em conseqüência de uma política interna de estímulo ao plantio de cereais quanto do maior rigor no controle das importações. Ainda assim, o país continuou sendo um importador líquido de produtos cujo plantio exige abundância de solo, como cereais e oleaginosas, além do algodão, enquanto se tornava exportador líquido de produtos hortícolas de alto valor agregado. Esta estratégia, coerente com a dotação de fatores de produção do país e com a teoria das vantagens comparativas, permitiu à China aumentar as oportunidades de emprego de sua grande população rural, tornar eficiente a produção de alimentos como um todo e aumentar a renda agrícola, apesar de só contar com 9% da área agricultável mundial para atender 22% da população mundial.

Embora em termos agregados desempenhe um papel discreto no comércio mundial de produtos agrícolas com uma parcela de 2 a 3% do total, as importações de cereais do país são bastante significativas. Em 1995, por exemplo, as compras chinesas de cereais (em torno de 20 milhões de toneladas) representaram 8% do valor total das vendas mundiais.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO é economista do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV.
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

O fato de que a participação chinesa nas importações mundiais tem oscilado intensamente de um ano para outro torna ainda mais relevante essa participação, na medida em que pode afetar significativamente preços e estoques.

Em 1996 as importações chinesas de cereais se reduziram bastante, uma vez que a produção interna reagiu aos estímulos do governo para o aumento do plantio, mas a escassez de terra agricultável teve como contrapartida a redução de outras lavouras como algodão e oleaginosas, cujas importações aumentaram. Assim, por exemplo, a China foi o maior comprador do algodão exportado pelos EUA, com 28% do total, e o sexto comprador de soja norte-americana (6% do total exportado em 1996).

Outro segmento cujas importações deverão crescer é o de insumos para a agricultura.

Em 1995 a implantação da política do saco de cereais (ver *Agroanalysis*, set. 1996) implicou a concessão de maior autonomia aos governos das províncias para administrar as vendas de insumos aos agricultores. Contudo, a estrutura de distribuição de insumos, baseada numa cadeia de empresas fornecedoras de material agrícola em níveis provincial, regional e local, implicava um forte poder de monopólio que fez surgir obstáculos, durante os anos de 1995 e de 1996, ao fornecimento adequado de insumos para os estabelecimentos agrícolas.

Em 1997 o governo central procurou acirrar a concorrência em todos os níveis do mercado. Assim, as indústrias poderiam vender seus produtos não só às empresas fornecedoras de material agrícola de suas províncias mas a várias outras entidades, como empresas fornecedoras de material agrícola locais ou cooperativas de agricultores.

Neste contexto e apesar de que a produção de fertilizantes químicos chinesa se expandiu em 28,4 milhões de toneladas em 1996, as importações também registraram substancial aumento, representando cerca de 25% do consumo aparente de fertilizantes.

Outro segmento que tem se expandido bastante é o da plasticultura. Em 10 anos a quantidade de filme plástico usado pelos agricultores mais do que dobrou em relação às 300 mil toneladas utilizadas em 1987. Esta evolução não se relaciona apenas à expansão da produção hortícola mas à necessidade de recorrer ao plantio de arroz e milho em sementeiras, tanto com a finalidade de aproveitar melhor os períodos favoráveis ao plantio em áreas de clima difícil como pa-

ra se obter mais de uma safra por ano (por exemplo, trigo no inverno e arroz ou milho no verão).

Produção de cereais: algumas projeções

Trigo — Estima-se que a produção chinesa de trigo atinja, em 1997, 114 milhões de toneladas e que daí para a frente cresça a uma taxa de cerca de 0,6% ao ano até 2005. Os rendimentos físicos deverão crescer a uma taxa superior, 0,8%, tendo em conta que os chineses desenvolveram vários híbridos de trigo de inverno com resultados auspiciosos.

As elevadas taxas de crescimento econômico, a melhoria dos níveis de renda e mudanças nos gostos e preferências dos consumidores, bem como o crescimento esperado de 100 milhões de habitantes na próxima década, deverão estimular o consumo do cereal, de forma que o USDA projeta um aumento das importações de trigo para algo em torno de 15 milhões de toneladas em 2005, bem acima dos 9,8 milhões importados na vigência do Oitavo Plano Qüinqüenal (1991-95).

Arroz — A área destinada ao cultivo de arroz em 1997 deverá ficar abaixo dos 31,4 milhões de hectares plantados no ano anterior, enquanto o rendimento físico deverá manter-se em torno das mesmas 6t/ha colhidas. Acredita-se que os agricultores optem por cultivos mais rentáveis como frutas e legumes. As importações do cereal deverão manter-se no patamar de 600 mil toneladas, distribuídas entre arroz de alta qualidade, importado da Tailândia para os consumidores de alta renda, e arroz de qualidade inferior para os pobres urbanos. As exportações de arroz deverão situar-se em torno de 700 mil toneladas.

Nas áreas urbanas verifica-se uma redução no consumo de arroz, na medida em que há uma tendência à diversificação do padrão alimentar. Assim, até o ano 2005 a produção de arroz deverá reduzir-se a uma taxa de 0,4% ao ano, enquanto os rendimentos físicos da lavoura deverão subir cerca de 0,9%, liberando terra para outros cultivos. As estimativas para as exportações de arroz indicam cerca de 400 mil toneladas, e para as importações, 1,5 milhão de toneladas em 2005.

Milho — Em 1996 a produção chinesa de milho alcançou um recorde de 127 milhões de toneladas e o país retomou o lugar de grande exportador, que perdera nos anos anteriores. Espera-se que até 2005 a produção de milho registre crescimento anual médio de 1,8%, na medida em que o crescimento da população e da renda tornam atraente o cultivo do grão para ração animal. O aumento do consumo de produtos de origem animal, contudo, deverá determinar um aumento das importações do cereal, que em 2005 poderão alcançar 8,9 milhões de toneladas. No mesmo período as exportações deverão ficar em torno de 285 mil toneladas (em 1996/97 alcançaram 2,5 milhões). No ano passado, a China aumentou as oportunidades de emprego rural, tornou eficiente a produção de alimentos e elevou a renda agrícola, apesar de só contar com 9% da área agricultável mundial para atender 22% da população mundial.

Tem gente que não tem com quem falar.

Somos todo ouvidos

0800-21-7777

Atendimento exclusivo aos leitores das revistas FGV

Caro Leitor
A Editora Fundação Getulio Vargas quer ouvir o seu maior patrimônio, **VOCÊ.**

Já está a sua disposição a linha **0800**. Você pode fazer assinaturas, tirar dúvidas, dar sugestões, reclamar, elogiar, o que quiser.

A ligação é gratuita.
LIGUE!

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
Editora
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22253-900 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (021) 536-9197/9110
Fax: (021) 536-9155
e-mail: assine@fgv.br
http://www.fgv.br/fgv.htm

Lei de cultivares — ainda em questão

JOSÉ CORDEIRO DE ARAÚJO

Sobre o Especial intitulado "Sai a Lei de Proteção de Cultivares", constante da edição de julho de **Agroanalysis**, *gostaria de abordar alguns itens do artigo, para o esclarecimento de certos aspectos da questão.*

1. A chamada inicial do texto dá a entender (por usar a expressão "o Brasil teria tido a chance de...") que não aderimos à Upov-78, ou seja, que nos restou a adesão à Upov-91. Na realidade, como se lê adiante, nas entrevistas da mesma edição (p. 11-8), a aprovação da lei brasileira foi feita de forma a permitir nossa adesão à Upov-78, o que está sendo providenciado. É importante também esclarecer que não é a OMC que estabelece que, após cinco países aderirem à Upov-91, todos os demais seriam obrigados a aderir a ela. A norma da Convenção Upov-91 é que, havendo a adesão de cinco países, fecha-se a possibilidade de outros aderirem à Upov-78, restando a estes, se o desejarem, aderir à Upov-91.

2. A Upov não é uma lei para a Europa, como pode dar a entender o início do texto em questão de *Agroanalysis* de julho. É um organismo internacional (uma convenção, na verdade) ao qual aderem, voluntariamente, os países interessados em participar de um sistema de controles recíprocos, relativos à propriedade intelectual no campo do melhoramento vegetal. Para esta adesão, os países devem ter lei específica, que atenda a certos parâmetros fixados pela convenção. A maioria dos países europeus aderiu a ela, assim como os EUA, o Canadá, e vários países latino-americanos. No Mercosul, o Paraguai estava, até pouco tempo atrás, na mesma situação do Brasil, ou seja, discutindo a sua lei e, portanto, ainda não filiado à Upov. O que a OMC estabelece (ou seja, a Rodada Final do Gatt) é que os países devem ter legislações *sui generis* (a expressão é deles) para regular a proteção vegetal.

3. Cultivar não faz diferença entre feijão-preto e feijão de cores. Há várias cultivares de feijão-preto e várias cultivares de feijão de cores. As diferenças são mais sutis, a partir de diferentes características botânicas e fenológicas.

4. O projeto de lei do governo não impunha "limites à prática milenar dos agricultores de guardarem sementes de uma colheita para o próximo plantio". Propunha, é verdade, essa limitação para as espécies de propagação vegetativa mas, em relação às outras (grãos, principalmente), propunha o chamado "privilégio de agricultor", aliás, previsto nas regras da Upov.

5. É controverso (e isso aparece nas entrevistas) que a Lei de Patentes tenha aberto "a possibilidade de patenteamento indireto ou virtual de plantas transgênicas". Reconheço que isto é polêmico e só o futuro dirá quem está com a razão. Particularmente, tenho a convicção de que a lei não permitiu essa possibilidade, na medida em que está explícito que não serão patenteáveis as plantas e os animais. No máximo, seria patenteável um gene ou um processo de transferência de genes, mas não a cultivar resultante, pois aí já seria patentear plantas. Reconheço que vozes respeitáveis pensam o contrário. Para solução dessa polêmica, deixou-se claro, na Lei de Cultivares, que só ela pode proteger plantas, no Brasil.

6. Interessante, na página 8 do artigo, no item "Principais aspectos da lei", o apontamento de um paradoxo entre o disposto no art. 9º e no art. 37 da lei. Entretanto, entendeu-se que a forma detalhada do art. 37 está contida, de forma global, genérica, no art. 9º, ou seja, os dois artigos não seriam incongruentes. Concordo, entretanto, que teria sido melhor se fossem ambos detalhados — ou se ambos não o fossem. De qualquer forma, será importante acompanhar a evolução das futuras interpretações da lei, neste aspecto.

7. Entendo que não há "uma restrição ao melhorista no que diz respeito à utilização de qualquer variedade para cruzamento com outra visando a obter uma terceira" (p. 9 do artigo de *Agroanalysis*, antes de "Outras disposições importantes"). O que se diz na lei é que é livre a utilização para efeitos de pesquisa (art. 10, III — "utiliza a cultivar como fonte de variação no melhoramento genético ou na pesquisa científica"). Portanto, uma cultivar protegida poderá ser utilizada, livremente, em cruzamentos para obter-se variabilidade genética. Entretanto, se para a produção de uma cultivar for necessária a utilização repetida de outra (art. 10, § 2º, I) e nos casos de essencialmente derivada (assim definida na lei e determinados os parâmetros de diferenciação botânica por sua regulamentação), então será exercida a proteção pelo detentor do direito.

JOSÉ CORDEIRO DE ARAÚJO é engenheiro-agrônomo, assessor legislativo da área de política agrícola da Câmara dos Deputados.
E-mail: jcaraujo@brnet.com.br

8. Parece-me que as fontes (escritas) de informação utilizadas no artigo não teriam sido as mais adequadas. Ainda na p. 9, nas observações relativas ao art. 2º, há referência a uma emenda — quando o artigo não está abordando a tramitação da lei e sim ela mesma, não havendo portanto por que referir-se, nesse ponto, a uma emenda, não conhecida, além disso, do leitor — e se observa que a emenda agrega à versão original toda a frase "e de direito...". Em realidade, a redação deste artigo foi objeto de inúmeras versões e de inúmeras emendas, até chegar-se, já no Senado, à versão final. Não se trata, pois, da agregação de uma frase ao texto original.

9. Faltam, a meu ver, referências a dois aspectos importantes da lei: a questão do *pipeline* e da licença compulsória. Sobre o *pipeline*, é importante verificar que a proposta do governo estabelecia a possibilidade de proteger cultivares não novas, já comercializadas há 10 anos. Ou seja, a lei não se destinaria, nesse momento, a proteger inovações, investimentos em novidades mas protegeria tudo que já está nas mãos dos agricultores. A versão final extirpou tal possibilidade, mas manteve a proteção das comercializadas há 10 anos somente para efeito de criação de uma essencialmente derivada. Isto significa que os produtores de sementes continuarão a produzir, por serem de domínio público, as cultivares de mais de 12 meses que eles já reproduzem. Entretanto, os pesquisadores privados, por exemplo, que quiserem utilizar o material genético desenvolvido pela Embrapa, para criarem as essencialmente derivadas, deverão pagar por isso, desde que ela tenha protegido essas cultivares. Tratou-se, nesse caso, de conferir proteção à pesquisa pública nacional e, desta forma, proporcionar algum retorno financeiro ao esforço de pesquisa desenvolvido pelas instituições públicas do país. Sobre a licença compulsória, é importante verificar que é uma inovação da lei em relação ao projeto do governo, que só mencionava o "uso público restrito". As duas são salvaguardas, para prevenir a possibilidade real de instituição de monopólios. A licença está no âmbito da defesa da concorrência, do mercado. O uso público restrito está no âmbito das conveniências da política agrícola. Ambos são instrumentos que, se bem utilizados, diminuirão os riscos de monopólio.

10. Não entendi a crítica feita por André Lacombe no segundo parágrafo da primeira resposta (p. 12), quando afirma que a "lei prejudica aqueles que *inovaram*... nos últimos 12 meses... uma vez que ela proporciona condições de proteção... para novas variedades não comercializadas no Brasil nesse período". Creio que há um equívoco. Ela garante a prioridade a quem pediu proteção em outro país que tenha acordo com o Brasil, durante 12 meses (art. 27). Não sei se é a isso que ele se refere. De outra parte, ela assegura o direito de solicitar proteção a quem desenvolva uma cultivar e não a tenha comercializado além dos últimos 12 meses ou que a traga de fora e não a tenha comercializado no Brasil também além dos últimos 12 meses (casos em que se a considera nova cultivar) (art. 3º, V). Não vi nisso qualquer prejuízo aos inovadores.

11. Também acerca da ótima análise de Lacombe, quero registrar que a ele parece não preocupar um aspecto que considero preocupante da aplicação da lei: o eventual prejuízo às pequenas empresas pesquisadoras e produtoras de sementes. Com efeito, se houver retorno financeiro (induzido pela proteção) haverá maciço investimento em pesquisa de novas cultivares (e maciço investimento é feito por quem tem muito capital). Assim, corre-se o risco de facilitar-se, pela lei, a criação de monopólios de produção de cultivares (e de produção de sementes). Os maiores poderão "engolir" os menores, principalmente considerando o caráter concentrador das políticas públicas brasileiras. Esse é um risco real, ao qual todos deveremos estar atentos.

12. Sobre a segunda resposta, do sempre articulado e objetivo David Hathaway (com quem troco correspondências e artigos), acerca do risco de serem protegidas variedades crioulas, é importante verificar que três requisitos importantes para conceder a proteção são o caráter de novidade, de homogeneidade e de estabilidade da cultivar, o que não é, positivamente, uma característica das variedades crioulas não passíveis, portanto, de proteção.

13. Em minha avaliação pessoal, a lei aprovada pelo Congresso Nacional está muito melhor, sob os aspectos técnicos, normativos e políticos do que a proposta do Poder Executivo. Ela representou a síntese de várias pressões e sugestões e, lógico, tem, mais claramente, a face dos setores hegemônicos da sociedade e do agribusiness (como sempre, no Brasil). Entretanto, se a decisão da área governista era a de *ter uma lei de proteção de cultivares* e *aderir à Upov-78*, creio que chegamos a uma adequada forma final, talvez a melhor lei que seria possível obter nas circunstâncias e no jogo de poder envolvido. Creio que as salvaguardas e as disposições especiais da lei, que se agregaram e transcendem o *modelão* Upov, tornaram a lei brasileira mais palatável. Concordo, entretanto, com um aspecto apontado no texto do artigo e em algumas entrevistas: não é possível avaliar, com precisão e clareza, o impacto da aplicação da lei no setor agropecuário brasileiro. Quem ganha e quem perde? Não creio, sinceramente, que todos ganhem. Há muitos interesses econômicos envolvidos (inclusive de multinacionais) e, nesses casos, há conflitos que acabam por criar ganhadores e perdedores. Mas se haverá aumento dos preços das sementes (o que é possível), ou a criação de monopólios (o que também acho possível), ou se diminuirá a variabilidade genética (o que não creio), ou que se apropriarão das cultivares crioulas (o que também não creio), tudo isso somente será aferido *a posteriori*. Acredito que não temos condições de avaliar adequadamente esses impactos. Resta-nos monitorar a aplicação da lei e fiscalizá-la, enquanto cidadãos e técnicos comprometidos com o setor agropecuário, para que ela seja um instrumento de aprimoramento, de melhoria, de avanço e não de concentração econômica, de diminuição da renda do agricultor e de fabricação de mais excluídos no campo.

SAFRA de VERÃO

Arroz — perspectivas favoráveis

A comercialização foi relativamente favorável em 1997, o que influencia de modo positivo a intenção de plantio da nova safra. No Rio Grande do Sul, um programa especial tenta dar novo alento ao setor.

Após dois anos de safras ruins, o Rio Grande do Sul ensaia a recuperação da atividade orizícola e a retomada dos níveis de ocupação agrícola observados em anos melhores.

Em 1997 foram plantados cerca de 800 mil hectares no estado, extensão equivalente à do início da década de 90.

O alto grau de endividamento dos produtores rurais, o desempenho desfavorável da comercialização dos últimos anos — afetada pela exposição do mercado à concorrência internacional com competidores de grandes vantagens comparativas na produção —, inibição do consumo e *engessamento* do varejo, comprimindo margens para trás, imprimiram um clima de desalento ao setor. Muitos municípios gaúchos tiveram suas economias combalidas pela crise, que expôs as fragilidades estruturais do setor orizícola estadual.

Entretanto, levando em conta o período 1995-97, o ano de 1997 foi o que se mostrou mais favorável ao produtor rural. Além de mais elevados do que nos anos anteriores, os preços evoluíram dentro de uma faixa de flutuação menor do que em 1995 e 1996, ou seja, o efeito da sazonalidade foi menos perceptível (normalmente os preços caem significativamente em maio, logo após a colheita).

Contribuiu para o melhor desempenho de preços o fraco resultado da safra nacional de 1997, o pior da década de 90. A maior rigidez de preços no entanto chegou a surpreender o mercado, que esperava maior pressão baixista, a despeito da insuficiência da safra brasileira em relação ao consumo projetado. A política oficial de amparo à comercialização não exerceu qualquer influência, uma vez que a posição de todos os EGFs (empréstimos do governo federal) em toneladas no mês de junho de 1997 não ultrapassava 4% do total colhido no estado. O fato de o mercado internacional se encontrar em fase altista certamente ajudou a sustentar as cotações.

Há uma certa unanimidade entre produtores e analistas de que a próxima comercialização também será favorável, o que está estimulando positivamente o plantio, que se inicia a partir de setembro. A manutenção do preço mínimo (R$10,53/saca 50kg para o produto irrigado), o baixo nível de estoques de boa qualidade nas mãos do governo e os preços externos elevados traçam um quadro de preços futuros atraentes para os setores de produção e beneficiamento.

Crédito para o plantio virá de um programa especial

O otimismo quanto aos preços futuros, porém, não resolve um complicado ponto de estrangulamento à atividade, que é a questão do endividamento rural. A capacidade do setor em contrair novas dívidas está comprometida, na medida em que não se resolvem os elevados débitos com o principal financiador da produção, o Banco do Brasil. Segundo esta instituição, o total de empréstimos aos orizicultores em agosto de 1997 atingia R$2,1 bilhões, dos quais R$1,1 bilhão correspondem a dívidas securitizadas.

O governo do Rio Grande do Sul, dando-se conta de que de 1995 para cá cerca de 200 mil hectares deixaram de ser plantados com o arroz no estado, decidiu implementar o programa troca-troca, aperfeiçoando um sistema de financiamento à venda de insumos que já vinha sendo utilizado com sucesso entre produtores e firmas fornecedoras de insumos.

O programa é mais ousado por sistematizar e incentivar essas ações. Prevê que serão utilizados aproximadamente R$10 milhões, destinados a produtores que, com problemas de financiamentos anteriores, não tenham acesso a crédito para a safra 1997/98. Há um limite, no entanto, de R$150,00/ha.

O sistema consiste em uma triangulação entre o governo do estado, as prefeituras municipais e os produtores rurais, com a participação do Irga como entidade fiscalizadora. O governo estadual faz a compra de insumos, vende-os para as prefeituras que por sua vez os vendem ao produtor rural. A indexação da dívida é feita em produto. O interessante é que os próprios agricultores cadastrados e aprovados serão os avalistas dos empréstimos entre si, o que inibe uma provável inadimplência. Deve-se notar também a exigência de um histórico de produtividades elevadas na atividade (médias entre 4.500 e 5 mil kg/ha), custos limitados de arrendamento de água e terra, e, ainda, participação do produtor no Programa Gaúcho de Qualidade (PGQ). Este programa prevê o desenvolvimento da lavoura dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos pelo Irga e ainda a obediência aos critérios do zoneamento climático. Tais exigências reforçam o processo de seleção dos agricultores mais eficientes pelo qual passa a atividade no estado.

Governo espera recuperar pelo menos 50 mil hectares no estado

Este programa é implementado pelo governo estadual, mas na verdade são as próprias empresas que irão financiá-lo, fornecendo os insumos com longos prazos de pagamento. O governo espera assim recuperar pelo menos

Produtores animados com as novas variedades do agulhinha de sequeiro

Arroz: lançamento de novas variedades pela Embrapa*

Nome da cultivar	Características
Primavera	❑ Cultivar de arroz de terras altas ❑ Variedade precoce e de grãos agulhinhas para terras altas dos estados de GO, TO, MT, MA e PI ❑ Florescimento: 80 dias após o plantio ❑ Colheita: 110 dias após o plantio ❑ Grãos tipo longo fino ❑ Excelente aparência de grãos ❑ Ótima qualidade de panela ❑ Produtividade potencial até 5.000/kg/ha
Maravilha	❑ Cultivar de arroz de sequeiro para condições favorecidas ❑ Florescimento entre 95 e 105 dias ❑ Excelente resposta a níveis mais altos de tecnologia ❑ Grãos tipo longo fino ❑ Boa qualidade de panela ❑ Produtividade potencial até 5.000kg/ha

Fonte: Centro Nacional de Pesquisa do Arroz e do Feijão (Embrapa).
* Materiais em fase de multiplicação à disposição dos produtores de sementes.

Rio Grande do Sul — arroz — área, produção e rendimento físico das lavouras

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1987	771.672	3.522.016	4.564
1988	780.940	3.853.620	4.934
1989	774.346	3.921.688	5.064
1990	688.099	3.194.390	4.576
1991	804.095	3.809.846	4.730
1992	898.095	4.568.263	5.087
1993	981.526	4.965.210	5.029
1994	976.540	4.230.680	4.332
1995	988.866	5.038.101	5.095
1996	833.554	4.180.674	5.018
1997	801.554	4.086.242	5.098

Fonte: IBGE.

Brasil — arroz agulhinha — quadro de suprimento

Em mil t

	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Estoque inicial	1.873,3	2.459,8	1.840,1	917,1
Produção	11.237,3	10.037,4	9.546,3	10.500,0
Importação	978,6	977,4	1.200,0	1.200,0
Suprimento	14.089.2	13.474,6	12.586,4	12.617,1
Consumo	11.594,7	11.629,5	11.664,4	11.722.7
Excedente	2.494,5	1.845,1	922,1	894,4
Exportação	34,7	5,0	5,0	34,0
Estoque de passagem	2.459,8	1.840,1	917,0	860,4

Fonte: Conab.
Obs.: Posição em 20-8-1997.

50 mil hectares no Rio Grande do Sul. Isso elevaria a área plantada de 801 mil hectares em 1997 para 850 mil em 1998, o que, supondo a manutenção da taxa de produtividade, poderia gerar uma produção de 4,3 milhões de toneladas do cereal na próxima temporada. Estimativas preliminares divulgadas pela Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz), no entanto, são mais conservadoras e projetam uma nova área de aproximadamente 830 mil hectares.

Centro-Oeste — produtores animados

Também na região Centro-Oeste são boas as perspectivas para o plantio da próxima safra. A Conab está prevendo uma recuperação na produção dessa região em função do estímulo de preços, embora não existam ainda projeções numéricas.

O lançamento de novas cultivares muito produtivas de arroz de sequeiro de grãos do tipo agulhinha — que recebe tal denominação por seus grãos longos e finos — está chamando a atenção dos agricultores, que pretendem expandir a produção dessas variedades nessa região.

As novas variedades primavera e maravilha vêm se mostrando muito promissoras, tanto em função da grande adaptação às condições edafoclimáticas da região Centro-Oeste como pela excelente qualidade dos grãos.

A Embrapa está denominando estas novas variedades de "arroz de terras altas", que seria uma subdivisão do termo sequeiro (terras altas e várzeas). Sob condições de alta tecnologia (mesmo sem irrigação controlada), são capazes de produzir de 3 mil a 5 mil kg/ha, o que as aproxima das variedades do sul.

A boa qualidade dos grãos, que uma vez preparados possuem ótima aparência, segundo a Embrapa, estaria permitindo aos empacotadores do Centro-Sul misturar os grãos do produto gaúcho aos grãos da região Centro-Oeste, facilitando o escoamento do arroz de sequeiro, tradicionalmente preterido nos grandes centros urbanos em favor do agulhinha do Sul.

A chegada mais agressiva ao mercado dessas variedades e sua excelen-

te produtividade, somadas à alta qualidade dos grãos, podem significar uma retomada do espaço brasileiro de produção no cenário do abastecimento, há muito ocupado pelos países exportadores. Por outro lado, as novas variedades do Centro-Oeste representam uma nova pressão para a comercialização das variedades gaúchas, cujos custos de produção são muito maiores.

Essa possibilidade levou entidades associativas do Rio Grande do Sul, ligadas à produção e ao beneficiamento, a estudarem uma forma de diferenciação do produto gaúcho, numa tentativa bastante compreensível de protegê-lo. A idéia seria criar uma nova campanha de divulgação sobre a qualidade superior do arroz gaúcho, rotulando-o com um selo de qualidade nas embalagens. Resta saber por quem os produtores iriam optar, caso os produtores do Centro-Oeste tivessem condições de fazer uma campanha semelhante.

As projeções do governo, por sua vez, estão razoavelmente otimistas. Espera-se um crescimento de quase 10% em relação à safra 1997, enquanto o consumo praticamente se estabiliza no mesmo período.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE
E-mail: elileite@fgv.br

FEIJÃO

SAFRA de VERÃO

À espera de El Niño

Os produtores estão desanimados com o último resultado econômico da lavoura, considerado fraco em razão de uma oferta abundante por todo o país. Isso desestimula o plantio da próxima safra das águas. Tudo irá depender, no entanto, do que acontecerá com o clima nos próximos três meses em função do fenômeno El Niño.

O recente desempenho da comercialização do feijão não foi dos mais animadores. As boas colheitas que vêm sendo obtidas em inúmeras regiões produtoras disseminadas por todo o país condicionaram uma baixa no mercado, o que poderá ter efeito negativo no plantio da próxima safra. Estas últimas safras correspondem, no calendário convencional, à segunda e à terceira safra anual da leguminosa.

As informações, no entanto, não têm sido unânimes. Para o Deral, órgão ligado ao planejamento agrícola do estado do Paraná, é provável que haja até uma pequena expansão na área de plantio do estado em 1998. O Paraná é o principal estado produtor da safra das águas e contribuiu, em 1996 e 1997, com 30 e 25% dos totais produzidos nos plantios de primeira época de cada um desses anos.

A perspectiva do Deral é de que sejam cultivados cerca de 473 mil hectares no estado, o que significa um acréscimo de 5% sobre a área plantada em 1997, que totalizou 448,2 mil hectares. Apesar da variação positiva, a área ocupada com a lavoura vem decaindo sistematicamente nesse estado ao longo dos últimos anos, resultado de um processo de expulsão da atividade dos produtores mais vulneráveis às inúmeras dificuldades estruturais inerentes a esse setor. Isso pode ser constatado pela tendência inversa à da produtividade, que tem apresentado ganhos paulatinos no decorrer dos anos. Só permanece na atividade quem investe um pouco mais em tecnologia, tentando maximizar sua eficiência econômica (ver tabela). Ainda assim, a produtividade física no Paraná, atualmente em torno de 832kg/ha, embora substancialmente maior que há 10 anos, ainda está muito aquém do potencial genético das variedades melhoradas indicadas pela Embrapa para sistemas de alto padrão tecnológico. Tais variedades têm-se mostrado capazes de fornecer de 3 mil a 5 mil kg/ha do grão.

Os preços do feijão-preto, por sua vez, têm sido mais atraentes e deveriam, em tese, estimular o plantio em regiões tradicionais, como Capanema e Bom Jesus da Lapa. Na última safra das águas, 57% da produção paranaense foram de feijão de cores e 43% do preto. O plantio inicial para o feijão-preto foi praticamente equivalente ao do outro, ficando a queda por conta da perda posterior de 10 mil hectares de feijão-preto. Entretanto, segundo algumas cooperativas que atuam com o feijão-preto, a intenção de plantio mesmo para essas variedades este ano é fraca. A cultura é considerada difícil (em termos de custo) e vulnerável (em termos de preço). Nesse caso as cooperativas apontam uma opção pelo milho, cujos custos de produção são bem menores.

El Niño assusta

A maior novidade este ano para a região Sul, no entanto, está por conta

Paraná — feijão — safra das águas
Área, produção e rendimento — 1987-97

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1987	705.200	370.050	540
1988	695.709	431.972	621
1989	465.623	180.427	387
1990	493.604	247.533	501
1991	575.000	305.000	530
1992	516.363	402.505	780
1993	501.680	417.991	883
1994	516.255	456.239	884
1995	407.355	352.790	866
1996	504.583	403.434	800
1997	448.200	373.000	832

Fonte: IBGE.

Brasil — evolução das safras de feijão
Em mil t — 1989-96

Ano	Safra das águas	Safra da seca	Safra irrigada
1989	1.069.914	1.038.932	199.509
1990	1.106.169	927.788	199.182
1991	1.382.869	1.112.754	253.560
1992	1.552.605	1.018.920	227.711
1993	1.343.095	853.509	282.963
1994	1.676.889	1.394.164	297.377
1995	1.386.072	1.311.259	248.936
1996	1.328.702	1.283.406	210.359
1997	1.464.421	1.234.544	243.282

Fonte: IBGE.

das previsões climáticas nada otimistas decorrentes do fenômeno El Niño. Este fenômeno, que consiste basicamente num aquecimento anormal das águas do Pacífico equatorial, poderá trazer problemas durante a fase de colheita do feijão na região. Na região Sul está concentrada quase a metade da produção total da safra das águas: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul participaram com 48% da produção desta época em 1997.

Segundo o *Infoclima*, boletim de informações climáticas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), todos os parâmetros indicam que El Niño está bem configurado, como aconteceu no episódio de 1982/83. Segundo o informe, a evolução do evento é ímpar quanto à rapidez e à precocidade do aumento de temperatura na superfície do mar, que junto à costa oeste da América do Sul está 5° acima da média. Com base nesses dados, os modelos de previsão climática do Centro Nacional de Previsões Ambientais dos EUA e do próprio Inpe prevêem para o próximo trimestre chuvas acima da média no Sul do Brasil.

Isso poderá implicar chuvas intensas em novembro/dezembro, que seria justamente a principal época de colheita do feijão das águas na região Centro-Sul. Como se sabe, chuvas em excesso podem causar enormes danos econômicos quando coincidem com a colheita, uma vez que os grãos, já em fase de maturação, e portanto em decréscimo de umidade, rapidamente ganham umidade, brotam e mofam, causando grandes perdas.

Assim, além do desânimo causado nos produtores pelos preços ruins, nota-se um temor com relação aos efeitos do El Niño, o que vem provocando uma inibição no plantio. Segundo cooperativa de Francisco Beltrão, uma das principais regiões produtoras do estado, a intenção dos cooperados é reduzir em 50% a área de plantio, tanto em função das dificuldades de comercialização quanto da grande possibilidade de chuvas na colheita.

Pronaf — pouco amparo para os produtores de feijão

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ainda não deslanchou na cultura do feijão. Os recursos para custeio do Pronaf este ano estão sendo oferecidos a 6,5% de taxa efetiva (sem incidência de TJLP); mesmo assim, não parecem atrair os produtores de feijão, normalmente pequenos e sem acesso a crédito bancário. Na safra passada, para se ter uma idéia, apenas 42,9 mil hectares — pouco menos de 10% da área total no estado — foram custeados com recursos do Pronaf, num total de R$16,6 milhões.

A Secretaria de Agricultura do estado, no entanto, deseja ampliar a parcela a ser financiada com recursos do Pronaf para 20% da área de plantio na próxima safra, que começa a ser plantada em agosto. Está sendo elaborada uma cartilha para o produtor rural, em linguagem bastante acessível, a fim de encorajar o agricultor a tomar os recursos.

O baixo índice de utilização de crédito rural também ocorre em Santa Catarina, estado minifundiário onde já chegaram a ser plantados 530 mil hectares de feijão. Hoje, a lavoura não ultrapassa 250 mil hectares. Para a safra 1997/98, ainda não existem estimativas numéricas, mas os produtores também estão desanimados com a cultura.

Em São Paulo, o plantio está atrasado devido à seca, e a intenção de plantio também não é das mais fortes. Entretanto, nesse estado os produtores possuem perfil mais tecnificado, o que lhes permite manter-se satisfatoriamente na atividade. Além disso, as perspectivas de seca no Nordeste e chuvas no Sul devido a El Niño podem significar uma recuperação dos preços na próxima comercialização, o que é um fator de atração. Isso vale também para os demais estados, onde não estão sendo esperados problemas climáticos devido ao fenômeno. Fora as regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil, onde se concentrariam os problemas climáticos, o feijão das águas é plantado em todos os estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Nestes estados, talvez valha a pena apostar.

Para maiores informações sobre projeções climáticas e El Niño, consulte o boletim *Infoclima* no endereço http://www.inpe.gov.br

ELIANA CONDE BARROSO LEITE
E-mail: elileite@fgv.br

MILHO

SAFRA de VERÃO

Retração à vista

O terceiro quadrimestre de cada ano costuma ser uma fase muito delicada para o mercado do milho; é no seu decurso que se consolidam as intenções de plantio da safra seguinte. Baseadas na tendência de preços após o escoamento do produto da safrinha e na recapitulação dos resultados da comercialização da primeira safra, tais intenções definem a perspectiva de semeadura do grão a ser colhido alguns meses à frente e, desse modo, o possível ritmo dos segmentos de carnes avícola e suína para o futuro próximo.

Em quase todos os meses entre fevereiro e junho últimos, o produto da primeira safra de milho 1996/97 colhida no Centro-Sul encontrou remuneração inferior ao preço mínimo. Obviamente isso aconteceu por ter a oferta sido superior à demanda; as excelentes condições climáticas observadas nas áreas produtoras da região redundaram em aumento de 8% no rendimento físico da lavoura sobre o obtido em 1995/96, empurrando a produção da primeira safra para patamar quase 9% superior ao precedente.

Não resta dúvida de que os grandes estoques de milho nas mãos do governo contribuíram para agudizar esse quadro, na medida em que estimularam as indústrias de arraçoamento a adquirir o grão *da mão para a boca*. Com isso, elas buscavam diminuir seus custos, simultaneamente driblando as altas taxas de juros vigentes no mercado — o que contribuiu para reforçar o marasmo dos preços do grão.

Como seria de esperar, a influência baixista causada pelo volume dos estoques foi especialmente forte na região Centro-Oeste, já que ali se localiza a maior parte da armazenagem governamental. Em fins de junho, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás detinham 70% do total nacional, tanto em termos de AGF quanto de EGF. Como tradicionalmente acontece, os preços menos baixos recebidos pelos produtores de milho no primeiro semestre se verificaram em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, dada a crônica necessidade de importação do cereal de outros estados para garantir o abastecimento de ambos.

A grande ganhadora nesse cenário de abundância do cereal foi a avicultura de corte, que soube aproveitar os preços deprimidos do seu principal insumo para manter sob controle o custo de seus produtos finais. No primeiro trimestre do ano, a relação entre os preços do milho e do frango vivo no estado de São Paulo foi 12% menor do que no mesmo período de 1996. Não foi por menos que, de janeiro a maio últimos, a produção da carne avançou 7% em comparação à de um ano antes, chegando ao patamar inédito de 1,8 milhão de toneladas.

Da mesma forma, a contenção dos custos foi especialmente benéfica para o segmento exportador de frangos, cujas vendas no primeiro semestre alcançaram o recorde de 325 mil toneladas. O fato de o preço médio obtido ter sido 2,1% menor do que o verificado de janeiro a junho de 1996 evidencia a maior margem de manobra com que as empresas brasileiras contaram para capturar novos clientes.

Além da remuneração recém-obtida pelos produtores, deverão pesar nas decisões de plantio da safra de milho do verão 1997/98 os acontecimentos que vêm sendo observados nos mercados da soja e do algodão. A recente elevação dos preços da leguminosa sem dúvida exerce grande poder de atração sobre os agricultores, fortalecido pelo fato de a commodity contar com esquema de comercialização infinitamente mais confortável do que o do milho.

Da mesma forma, o apoio que o governo está direcionando especificamente à cultura do algodão também poderá causar alguma interferência, pelo menos no que diz respeito aos agricultores de menor porte.

Preços e realidade

No que tange ao fato de o preço mínimo do milho para 1997/98 nas regiões Sul e Sudeste ter repetido o valor de R$6,70/60kg da temporada anterior, não se deve esquecer que não caberia, em hipótese alguma, qualquer aumento deste valor. O aumento nominal de quase 12% que ele sofreu entre os anos-safra 1995/96 e 1996/97, realizado no calor do aumento das cotações internacionais, acabou se revelando incompatível com a realidade interna de oferta e demanda no atual exercício.

No mesmo raciocínio se encaixam as reduções nominais de 3% para o preço mínimo, aplicado aos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, e de quase 5% para Mato Grosso, cujo claro objetivo é reduzir o plantio do cereal em

Paraná — milho e soja

Perspectivas para a safra 1997/98

	Custo operacional (R$/ha)	Rendimento físico (sc/ha) (a)	Preço mínimo (R$/60kg)	Equivalência do valor a ser financiado[1] (sc/ha) (b)	Equivalência de Proagro + assist. técn. + tx. de juros de 8 meses[3] (sc/ha) (c)	Produção comprometida para pagamento do financiamento[4] (sc/ha) (d)	(d/a)
Milho	500,00	90,00	6,70	74,60	9,20	83,80	0,93
Soja	380,00	45,00	9,50	40,00	5,00	45,00	1,00
	Custo operacional (R$/ha)	**Rendimento físico (sc/ha) (a)**	**Preço médio recebido* (R$/60kg)**	**Equivalência do valor a ser financiado[2] (sc/ha) (b)**	**Equivalência de Proagro + assist. técn. + tx. de juros de 8 meses[3] (sc/ha) (c)**	**Produção comprometida para pagamento do financiamento (sc/ha) (d)**	**(d/a)**
Milho	500,00	90,00	6,78	73,70	9,20	82,90	0,92
Soja	380,00	45,00	12,63	30,10	5,00	33,90	0,75

Fonte: Federação da Agricultura do Estado da Paraná.
* Últimos cinco anos.
[1] Custo operacional/preço mínimo.
[2] Custo operacional/preço médio recebido.
[3] 6,3% sobre valor a ser financiado + Proagro + assistência técnica.
[4] (b)+(c)

áreas de baixo consumo local e conseqüentemente detentoras de elevados estoques. Em outras palavras, era necessário que, para 1997/98, o preço mínimo a viger fosse calibrado de acordo com as verdadeiras realidades e necessidades do setor, sob pena de um novo patamar irreal gerar distorções na comercialização que prejudiquem os produtores. Vale notar, porém, que esta repetição nominal do preço mínimo favorece os agricultores que securitizaram as dívidas rurais e vincularam o grão na equivalência-produto.

Já no que diz respeito às condições de financiamento de custeio para a nova safra, para o milho foi fixado limite de financiamento de até R$150 mil por produtor, quando destinado ao custeio ou ao EGF/COV. Se este patamar corresponde apenas à metade daquele direcionado ao algodão, por outro lado é 50% maior do que o limite aplicado à soja a ser plantada na região Centro-Oeste, e quase quatro vezes superior ao financiamento para a leguminosa nas regiões Sul e Sudeste.

Mesmo assim, interessante estudo comparativo entre a soja e o milho realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná comprovou que, considerado o preço médio recebido pelos produtores nos últimos cinco anos, o comprometimento da colheita para o pagamento do custeio aponta boa vantagem para a leguminosa, embora essa superioridade desapareça caso se considere o recebimento do preço mínimo na venda. Como, tradicionalmente, o preço mínimo não constitui balizador para a comercialização da soja — ao contrário do que ocorre com o milho —, permanece o sentimento de que, nesta comparação específica, o milho definitivamente não possui competitividade.

As excelentes condições climáticas observadas nas áreas produtoras da região redundaram em aumento de 8% no rendimento físico da lavoura sobre o obtido em 1995/96.

O que se conclui de tudo isso é que o país está caminhando inexoravelmente para uma semeadura de milho menor na primeira safra de 1997/98 do que a registrada um ano antes. Resta a dúvida: a quanto chegará essa diminuição?

Baseado no ritmo das vendas de sementes, o Grupo Temático de Milho do Fórum Nacional da Agricultura apostou que a retração será de 20% no Centro-Oeste brasileiro e de 10% nas regiões Sul e Sudeste. Mesmo assim, ainda não é possível uma resposta definitiva, tendo em vista que o plantio no Centro-Sul deverá estender-se pelo menos até o próximo mês de outubro. O que se pode afirmar com certeza é que há — e sempre haverá — fatores que sustentam essa cultura, mesmo na ausência de apoio específico.

A maior vantagem da lavoura do milho reside na sua rusticidade, caracterizando-se como uma lavoura que reage bravamente a interferências climáticas adversas e à eventual displicência na inversão de recursos quando de seu plantio e desenvolvimento vegetativo.

Em segundo lugar, a recomendação agronômica de rotação entre as culturas de leguminosas e gramíneas também conta pontos a favor do milho, cuja sucessão à lavoura da soja torna-se antes uma necessidade para a conservação do solo do que uma opção do produtor.

E, por último, mas não menos importante, tem-se a demanda do setor de rações atuando como importante pano de fundo neste cenário. Estima-se que perto de 80% do consumo total de milho no Brasil se dêem via arraçoamento animal, com especial destaque para a alimentação dos rebanhos avícola e suíno. Como há uma tendência mundial ao

avanço da produção e do consumo destas carnes em substituição à bovina, e encontrando-se o Brasil francamente engajado no aumento de consumo da carne branca, é de se supor que a demanda de milho enquanto ração continue a sustentar o mercado interno do grão.

De qualquer forma, a previsível menor produção de milho na temporada 1997/98 deve ser entendida como algo saudável para esse mercado, já que sua função primária será corrigir a rota descendente dos preços aos produtores e, com isso, garantir o equilíbrio do mercado, necessário para lhe assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

IRENE RAGUENET TROCCOLI
E-mail: iragtroc@fgv.br

SOJA

SAFRA de VERÃO

Cresce o plantio da soja

Ainda em meio a diversas indefinições, das quais a mais séria diz respeito à manifestação de El Niño, a movimentação de compra de insumos e a expectativa quanto ao mercado em 1998 dão conta de um plantio significativo para a soja.

Sempre dinâmico, o mercado da soja contou este ano com elementos novos, que aumentaram sua agitação, provocando por vezes alguma imprevisibilidade. O mais citado tem sido a desgravação do ICMS nas exportações do grão, pelas alterações promovidas no subsetor, com a opção pelas vendas externas do insumo básico para a indústria.

Outro fator é a configuração de mercado climático na Bolsa de Chicago, acentuada pela preocupação com a antecipação de El Niño e seus efeitos sobre as safras ao redor do mundo.

Para a sojicultura brasileira, portanto, haverá diferentes enfoques, quer se trate da produção agrícola ou da industrial. Nesta última, por exemplo, a divergência de interesses é antiga e já promoveu o deslocamento das discussões até mesmo para o campo jurídico. Desde que o Rio Grande do Sul, há alguns anos, deu descontos para o ICMS do complexo da soja, empresas de outros estados pleitearam direitos iguais e passaram a depositar judicialmente seus pagamentos. Empresas paranaenses, por exemplo, argumentaram que farelo e óleo são produtos industrializados.

Outra polêmica neste assunto é encampada pela Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), entidade representativa do setor, que não vê lógica na cobrança de uma taxa de classificação abrangente, capaz de incidir sobre grão, farelo, óleo bruto e óleo refinado. Essa taxa foi instituída pela Lei nº 6.305, de 1975, e cobria produtos agrícolas e não-industrializados. Mais tarde, passou a abranger a soja e seus derivados. Como resultado, há uma série de mandatos de segurança e medidas judiciais impetrados pelas indústrias, que costumam ser derrotadas, já que se contempla no julgamento o espírito original da legislação, de informar ao consumidor quanto aos tipos do produto.

Outra polêmica que promete render bastante é a do ressarcimento dos estados pelas perdas de arrecadação trazidas pela Lei Kandir, justamente a que desgravou o ICMS dos produtos primários nas exportações. O governo federal não está ressarcindo os estados conforme se comprometeu a fazer, e as administrações, que já tinham problemas de caixa, ficaram em pior situação. A partir de fins de agosto, começou-se a discutir em Brasília sobre o que fazer a respeito, principalmente considerando que em 1998 serão também desonerados os bens de uso e consumo das empresas, o que abalará ainda mais as combalidas finanças estaduais. Os estados que iniciaram as discussões foram Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, que se consideram credores de cerca de R$3,6 bilhões e só receberam de repasse R$382 milhões, 20% do previsto na legislação.

Situação no campo

O bom desempenho da atividade como um todo, nas últimas comercializações, tem colocado a soja em posição destacada nas intenções de plantio para a safra 1997/98. Embora oficialmente, até meados de agosto, a Conab não tivesse divulgado nenhuma estimativa do comportamento do próximo plantio, a movimentação no campo levou a que escritórios regionais da companhia apresentassem cálculos preliminares, dando conta de expansão da área de cultivo em até 7%.

Diante dos bons preços do grão, que permaneceram atrativos mesmo depois da entrada da safra 1996/97, apareceram estimativas extremamente otimistas, que só fizeram melhorar devido à situação precária do mercado do milho, seu principal concorrente por espaços. Em algumas regiões porém o algodão, em fase de recuperação, apresentou-se como competidor, como nos casos de áreas goianas e paranaenses.

Calcula-se no entanto que os maiores aumentos poderão ocorrer justamente em terras de Goiás e também no Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia. Nesta safra, a soja terá financiamento de R$100 mil, no Centro-Oeste e no Nordeste, e nas demais regiões, de até R$40 mil. O preço mínimo está apresentado na tabela 1.

Tabela 1
Brasil — preços mínimos da soja e do milho
1996/97 e 1997/98

Região	1996/97	1997/98
Soja		
Acre, Rondônia	7,98	8,50
Mato Grosso, Pará, Tocantins e Nordeste	8,43	9,00
Demais regiões	8,88	9,50
Milho		
Mato Grosso, Pará e Rondônia	6,30	6,00
Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal	6,70	6,50
Demais estados	6,70	6,70

Fonte: Conab.

No caso dos estados do Centro-Oeste, a Conab acredita que um plantio entre 15 e 20% maior do que o do ano passado não seria surpreendente. Há muita pastagem degradada necessitando de substituição e o milho, mais uma vez, registrou uma comercialização difícil.

Fontes estaduais estão acompanhando as vendas de fertilizantes e de sementes, que confirmam a inclinação pela escolha da soja. Têm registrado quase sempre majorações nos preços dos insumos superiores tanto à inflação dos últimos meses, quanto aos preços dos mesmos insumos empregados em outras lavouras. O preço da semente de soja, por exemplo, segundo dados do Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Paraná (Deral/PR) aumentou 31% em um ano, enquanto as sementes de algodão, arroz e milho pouca alteração de preços apresentaram.

No Paraná, maior estado produtor, cujo plantio começa em outubro, o Deral calcula que a área cultivada vá passar dos 2,48 milhões de hectares do ano anterior (ver tabela 2) para 2,76 milhões (mais 11%). Isto levaria a produção de 6,5 milhões de toneladas para o intervalo de 7 a 7,6 milhões. O milho, contudo, apresenta um quadro que é bem o oposto: recuo de 16% na área, passando de 1,82 milhão de hectares para 1,53 milhão, com a produção caindo de 6,77 milhões de toneladas para algo entre 5,2 e 5,7 milhões.

No estado, o problema da dívida agrícola não é tão sério quanto no Centro-Oeste para a soja, e ainda se considera possível o acerto de uma prorrogação nos pagamentos previstos para outubro. Esta idéia vem sendo defendida pela Federação da Agricultura do Paraná (Faep) a partir da proposta da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Também de acordo com o Deral, apesar de as indústrias terem-se manifestado repetidas vezes contra o novo tratamento dado ao grão, seus ganhos com as operações do farelo continuam. Sua rentabilidade deve ter sido afetada, mas há o recurso às importações para atenuar esse tipo de problema. Assim, é interessante observar que, em 1996, o Brasil adquiriu no exterior 937 mil toneladas de soja, sendo 76,5% provenientes do Paraguai, país que deslocou a Argentina da posição de maior fornecedora.

Dados compilados por José Ricardo Severo, para a *Revista de Política Agrícola* da Conab, abr./jun. 1997, dão conta de que, entre 1991 e 1996, as compras do Paraguai cresceram 6,5 vezes, chegando a US$172 milhões. No mesmo período, os argentinos começaram respondendo por 94% das aquisições brasileiras de soja no Mercosul e, em 1996, nada venderam. Além da maior proximidade e da facilidade de escoamento, há que considerar que a produção paraguaia vem sendo conduzida, em sua maior parte, por emigrantes brasileiros. Aliás, as importações de produtos agropecuários pelo Brasil vêm registrando cada vez maior presença dos vizinhos *mercosulinos* (ver tabela 3).

O Rio Grande do Sul, estado mais próximo do Mercosul — com quem aliás tem mais fronteiras do que com o Brasil —, vem sendo, em anos recentes, o terceiro maior produtor de soja. Segundo a Emater-RS, os produtores gaúchos estão principiando as compras de insumos. É ainda cedo para qualquer detalhamento das intenções de plantio. Contudo, a mesma tendência manifestada em outras importantes regiões produtoras deve-se manifestar no estado: mais soja (fala-se de um aumento de aproximadamente 5 a 6%, percentual semelhante ao que o milho deve perder) e menos milho. O plantio deste último começou em julho. Em fins de agosto, calculava-se que apenas cerca de 4 a 5% do plantio estavam completos.

Este levantamento preliminar sugere que, caso se verifique a expansão comentada no início, a produção brasileira poderá ultrapassar 28 milhões de toneladas, estimativa dos relatórios do Departamento de Agricultura Norte-

Tabela 2
Soja — produção brasileira
Safras 1995/96 e 1996/97

	Área (mil ha)		Produção (mil t)		Rendimento médio (kg/ha)	
UF	1995/96	1996/97	1995/96	1996/97	1995/96	1996/97
PR	2.389	2.480	6.383	6.525	2.672	2.631
MT	1.962	2.067	4.759	5.397	2.425	1.620
RS	2.763	2.950	4.332	4.780	1.567	2.612
GO	914	993	2.019	2.450	2.209	2.465
MS	832	881	2.004	2.137	2.410	2.425
SP	564	575	1.234	1.322	2.190	2.300
MG	531	508	992	1.115	1.868	2.197
BA	433	457	700	959	1.616	2.100
SC	213	233	505	542	2.369	2.322
MA	90	129	195	230	2.157	1.990
DF	35	35	67	83	1.931	2.400
TO	7	15	14	18	1.924	1.226
Total	10.735	11.322	23.205	25.585	2.162	2.260

Fonte: IBGE.

Tabela 3
Brasil — importações de produtos agropecuários
1996 — em milhões de US$

Produto	Mercosul (1)	Demais países (2)	(1)/(2) em %
Arroz	245,7	100,8	70,9
Carnes	228,0	12,0	95,0
Lácteos	304,5	207,5	59,5
Milho	67,1	7,8	89,6
Soja	265,7	66,7	86,8
Trigo	879,1	344,4	71,9
Total	1.996,4	739,2	72,9

Fonte: Detec/ CNA.

Americano (USDA). Para tanto, porém, será necessário que El Niño não provoque maiores danos. Também no Rio Grande do Sul, são grandes os motivos para um acompanhamento atento do fenômeno climático, pois o rendimento físico médio de suas lavouras é sempre inferior à média do país.

Situação internacional

Influências climáticas também continuarão ditando o comportamento das cotações internacionais. A própria safra dos EUA, de 74,7 milhões de toneladas, é 15% maior do que a de 1996, mas está sendo bastante influenciada pelo clima. A cada notícia de novas chuvas no Meio-Oeste norte-americano, os preços em Chicago recuam, pois ganham maior concretude as impressões de que o mercado será pressionado por uma grande oferta. No relatório do USDA de 10 de agosto, a situação das plantações norte-americanas foi apresentada em condições inferiores às da avaliação anterior, do dia 3 do mesmo mês, com 45% delas em situação variando de regular a muito ruim.

Os estoques de soja em grão nos EUA, por sua vez, estão sendo recompostos. Há um ano, eram os mais baixos em duas décadas, e sobre sua fraqueza construiu-se a força das cotações mundiais. No relatório do Departamento de Agricultura de 13 de agosto, calculou-se a posição dos estoques em 8,31 milhões de toneladas, 145% maiores do que o verificado em 1996/97.

No Brasil, a situação dos estoques é delicada (9,25 milhões de toneladas, 15% menores do que em 1996), embora fosse esperada. Há escassez de grão e as importações que, no período de um ano, desde julho de 1996, foram um pouco menores (610 mil toneladas, ante 649 mil um ano antes) precisarão aumentar. A partir de outubro, com a entrada no mercado da próxima safra norte-americana, virão novas importações dos EUA, pois a Argentina e o Paraguai não disporão de excedentes exportáveis. A safra da América do Norte, porém, é taxada com a alíquota de 10% da tarifa externa comum, que caracteriza a união aduaneira do Mercosul, e sua internalização será outro ônus para as empresas distantes dos portos.

Assim, mantém-se nebuloso o futuro do mercado, com a expectativa de que, se o próximo ano começar com boas produções norte-americana, brasileira (a da China será semelhante à safra anterior, por problemas de seca) e, possivelmente, argentina, a comercialização, em 1998, não será bafejada com preços elevados. Para a próxima colheita norte-americana, por exemplo, as cotações já estão sendo esperadas 15% abaixo das do mesmo período de 1996, ficando entre US$5,60 e US$6,30/*bushel*.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA
E-mail: ferfal@fgv.br

SECURITIZAÇÃO

Na hora do plantio

A constatação de que o espaço ocupado com cereais e oleaginosas recuou cerca de 1,5 a 2 milhões de hectares nos últimos dois anos não é nada animadora. Mas se a comparação levar em conta o que se plantava no final dos anos 80, a redução vai para 6 milhões de hectares, onde se poderiam colher de 15 a 20 milhões de toneladas.

O país saiu da agricultura horizontal e partiu para a vertical, mas o tempo passa e os ganhos de produtividade não têm sido suficientes para compensar a área de cultivo deixada de lado. O reflexo mais revelador desse comportamento está na enorme crise de renda e liquidez com que o setor convive desde o Plano Cruzado, de 1986, que se refletiu com extrema virulência no período de ajuste pós-Plano Real e cujas seqüelas ainda persistem.

Neste momento de plantio da safra de verão da região Centro-Sul, o cronograma agrícola avançando de forma inexorável, uma questão pontual paira no ar: qual a tendência de

Cronograma de vencimento da securitização
Em mil toneladas

Ano	Algodão	Arroz	Milho	Soja	Trigo	Total
1997	7,17	468,87	6.663,85	977,13	18,72	8.135,74
1998	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
1999	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2000	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2001	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2002	10,31	843,67	9.672,45	1.438,97	30,23	11.995,63
2003	3,47	421,82	3.682,78	569,08	11,86	4.688,99
2004	3,10	363,29	2.821,14	435,24	11,46	3.634,33
2005	2,91	352,38	2.675,89	416,62	11,39	3.459,19
Total	68,21	5.824,71	64.205,91	9.592,92	204,58	79.896,41

plantio na safra 1997/98? Como ficará a área — haverá outra redução, terá estabilidade ou retornará o crescimento?

O poeta Mario Quintana dizia que "nós vivemos a temer o futuro; mas é o passado que nos atropela e mata". Antes de partir em busca de respostas sobre o futuro, cabe explicitar três conseqüências importantes sobre a agricultura dos processos de globalização e abertura de mercado, em curso na economia brasileira:

❑ A primeira consiste em que as políticas agrícolas via preços mínimos perdem muito da sua força neste contexto. Como os preços das commodities agrícolas ficam cada vez mais relacionados às cotações internacionais, principalmente as grandes empresas compradoras passam a utilizá-las para balizar as suas decisões internas de compra.

❑ Segunda, as prioridades do governo — avançar nas privatizações e nos serviços de armazenagem, transportes, portuários, alterar a estrutura tributária — visam a diminuir o custo Brasil, que onera as commodities agrícolas.

❑ A terceira diz respeito ao virtual desaparecimento da atividade agrícola de baixa tecnologia e sem integração vertical no agribusiness.

Para os produtores, o problema crucial é que os desafios ultrapassam os limites de adoção e uso de tecnologias. Existem outros aspectos relevantes, ligados à gestão empresarial, que lhes fogem ao controle e se referem a condições de compra de insumos e máquinas, bem como à comercialização dos produtos. Nesse sentido, sem dúvida alguma, emerge um quadro ameaçador: aqui, os mecanismos institucionais de apoio para financiar e comercializar a produção agrícola em condições mais competitivas internacionalmente estão em fase embrionária e levarão alguns anos para serem implantados e disseminados.



Esse pano de fundo é fundamental quando se analisa o ambiente que cerca a safra 1997/98. Na última temporada, a recuperação da renda do setor aconteceu particularmente na soja, enquanto para o milho ficou praticamente estagnada e reduziu-se nos demais produtos. No agregado, o incremento de receita está longe de cobrir os prejuízos acumulados no passado recente.

Saindo de uma visão estrutural para a conjuntural de curto prazo, nota-se que a despeito de o Plano de Safra 1997/98 ter apresentado evolução quando comparado ao anterior (ver *Agroanalisys*, ago. 1997), muito de sua eficácia fatalmente esbarrará na dificuldade dos agricultores para tomarem empréstimos. A situação dramática é o pagamento da primeira parcela, em outubro, do montante total securitizado, de R$8,2 bilhões. O volume envolvido na negociação que vai até o ano 2005 soma quase 80 milhões de toneladas de grãos, ou seja, o tamanho da safra nacional. Somente no milho, chega a 64 milhões de toneladas, o que significa quase duas safras do cereal.

Através da disposição para flexibilizar o cronograma de pagamento da securitização será possível medir a sensibilidade dos tomadores de decisão para com a agricultura. A rolagem das dívidas pode comprometer o cadastro de quase 340 mil produtores, se não houver concessões por parte do mutuário e do agente financiador. É uma administração extremamente delicada, que terá efeito a curto e longo prazos. De imediato, com impacto já sobre a safra 1997/98, existe a necessidade de o governo assegurar o abastecimento interno em 1998 e não arranhar o Plano Real, justamente num ano crítico de eleições. Para um período mais longo, a implicação é outra; trata-se de dar fôlego ao setor para se capitalizar. Em ambos os casos, a agricultura tem a seu favor um argumento legítimo e incontestável: ser a âncora verde da inflação leva à perda de renda, e é preciso tomar medidas compensatórias para sobreviver.

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

Luiz Antônio Pinazza é gerente de negócios da Agroceres e diretor do Instituto de Estudos do Agribusiness da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

CACAU

Uma história de altos e baixos — I

Existem fortes indícios de que o ciclo de nove anos de preços mundiais baixos para o cacau, iniciado em 1988, esteja chegando ao seu final, inaugurando-se um mercado em alta com duração de vários anos. O estudo, que começa nesta edição e terá prosseguimento nos próximos números, traça a história do produto, analisa as causas que levaram à sua depreciação e tenta desenhar possíveis cenários de sua evolução futura.

O mercado de cacau na era pós-Guerra Mundial

Durante um extenso período, desde o final da II Guerra Mundial (a partir de onde existem dados confiáveis sobre o mercado mundial de cacau) até o início da década de 70, os preços do produto eram relativamente constantes, oscilando em torno de US$500,00 por tonelada. Ao longo deste tempo, produção e consumo mundiais cresciam em ritmo harmônico, um aproximadamente acompanhando o outro. Como resultado, os estoques mundiais também mantiveram níveis estáveis, raramente fugindo da faixa de 35-45% do consumo anual (*stock ratio* de 0,35-0,45). Breves períodos de desvio, em 1951-54 (para baixo) e em 1960-66 (para cima) provocaram surtos de altas e baixas dos preços, mas sempre de curta duração.

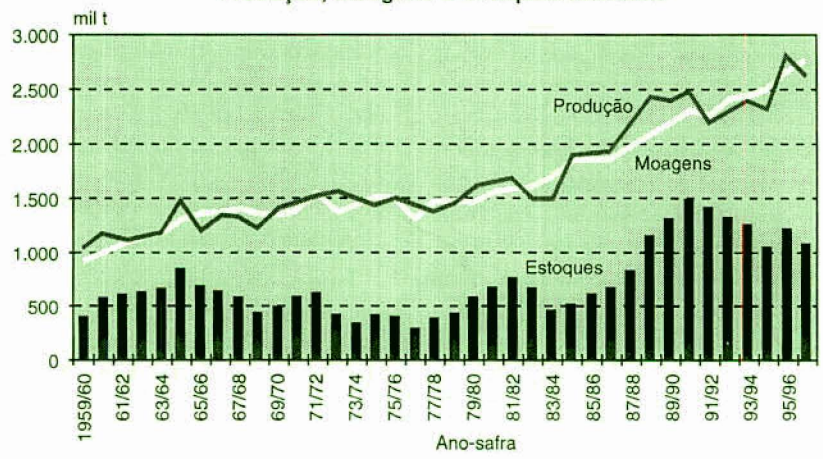
Este quadro foi perturbado quando, a partir de 1972, safras seguidas dizimadas por condições climáticas adversas defasaram a oferta mundial da demanda, reduzindo a *stock ratio* a menos de 0,20 em 1977. A conseqüência foi uma explosão dos preços. Em julho de 1977, a Bolsa de Cacau em Nova York registrou cotações acima de US$5 mil/t e o preço indicador médio da Organização Internacional do Cacau (OICC), daquele ano, chegou a quase US$3.800,00.

A reação no campo do consumo foi imediata. As moagens mundiais de cacau caíram entre 1976 e 1978, só retornando à base anterior cinco anos depois, em 1981.

Mas muito mais intensa, embora retardada, foi a reação da produção.

Os países produtores de cacau, todos em vias de desenvolvimento, se assanharam com as perspectivas de ganhos milionários e iniciaram amplos programas de expansão das suas plantações. A Malásia e, logo em seguida, a Indonésia praticamente estrearam no rol de produtores mundiais, enquanto a Costa do Marfim iniciou a escalada que a levaria da posição de quarto produtor mundial da época, com safras de 180 mil toneladas, à liderança absoluta do mundo, com 1.200 mil toneladas em 1995/96. Para não ficar atrás, nosso governo militar de então também estreou seu Procacau, comandando plantações maciças na região amazônica (causa primária da expansão da doença vassoura-de-bruxa para a Bahia) e incentivando a extensão da cacauicultura na Bahia para áreas pouco apropriadas.

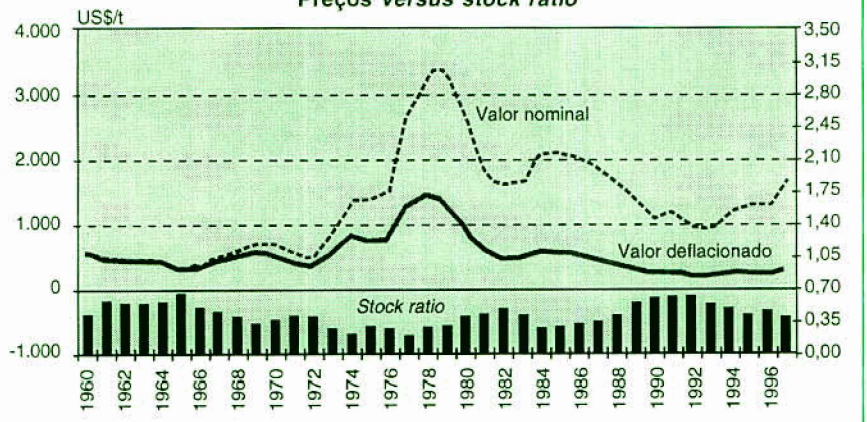
Gráfico 1
Produção, moagens e estoques mundiais



Fonte: ED & F Man Cocoa Report.

Gráfico 2

Preços *versus stock ratio*



Fonte: Arquivos do autor.

Como o ciclo do cacau é de cinco a sete anos entre seu plantio e o início de sua produção, o efeito inevitável da euforia expansiva começou a manifestar-se a partir de 1984. Em apenas cinco anos, entre 1984 e 1989, a produção mundial saltou quase 60%, de 1.540 para 2.460 mil toneladas, enquanto o consumo, embora já recuperado da explosão dos preços nos anos 70 e crescendo em ritmo sadio, avançou apenas 23% durante o mesmo período. Iniciou-se uma seqüência ininterrupta de excedentes da safra mundial de 1985 até 1991, elevando os estoques a 63% do consumo, cifra apenas superada num único ano, em 1965, mas derrubada logo no ano seguinte, por um monumental déficit de produção.

Imprevistos adversos

Uma derrubada semelhante teria ocorrido a partir de 1991, não surgisse o imprevisto da desintegração econômica da URSS, que provocou a queda do seu consumo de 201 mil toneladas de cacau para apenas 25 mil, e interrompeu o ritmo do crescimento mundial da demanda, transformando uma expansão da ordem de 5% ao ano numa retração de 3%, em 1992.

Mesmo assim, os estoques continuavam caindo, embora em ritmo mais lento e ainda sustentando níveis elevados, incapazes de exercer pressão altista sobre os preços. Esta pressão iria manifestar-se no ano agrícola 1995/96. As primeiras projeções dessa safra previam um déficit da ordem de 150 mil toneladas, que teria levado os estoques — pela primeira vez desde 1987 — abaixo do limiar de 40% do consumo. Aconteceu, então, o segundo imprevisto sob a forma da explosão da produção, provocada por uma supersafra na África, resultado de clima excepcionalmente favorável. O déficit previsto de 150 mil toneladas se transformou em superávit de 160 mil, a *stock ratio*, em vez de cair, se elevou novamente acima de 0,45 e a reação dos preços foi mais uma vez adiada.

Entre 1984 e 1989, a produção mundial de cacau cresceu quase 60%, de 1.540 para 2.460 mil toneladas, enquanto o consumo alcançava apenas 23%.

Vale notar, no entanto, que os preços não sofreram queda, porque, apesar da brusca reversão de expectativas, o mercado mundial já mostrava um quadro estrutural nitidamente deficitário. O consumo continua em ascensão, fomentado pelos preços ainda baixos, e a produção dos próximos anos dificilmente poderá superar o pico alcançado pela supersafra de 1995/96. O ano agrícola corrente, terminando em 30 de setembro, já parece ter um déficit confirmado entre 100 e 150 mil toneladas e a *stock ratio* definitivamente cairá a menos de 0,40. Segundo a opinião unânime dos analistas do mercado mundial, os próximos anos verão uma seqüência ininterrupta de déficits, apenas variando em volume, de acordo com o clima mais ou menos favorável nas regiões produtoras. Sua transformação em superávit está fora dos limites da probabilidade, salvo algum imprevisto inimaginável.

Reagindo à previsão, os preços mundiais evoluíram da faixa de US$1.200-1.400/t, onde oscilaram durante a maior parte dos últimos três anos, e tendem a assumir um novo patamar de US$1.500-1.600/t. Os gráficos 1 e 2 mostram a evolução da oferta, da demanda e dos preços mundiais (US *import value* FOB) desde 1960.

Forças do livre mercado

O comércio mundial do cacau é um típico mercado de commodity comandado por bolsas de futuros, basicamente sujeito às leis de oferta e demanda, mas sempre influenciado pela ação de especuladores, por rumores e movimentos de pânico, além de tentativas (quase sempre malsucedidas) de manipulação por indivíduos ou grupos econômicos. As bolsas de Londres e de Nova York regulam as cotações globais, com sua interação fortemente sujeita a fatores cambiais, não só da relação entre o dólar americano e a libra esterlina, mas também das flutuações das moedas dos países da União Européia, maiores compradores e processadores mundiais de cacau.

Além dos especuladores, que não têm cor nem nacionalidade (embora

ultimamente consistam em peso cada vez maior de grandes fundos de investimento dos dois lados do Atlântico Norte), as transações nas bolsas de cacau ficam quase exclusivamente a cargo de comerciantes internacionais (*dealers*), processadores de cacau e fábricas de chocolate, todos em países consumidores.

Com exceção de um breve interlúdio entre as décadas de 70 e 80, quando empresas privadas e estatais brasileiras (Interbrás) desenvolveram atividade intensa tanto em Londres quanto em Nova York, os agentes econômicos oriundos de países produtores de cacau permaneceram virtualmente ausentes das bolsas. Por conseqüência, as oscilações dos preços mundiais ficaram inteiramente à mercê das iniciativas do lado comprador do mercado internacional, enquanto o lado vendedor — os países produtores — foi relegado a um papel passivo. Embora isso prive os produtores de cacau de qualquer influência direta sobre o preço de venda do seu produto, a reação inevitável do mercado a fatos ocorrentes em seus países não deixa de atribuir-lhes uma forte influência (mesmo que involuntária) sobre os destinos de seu mercado.

Para tentar desenhar os caminhos que o mercado mundial poderá percorrer nos próximos anos, é preciso avaliar as interações complexas entre preços, produção e consumo mundiais, ou seja, a influência das cotações do cacau sobre a evolução da produção e do consumo, bem como o efeito recíproco do binômio oferta/demanda sobre as cotações.

Este será o objeto dos próximos artigos.

THOMAS HARTMANN

THOMAS HARTMANN é cacauicultor e consultor de empresas, com experiência de mais de 30 anos na lavoura, indústria e comércio internacional de cacau, tendo dirigido, durante mais de duas décadas, indústrias processadoras do ramo. Titular da "Coluna de Cacau", uma publicação semanal no suplemento agrícola do jornal *A Tarde*, de Salvador, o diário de maior circulação no Norte/Nordeste brasileiro.
E-mail: cacauth@svn.com.br
© Thomas Hartmann 1997 — Reprodução total ou parcial somente mediante autorização prévia escrita do autor.

FATOR CLIMÁTICO

A volta de El Niño

Em todo o mundo, repercutem as notícias sobre o retorno de El Niño e espera-se que o deste ano seja "o pior do século". No entanto, não há bases para tal afirmação.

O intenso noticiário sobre El Niño tem colocado o fenômeno climático como um dos assuntos do momento. Por que ocupa tanto espaço nos meios de comunicação? Simplesmente porque, além da lembrança dos estragos que ele já provocou, há indícios de que, desta vez, virá com grande força.

El Niño já é conhecido há séculos, mas suas causas permanecem obscuras. Sabe-se de certa relação entre o recrudescimento de atividades vulcânicas e o início de perturbações nas águas do Pacífico, numa faixa de cerca de 9.700km, quase 25% da circunferência do planeta e do tamanho aproximado do território brasileiro.

De 1985 a 1995, um programa científico internacional de nome Toga (Tropical Ocean and Global Atmosphere), composto por mais de 2 mil cientistas de 20 países, analisou o fenômeno, a que chamou Enso (El Niño Southern Oscillation). O programa aparelhou o oceano com sondas e bóias submersas e flutuantes, que transmitem dados permanentemente ao sistema Argos de satélites, além de usar o satélite altimétrico franco-americano Topex-Poseidon. Este é capaz de detectar o desnivelamento das águas oceânicas, fundamental para o entendimento do processo.

Não se determinou, ainda, como acontece a vinculação com o vulcanismo. Contudo os 28 El Niños ocorridos neste século foram precedidos, em 15 ocasiões, por erupções vulcânicas capazes de prejudicar a incidência de luz solar, afetando a temperatura da água. Outra associação, também não

determinada claramente, pode existir com as centenas de vulcões submarinos descobertos no ano passado no Pacífico, cuja agitação orquestrada poderia provocar alterações nas correntes.

A atual manifestação do El Niño é anômala. Começou bem mais cedo do que o normal, que seria o fim do ano. Em 1997, o aquecimento do oceano iniciou-se em maio e foi muito rápido.

Normalmente, ele está relacionado a secas no verão australiano, no Sudeste africano, na região Nordeste do Brasil e em partes da Ásia e da América Central. Também aumenta as precipitações pluviométricas no Hemisfério Norte, no Sul brasileiro, na África do Sul e altera o regime das monções indianas.

Considera-se que seus piores efeitos passarão a ser sentidos a partir de outubro, mas o Noroeste dos EUA, a Tailândia e o Norte da Índia e da China, além da Austrália, já experimentam forte seca há semanas. O governo australiano prepara-se para o pior, tendo calculado que sua produção de cereais poderá recuar mais de 40% na safra 1997/98, o que afetaria seriamente o desempenho da economia de seu país. Os peruanos, por enquanto, limitaram-se a suspender a pesca de anchovas, mas todos os relatórios internacionais sobre o assunto referem-se à preocupação governamental com o desfalque na indústria pesqueira. Foi criada uma comissão de emergência para medidas preventivas, como dragagem, deslocamento de lavouras algodoeiras e arrozeiras, no Norte, e apoio à pesca artesanal (reduzida em mais de 50% este ano). Como acontece no Sul do Brasil, o Norte do Peru é afetado por chuvas e inundações.

Na Argentina, paradoxalmente, o clima seco foi benéfico, pois ajudou os triticultores do país a encerrarem bem o plantio. Contudo, em razão de problemas climáticos anteriores e da previsão de preços mais baixos para o trigo, sua nova safra está sendo prevista em apenas 12,5 milhões de toneladas, bem abaixo do recorde do ano passado, de 15,9 milhões. Para compensar as perturbações no calendário agrícola, os agricultores usaram variedades precoces, que têm menor rendimento no campo.

Tudo isso tem provocado, num primeiro momento, grande ansiedade nos mercados agrícolas e, posteriormente, poderá acarretar séria instabilidade. Aliás, até mesmo instabilidade política poderá ocorrer em alguns países cuja agricultura sofra muitos danos, tendo ainda que arcar com efeitos nocivos de inundações ou canículas sobre as cidades.

No momento, além da imediata repercussão dos relatórios feitos pelo Departamento de Agricultura dos EUA, referentes a estiagem ou chuvas esparsas nas regiões produtoras de milho, trigo e soja, outras notícias inquietantes se amiúdam. Por exemplo, a seca na Indonésia reduziu sua safra de café em pelo menos 25% e o cacau pode ter perdido 10% de sua produção; a Costa do Marfim precisa urgentemente de chuvas para salvar seus cacauais; na Tailândia, perderam-se 15% da cana-de-açúcar e, na Austrália, teme-se pelos prejuízos provocados ao trigo.

Não se determinou ainda como vincular o fenômeno ao vulcanismo. Contudo os 28 El Niños ocorridos neste século foram precedidos, em 15 ocasiões, por erupções vulcânicas.

Na costa pacífica da América do Sul, além das perdas na agricultura, a própria atividade pesqueira, importante para o Peru, Chile, Equador e Colômbia, está sendo muito prejudicada, como nas outras vezes em que as correntes foram alteradas. Esses países formaram o Conselho do Pacífico Sul, órgão coordenador de suas políticas para o mar, que se reuniu em agosto para discutir o problema.

Em suas principais aparições recentes, El Niño afetou, marcadamente, em 1976/77, os mercados do cacau, café e soja. Nos anos seguintes (1977/78, com efeitos reduzidos; em 1982/83, o mais forte do século; em 1986/87, 1991/92, 1993/94 e 1995, novamente fraco), todos os mercados de commodities alimentícias estiveram sob sua influência.

Agora, esperam-se chuvas escassas na China, Filipinas, Índia, Vietnã, Indonésia e ilhas da Oceania. O inverno quente e seco que estamos vivendo no Brasil também está associado ao fenômeno.

Todas as principais publicações internacionais, de negócios ou amenidades, têm dedicado espaço a previsões de que este poderá ser o novo "El Niño do século", lembrando que o anterior, mais forte, de 1982/83, matou milhares de pessoas e provocou perdas estimadas em mais de US$13 bilhões em vários países.

No Brasil, anunciou-se, com atraso, que os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, do Meio Ambiente e da Agricultura irão atuar através de projetos específicos. A própria reformulação do zoneamento agrícola foi sugerida. De concreto, porém, pouco tem sido feito. Na área do meio ambiente, o ministério específico preocupou-se com os sucessivos focos de incêndio nos parques e reservas florestais.

Embora se possa detectar o início de El Niño com até seis meses de antecedência (em 1987/88, primeira previsão correta, ele foi previsto com um ano de antecipação), infelizmente ainda não se pode estimar sua abrangência, virulência e duração. Resta esperar que desta vez o deus Netuno poupe os mortais, cuja culpa nas alterações climáticas existe mas também ainda não foi suficientemente dimensionada.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA
E-mail: ferfal@fgv.br

Setor sucroalcooleiro

Mudanças radicais modificam comportamento setorial

O setor sucroalcooleiro vem procurando ajustar-se às mudanças, tanto de caráter técnico, quanto político e econômico, desde que o governo decidiu deixar que o segmento agroindustrial canavieiro caminhe com suas próprias pernas.

Com o ressurgimento do Proálcool anunciado pela secretária de Meio Ambiente, Aspásia Camargo, em Nova York; a decisão do governo paulista, que baixou em 6 de agosto de 1997 o Decreto nº 42.056 regulamentando a queima da palha da cana-de-açúcar; o problema da realocação de pessoal da Zona da Mata Canavieira Nordestina e a criação do Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool e do Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira, fazem-se necessárias algumas considerações para que se possa refletir sobre tais medidas e os prós e contras que derivam dessas decisões.

No caso da proibição das queimadas com a conseqüente utilização das colheitadeiras de cana, máquinas capazes de substituir, nas etapas de corte e carregamento, cerca de 70 ou 80 bóias-frias, há que avaliar as conseqüências sociais dessa substituição, além dos aspectos técnicos.

Sem dúvida, o próprio empresariado reconhece que a queima causa problemas à população, sendo inevitável sua substituição. Devem, porém, ser considerados a realocação do pessoal, a adaptação da cultura ao corte mecanizado, ajustes industriais na recepção da matéria-prima, treinamento de pessoal para operação das colheitadeiras e alguns acertos no transporte da cana do campo para a indústria.

No que diz respeito à Zona da Mata Nordestina, o setor canavieiro caminha progressivamente para a extinção total, haja vista o fechamento da maioria das unidades industriais ali localizadas, acarretando desemprego em massa, com a agravante de não existirem possibilidades de reaproveitamento do pessoal em outra atividade agrícola, já que a região não tem, segundo analistas, condições edafoclimáticas para acolher outras culturas extensivas que possam absorver o pessoal inativo.

Entretanto, como paliativo, as promessas de revitalização do Proálcool aparecem como solução amenizante para esses problemas, já que pode, senão soerguer o setor de forma a realocar o pessoal demitido, pelo menos incentivar os que permanecem no segmento a investir no campo para atender à demanda potencial a ser criada.

Finalmente, a criação do Conselho Interministerial — Decreto s/nº de 21 de agosto de 1997 —, composto pelos ministros de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; Fazenda; Planejamento e Orçamento; Agricultura e de Abastecimento; Minas e Energia; Meio Ambiente; Relações Exteriores; Ciência e Tecnologia, pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República e pelo secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com o objetivo de deliberar sobre as políticas relacionadas com as atividades do setor sucroalcooleiro, considerando, principalmente, a adequação da participação dos produtos da cana-de-açúcar na matriz energética nacional, os impactos ambientais e sociais, os mecanismos econômicos necessários à auto-sustentação setorial e o desenvolvimento científico e tecnológico, vem abrir caminho para a solidificação do setor.

O mesmo decreto determina a criação do Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira, formalizado pela Portaria nº 107 do Mict, de 21 de agosto de 1997, composto por seis representantes dos industriais do açúcar e do álcool — sendo três da região Centro-Sul e três da região Norte-Nordeste —, quatro representantes dos plantadores de cana e um da entidade de classe dos trabalhadores na agricultura, com a incumbência de assessorar e apresentar mecanismos para a impulsão da agroindústria canavieira.

Panorama da safra

Sob o aspecto prático, a safra 1997/98 já está a pleno vapor, com a região Centro-Sul moendo desde final de abril em níveis normais, com pequenas oscilações para mais e/ou para menos no que diz respeito aos principais produtos, porém dentro da expectativa de atendimento às necessidades delimitadas, podendo, ainda, superar a moagem da cana da safra passada. Na região Nordeste as unidades industriais dão os últimos retoques para o início da moagem, com algumas usinas já em funcionamento e expectativa de safra promissora em função da boa distribuição pluviométrica regional.

Os mercados interno e externo não apresentaram modificações de vulto que mereçam comentários. Apenas houve melhora no preço interno do mercado paulista, que apresentou oscilações para maior, sendo a saca de cristal negociada a R$14,00. No mercado externo os preços têm oscilado entre as cotações de US$11,55 a US$11,87 por libra-peso, devendo manter-se neste patamar, pois, segundo expectativas do setor, as exportações brasileiras poderão atingir 7 milhões de toneladas, superando as previsões governamentais para o período.

JOAQUIM VILLANOVA
E-mail: villa@fgv.br

INDICADOR DO PREÇO DO MILHO

Previsão de alta para o fim do ano

A tendência dos contratos para novembro, a partir de julho situados em patamares visivelmente mais elevados que os de setembro, confirma um maior ímpeto sazonal da demanda, voltada para atender ao consumo dos rebanhos avícola e suíno para o final do ano.

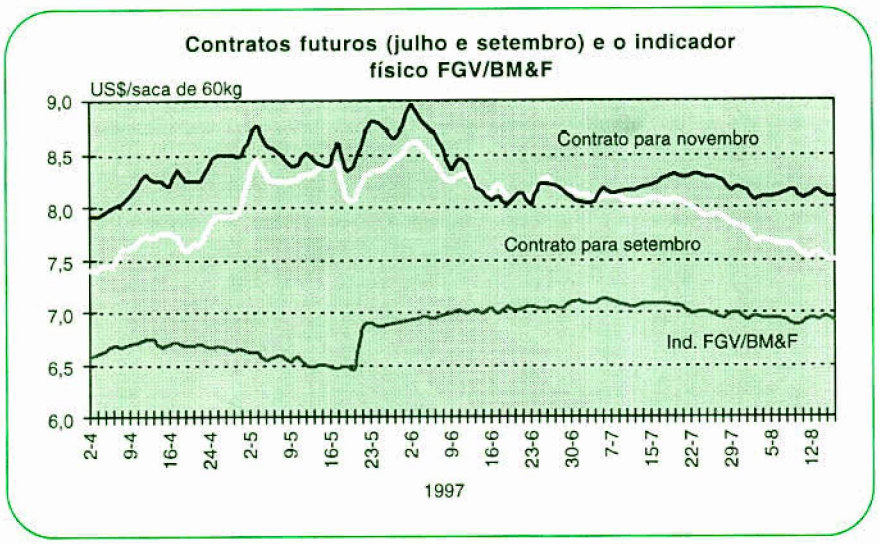
Entre meados de julho e meados de agosto, o mercado interno do milho funcionou à base das informações do resultado da colheita da safrinha de 1997 e das primeiras notícias quanto à formação das intenções de plantio da safra de verão 1997/98, temperadas pelo ritmo da demanda de rações.

Em fins de maio e início de junho, havia-se formado uma expectativa de que o resultado da iminente colheita da segunda safra viesse a ser inferior ao antecipado, devido à falta de chuvas em algumas regiões produtoras. Este sentimento foi em grande parte apenas especulativo. Primeiro, pela representatividade ainda pequena da safrinha dentro do quadro geral de oferta interna, muito embora esta participação venha crescendo ano a ano. Segundo, porque seria sabidamente grande a quantidade do grão estocado à disposição dos consumidores, que souberam tirar vantagem desse fato ao longo de todo o ano, adquirindo o insumo *da mão para a boca*.

Isso quer dizer que a alta motivada pela estiagem não era sustentável, parecendo ter sido um balão de ensaio lançado por certos segmentos do mercado, com o objetivo primário de exercer influências altistas sobre os preços.

À medida que as especulações se desfizeram, com as informações definitivas sobre danos menores do que o antecipado à safrinha, declinaram os valores dos contratos para setembro, voltando o mercado à tranqüilidade para formar suas expectativas de acordo com a verdadeira situação do quadro de abastecimento para os meses do final do ano.

A tendência dos contratos para novembro, a partir de julho situados em patamares visivelmente mais elevados que os de setembro, confirma um maior ímpeto sazonal da demanda, voltada para atender ao consumo dos rebanhos avícola e suíno para o final do ano. A aposta em cotação pouco acima de R$8,00/60kg certamente baseia-se na premissa de que os preços das carnes avícola e suína venham facilmente acomodar o custo de seu principal insumo, não só pelo tradicional aumento do consumo interno com as festas natalinas, como também porque a demanda destas proteínas alternativas à bovina tem sofrido o estímulo do bom ritmo de suas exportações — que, segundo informações preliminares, deverão chegar ao recorde de quase 700 mil toneladas até o final do ano.



EDGAR COSTA FILHO
E-mail: evc@fgv.br

IRENE RAGUENET TROCCOLI
E-mail: iragtroc@fgv.br

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA
E-mail: roger@fgv.br

Reduz-se o Iabag em julho

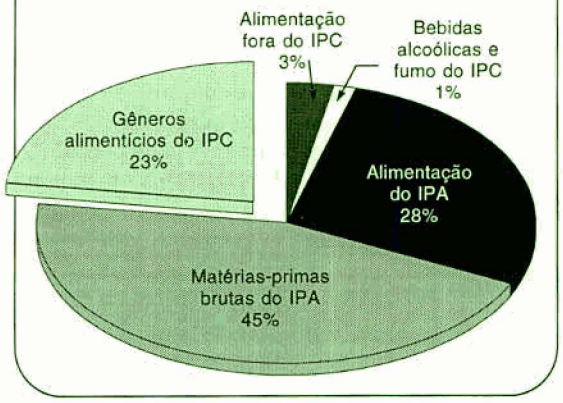
A inflação medida pelo IGP-DI/FGV ficou em 0,09% para o mês de julho, enquanto a inflação do agribusiness, medida pelo Iabag, ficou em -0,96%, 0,82 ponto percentual abaixo do Iabag do mês de junho.

Os índices que formam o Iabag, IPC e IPA, tiveram uma queda de 0,83 e 1,01%. No caso do IPC, a queda para o mês de julho ocorreu devido a uma regularização da oferta das hortaliças (27%) e do pescado (2,22%).

No que se refere ao IPA, os itens que mais influenciaram sua queda foram os componentes de matérias-primas brutas, como: café em coco (114,1%), aumento da oferta, e o trigo (29,8%). Influiu ainda a expectativa de uma boa safra norte-americana. No entanto, a deflação do IPA foi em parte diluída pela importação de cevada (-2,95%) e pelos bovinos (-78,4%), no início do período de entressafra.

As perspectivas para os próximos meses são de que o preço dos grãos, como milho, trigo e soja, se eleve em razão de fatores externos, como a seca registrada nas regiões produtoras da Austrália, resultado do fenômeno El Niño, bem como uma expectativa de queda nos preços do café, relacionada a um aumento de 100 mil sacas nos estoques dos EUA, de acordo com o relatório da Green Coffee Association.

Iabag: componentes do IPA e do IPC, as principais contribuições



Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado-disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do índice FGV/Abag, e sua influência no índice, que resulta do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

Índice FGV/Abag — últimos resultados

	Índice FGV/Abag total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios	Bebidas alcoólicas e fumo
Janeiro 1997	3,42	2,61	2,09	0,52	0,81	0,77	0,74	0,04
Fevereiro	0,76	0,27	-0,26	0,52	0,49	0,49	0,48	0,00
Março	3,15	3,88	3,60	4,06	1,62	1,80	2,15	-0,15
Abril	0,44	0,68	-1,37	1,99	-0,09	-0,01	-0,03	-0,85
Maio	-0,25	0,04	-1,26	0,85	-0,86	-0,84	-0,90	-1,06
Junho	-0,14	0,26	0,72	-0,03	-1,01	-1,01	-1,14	-0,98
Julho	-0,96	-1,01	-1,00	-1,02	-0,83	-0,87	-0,89	-0,45
Acum. 12 meses	6,05	7,68	1,26	9,18	-2,94	-3,06	-3,85	-3,48
Acum. 1997	6,52	6,83	2,44	7,01	-0,83	0,12	1,35	-1,19
Julho 1996	2,55	3,41	6,84	1,16	0,14	0,09	0,17	0,55

ÍNDICE FGV/ABAG

Índice FGV/Abag — últimos resultados

Discriminação	Ponderação	Variação %	Influência percentual	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	100,000	-0,956	100,00	-348,06
Itens do IPA-DI	68,748	-1,012	72,76	-253,25
Alimentação	26,445	-1,003	27,75	-96,57
Matérias-primas brutas	42,304	-1,017	45,01	-156,68
Algodão arbóreo	0,144	-6,964	1,05	-3,66
Algodão herbáceo	1,549	0,205	-0,33	1,15
Amendoim	0,081	4,483	-0,38	1,33
Arroz em casca	2,807	-1,379	4,05	-14,10
Aves	1,792	5,355	-10,04	34,94
Babaçu	0,135	-2,828	0,40	-1,39
Borracha hévea	0,184	0,000	0,00	0,00
Bovinos	9,942	7,538	-78,40	272,87
Cacau	0,888	0,562	-0,52	1,82
Café em coco	5,298	-20,596	114,15	-397,31
Cana-de-açúcar	5,515	4,486	-25,88	90,09
Cevada	0,111	25,408	-2,95	10,27
Erva-mate (bruta)	0,049	-0,531	0,03	-0,09
Fumo em folha	0,625	-0,863	0,56	-1,96
Juta	0,032	-6,207	0,21	-0,72
Leite *in natura*	4,459	-0,033	0,15	-0,53
Malva	0,051	-5,806	0,31	-1,07
Soja	2,986	-4,050	12,65	-44,04
Suínos	1,945	-0,085	0,17	-0,60
Trigo	3,710	-7,675	29,78	-103,66
Itens do IPC-BR	31,252	-0,833	27,24	-94,81
Alimentação	28,522	-0,869	25,94	-90,29
Gêneros alimentícios	24,484	-0,892	22,86	-79,55
Adoçantes	0,447	-1,324	0,62	-2,16
Arroz e feijão	1,039	-0,761	0,83	-2,88
Aves e ovos	1,200	0,748	-0,94	3,27
Bebidas não-alcoólicas	1,435	1,131	-1,70	5,91
Carne bovina	2,053	1,038	-2,23	7,76
Carne suína	0,123	-1,335	0,17	-0,60
Carnes e peixes industrializados	1,195	0,669	-0,84	2,91
Condimentos	0,825	1,053	-0,91	3,16
Doces e chocolates	0,580	-0,791	0,48	-1,67
Frutas	2,306	-0,168	0,41	-1,41
Hortaliças	3,872	-6,672	27,02	-94,06
Laticínios	3,391	0,800	-2,84	9,88
Massas e farinhas	0,790	0,747	-0,62	2,15
Óleos e gorduras	0,750	-0,241	0,19	-0,66
Outros gêneros alimentícios	0,224	0,355	-0,08	0,29
Panificados	3,007	-0,297	0,93	-3,25
Pescado	0,802	-2,651	2,22	-7,74
Enlatados e conservas	0,445	-0,280	0,13	-0,45
Alimentação fora	4,038	-0,731	3,09	-10,74
Bebidas alcoólicas e fumo	2,729	-0,455	1,30	-4,52

EDGAR COSTA FILHO
VIVIANE SEDA

Poucas novidades

Os recentes levantamentos do IBGE apresentam poucas diferenças em relação àqueles divulgados no mês anterior. Cerca de 90% da produção brasileira foram colhidos, de modo que as novidades decorrem de revisões estatísticas e dos resultados da colheita da safra de inverno que se desenvolverá nos próximos meses.

Aproxima-se o período de plantio da nova safra de verão e nos próximos meses as atenções estarão voltadas para as intenções dos agricultores e, neste ano, para um fenômeno climático, o El Niño, que pode vir a ter sensível influência sobre os resultados da safra.

Brasil — produção e área colhida de lavouras selecionadas

Produtos	Área em mil ha			Produção em mil t		
	Safra 96	Safra 97	Variação %	Safra 96	Safra 97	Variação %
Total	48.283	48.518	0,49			
Abacaxi	41	44	8,61	844	979	15,96
Algodão	833	654	-21,48	993	838	-15,58
Algodão arbóreo (em caroço)	44	28	-36,34	6	4	-38,34
Algodão herbáceo (em caroço) .	789	626	-20,65	986	834	-15,44
Alho	12	12	-0,84	59	62	4,99
Amendoim	79	89	12,41	154	138	-10,33
Amendoim (em casca) 1ª safra	59	67	12,33	127	111	-12,36
Amendoim (em casca) 2ª safra	20	22	12,66	27	27	-0,65
Arroz (em casca)	3.909	3.567	-8,76	9.971	9.203	-7,70
Arroz (em grão)	147	189	28,74	196	283	44,30
Banana	485	497	2,49	526	548	4,32
Batata-inglesa	178	171	-4,16	2.498	2.504	0,24
Batata-inglesa 1ª safra	110	105	-4,54	1.519	1.530	0,72
Batata-inglesa 2ª safra	60	59	-1,38	798	800	0,30
Batata-inglesa 3ª safra	9	7	-18,46	181	174	-3,97
Cacau (em amêndoa)	684	705	3,13	257	282	9,96
Café (em coco)	1.989	2.018	1,47	2.666	2.423	-9,11
Cana-de-açúcar	4.707	4.752	0,97	318.769	323.007	1,33
Castanha de caju	656	682	3,92	165	182	10,60
Cebola	74	70	-5,30	963	912	-5,36
Centeio (em grão)	5	9	73,11	8	13	68,12
Cevada (em grão)	89	122	36,51	225	289	28,58
Coco-da-baía	244	247	1,01	977	963	-1,41
Feijão	4.673	4.601	-1,56	2.702	3.016	11,62
Feijão (em grão) 1ª safra	2.709	2.504	-7,56	1.329	1.422	7,03
Feijão (em grão) 2ª safra	1.820	1.935	6,36	1.163	1.348	15,92
Feijão (em grão) 3ª safra	145	161	11,23	210	246	16,81
Fumo (em folha)	303	349	15,07	472	622	31,73
Guaraná (semente)	8	8	1,52	2	2	4,19
Juta (fibra)	2	2	-0,32	2	2	-2,10
Laranja	975	969	-0,54	109.064	108.857	-0,19
Maçã	27	27	2,65	3.267	3.869	18,43
Malva (fibra)	6	6	-5,25	10	10	-2,45
Mamona	121	150	23,72	43	125	188,48
Mandioca	1.896	1.898	0,11	24.190	24.848	2,72
Milho (em grão)	13.134	13.418	2,16	31.784	34.438	8,35
Milho (em grão) 1ª safra	11.375	11.334	-0,36	28.182	30.438	8,00
Milho (em grão) 2ª safra	1.759	2.083	18,42	3.602	4.001	11,07
Pimenta-do-reino	2	2	-6,20	6	6	-4,61
Sisal (fibra)	123	121	-0,97	113	116	2,48
Soja (em grão)	10.738	11.299	5,22	23.505	25.687	9,28
Sorgo (em grão)	189	225	19,13	336	385	14,80
Tomate	59	61	3,48	2.607	2.685	3,00
Trigo	1.833	1.494	-18,48	3.294	2.897	-12,05
Uva	60	57	-3,73	732	841	14,85

Fonte: IBGE. *Produção Agrícola Municipal* e *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* (julho 1997).
Nota: Banana, produção em mil cachos. Laranja, abacaxi, coco-da-baía e maçã, produção em mil frutos.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

OFERTA E DEMANDA

Alemanha — suco concentrado de maçã

A Alemanha continuará a dominar o comércio mundial de bebida em 1996/97, respondendo por 45% das importações e 25% das exportações.

1994/95 a 1996/97 — em t a 70/71 graus brix

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	164.056	181.286	186.723
Produção	74.571	69.901	75.000
Importação	202.721	210.000	220.000
Disponibilidade	441.348	461.187	481.723
Exportação	109.803	120.000	130.000
Consumo interno	150.259	154.464	165.000
Estoque final	181.286	186.723	186.723

Fonte: USDA (abril 1997).

EUA — suco concentrado de maçã

A queda de 5% na produção de 1996/97, com relação à anterior, se deve à redução nas safras dos estados do Leste dos EUA, que, conjugada à elevada qualidade das frutas obtidas no Oeste do país, diminuiu a oferta para o processamento industrial.

1994/95 a 1996/97 — em t a 70/71 graus brix

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	0	0	0
Produção	166.547	156.150	148.000
Importação	188.892	161.599	200.000
Disponibilidade	355.439	317.749	348.000
Exportação	9.957	11.413	10.500
Consumo interno	345.482	306.336	337.500
Estoque final	0	0	0

Fonte: USDA (abril 1997).

Argentina — suco concentrado de maçã

O recorde da produção esperada em 1996/97 deverá ser acompanhado por forte aumento nas exportações, tendo em vista a recuperação da demanda externa da bebida, principalmente por parte dos EUA e do Japão.

1994/95 a 1996/97 — em t a 70/71 graus brix

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	135	385	115
Produção	65.350	64.400	75.000
Importação	400	600	300
Disponibilidade	65.885	65.385	75.415
Exportação	62.700	62.300	72.500
Consumo interno	2.800	2.970	2.800
Estoque final	385	115	115

Fonte: USDA (abril 1997).

Polônia — suco concentrado de maçã

Segundo maior produtor mundial de suco concentrado de maçã, a Polônia estima que, nos próximos cinco anos, sua colheita da fruta chegue a 2 milhões de toneladas (33% acima do esperado para 1996/97), facultando-lhe forte avanço na produção da bebida.

1994/95 a 1996/97 — em t a 70/71 graus brix

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	0	0	0
Produção	108.000	88.000	120.000
Importação	0	90	0
Disponibilidade	108.000	88.000	120.000
Exportação	105.320	85.599	115.000
Consumo interno	2.680	2.491	5.000
Estoque final	0	0	0

Fonte: USDA (abril 1997).

IRENE RAGUENET TROCCOLI

ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

Brasil — índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/ Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR	Sementes	Fertili-zantes	Agrotóxicos	Serviços	Combus-tíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,00181	0,00234	0,00127	0,00245	0,00199	0,00240	0,00352	0,00276	0,00308	0,00208	0,00292	0,00287
1991	0,00995	0,01307	0,00673	0,01159	0,01045	0,01418	0,01663	0,01491	0,01377	0,01069	0,01626	0,01469
1992	0,11153	0,14141	0,07887	0,12130	0,11439	0,14413	0,16961	0,16337	0,18164	0,15258	0,14658	0,15941
1993	2,60158	3,21498	1,90350	2,82859	2,66976	2,91402	3,06151	3,18374	3,38025	3,26034	3,01228	3,11315
1994	70,48975	73,19161	66,85993	70,14020	70,34755	70,35808	69,58997	69,55649	70,48967	69,37725	78,28740	71,44083
1995	106,13302	106,89354	104,20586	102,88058	105,05744	107,52547	111,20753	105,20302	118,38800	101,83400	193,85449	125,84334
1996	125,68996	136,94445	108,12561	101,92533	117,12793	119,54417	130,93650	113,88375	126,82508	110,52525	239,79508	144,11942
Maio 95	103,28865	97,68172	111,63964	100,98872	102,56274	105,83700	108,30100	104,06100	118,54700	100,00000	199,19800	124,69500
Jun.	103,28671	97,93810	111,17718	99,68264	102,09995	106,07800	108,85200	104,21100	119,21000	100,00000	206,69000	126,29700
Jul.	102,83329	101,04946	104,41811	101,29445	102,38213	107,75300	108,72600	105,50900	121,69400	100,00000	208,64700	127,35400
Ago.	105,65396	105,74986	104,17334	104,27488	105,26145	108,08300	110,11300	105,74300	121,74300	100,00000	208,02300	127,66700
Set.	103,39474	104,69440	100,09280	102,09422	103,02786	108,69000	113,44700	106,73600	122,31200	100,00000	209,28200	129,06900
Out.	105,39029	108,15438	99,87801	99,75366	103,50260	109,06600	118,03600	107,87600	121,90600	107,33600	211,61900	131,98800
Nov.	111,02590	116,16174	102,01510	101,11944	107,60457	109,61200	120,98100	108,74400	122,74600	107,33600	215,83300	133,84000
Dez.	113,37300	121,43900	100,30600	98,86100	108,25100	110,32700	122,68300	109,84300	123,62200	107,33600	217,78000	134,99400
Jan. 96	120,37700	131,54400	103,15000	97,59000	112,12800	111,23000	124,79500	110,55100	124,57500	107,33600	222,21400	136,72400
Fev.	120,19261	128,80609	106,12837	96,63548	111,63584	111,97800	125,90800	111,49100	125,14500	107,33600	227,79800	138,35800
Mar.	117,80289	124,30686	106,53709	97,02872	110,34255	113,22700	127,16000	111,58600	126,20900	107,33600	230,69100	139,58000
Abr.	122,42000	129,68000	110,04000	98,41000	113,71000	114,57800	128,12600	111,98300	126,23700	111,43000	234,57800	141,47000
Maio	127,23666	136,53180	112,05653	98,50170	116,66316	116,70800	129,04800	112,66600	126,83800	111,42000	236,51100	142,56500
Jun.	127,60825	137,38788	111,79176	100,92007	117,87809	118,45300	130,22700	113,34700	126,73500	111,63500	239,98100	143,89900
Jul.	125,07500	136,55900	107,16200	103,33200	117,33300	119,42500	130,75400	113,97000	126,59800	111,63500	243,03100	144,81600
Ago.	125,47300	139,54100	104,38500	106,06800	118,65700	121,08200	132,17900	114,52600	127,04400	111,63500	244,94800	145,93200
Set.	129,08600	143,04500	107,99100	106,32600	120,98500	124,79800	134,13400	115,28100	127,55600	111,63500	247,16700	147,60500
Out.	132,57000	146,80000	111,04000	107,64000	123,64000	126,30800	135,45400	116,36500	128,33200	111,63500	248,89800	148,73200
Nov.	131,19050	146,26300	108,70588	105,62632	121,99099	127,96800	136,15600	117,17100	128,64800	111,63500	250,79900	149,66600
Dez.	129,24756	142,86880	108,51972	105,02572	120,57158	128,77500	137,29700	117,66800	127,98400	111,63500	250,92500	150,08600
Jan. 97	130,32749	140,01994	114,17560	103,06541	120,44157	129,05000	138,15900	118,20900	128,73700	121,98700	252,43800	152,41500
Fev.	131,77670	135,08608	123,63111	104,31268	121,82214	130,68300	138,37600	119,34600	130,73700	121,93700	253,01300	153,21700
Mar.	136,66829	137,34720	132,19467	106,26890	125,56910	129,95200	137,93200	119,93300	130,71500	121,93700	254,49800	153,31900
Abr.	140,93771	140,16146	138,54100	108,24623	128,93985	129,79300	137,78400	120,32700	131,27100	121,93700	256,77400	153,79500
Maio	144,97000	143,56000	143,46000	107,59000	131,08000	129,14200	137,26300	120,63800	132,25000	121,98700	258,61700	154,05800
Jun.	143,79808	139,40986	146,94840	107,58518	130,38035	128,78000	136,48500	120,98300	192,10100	121,98700	260,86200	154,23500
Jul.	138,34226	136,11372	137,99942	109,25222	127,83603	129,88500	136,21500	121,98600	132,82200	121,98700	261,45200	154,65000

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Depois de longo período de declínio, as cotações dos fertilizantes se estabilizaram enquanto os preços das lavouras amparadas pela PGPM se mantêm relativamente estagnados. Não há muito espaço para o aumento das compras do insumo.

A recente recuperação dos preços deve favorecer o uso de fertilizantes na lavoura.

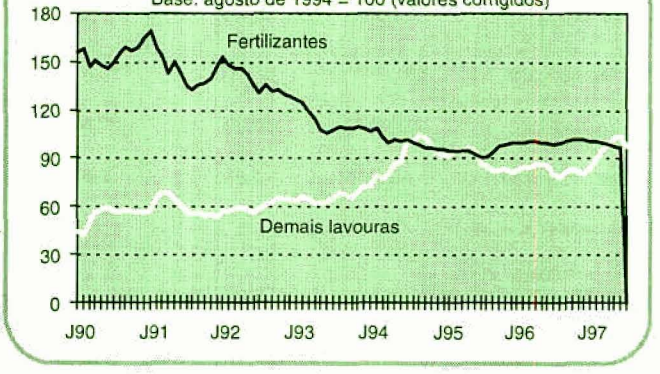
Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores

Base: agosto de 1994 = 100 (valores corrigidos)



Brasil — índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Base: agosto de 1994 = 100 (valores corrigidos)



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de julho de 1997/unidade)

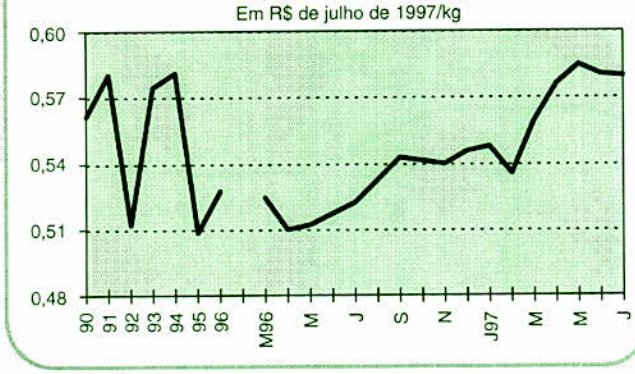
Anos/ Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)
1990	0,56161	0,48672	0,29222	0,38404	0,44342	18,82679	0,74856	16,36198	0,86772	1,92812
1991	0,58021	0,57578	0,37085	0,38686	0,47490	21,32768	0,71214	17,48551	0,86198	2,00069
1992	0,51196	0,40007	0,27246	0,28456	0,30685	21,12490	0,61374	18,15088	0,67007	2,77467
1993	0,57474	0,50937	0,26949	0,29927	0,33486	18,66607	0,77608	16,21168	0,84049	2,48744
1994	0,58112	0,45784	0,26141	0,38236	0,52419	19,61626	1,38308	16,72173	1,01047	2,13509
1995	0,50849	0,41150	0,21333	0,56903	0,38525	18,14923	1,25114	15,03001	0,60268	1,97848
1996	0,52704	0,42125	0,22223	0,44730	0,29713	17,07958	1,02841	16,37282	0,65997	2,20100
Mar. 96	0,52457	0,33483	0,22322	0,41296	0,23438	15,84880	1,20540	15,60326	0,62502	2,22106
Abr.	0,50986	0,35469	0,22168	0,44336	0,28818	16,32662	1,15273	16,40421	0,64287	2,19462
Maio	0,51232	0,37062	0,21801	0,42512	0,33791	17,66966	1,14455	16,52511	0,63223	2,22370
Jun.	0,51690	0,39845	0,21538	0,44152	0,38768	17,07935	1,05534	16,54091	0,65690	2,19684
Jul.	0,52197	0,41544	0,21305	0,51132	0,37283	16,37278	0,88415	16,58583	0,66045	2,16244
Ago.	0,53260	0,46869	0,21304	0,45803	0,34086	16,05248	0,84150	16,62769	0,64977	2,15169
Set.	0,54255	0,50000	0,21277	0,44681	0,34043	16,41492	0,91489	16,70215	0,68085	2,18085
Out.	0,54137	0,47768	0,22292	0,43522	0,31845	19,35140	0,91290	16,77192	0,70060	2,18672
Nov.	0,53983	0,56100	0,23287	0,39164	0,24345	20,17488	0,89972	16,75595	0,71978	2,19108
Dez.	0,54564	0,53514	0,24134	0,34627	0,23085	20,56625	0,89190	16,83075	0,65057	2,17205
Jan. 97	0,54751	0,42355	0,23760	0,37189	0,18595	18,69800	1,01238	16,82820	0,64048	1,97310
Fev.	0,53491	0,42176	0,23660	0,36004	0,20574	17,14805	1,24470	16,56171	0,61721	1,99563
Mar.	0,55926	0,44741	0,22370	0,36606	0,27455	18,69961	1,36256	16,69644	0,59993	1,97266
Abr.	0,57621	0,51556	0,22240	0,35381	0,36392	20,77386	1,36471	16,64942	0,61665	1,96113
Maio	0,58455	0,53416	0,22173	0,37291	0,47369	22,14250	1,44123	16,53884	0,61479	1,95523
Jun.	0,58051	0,52045	0,22019	0,37032	0,45039	22,69976	1,52132	17,02482	0,62054	1,93168
Jul.	0,58000	0,57000	0,22000	0,34000	0,36000	22,41000	1,32000	17,00000	0,58000	1,94000

Sucessivas safras reduzidas e medidas de restrição às importações estão permitindo a recuperação dos preços da fibra.

Confirmando as características sazonais do mercado, as cotações do tubérculo entram em rota decrescente.

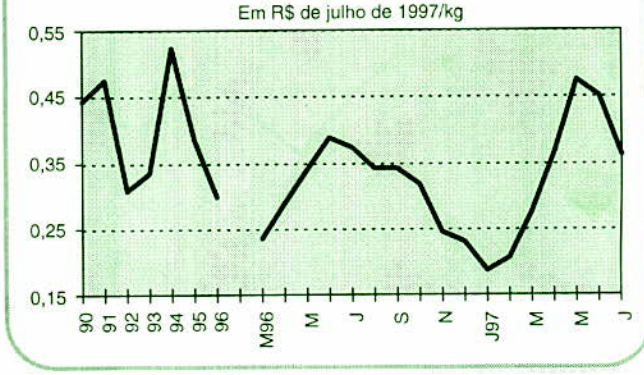
Brasil — algodão em caroço — preços recebidos pelos produtores

Em R$ de julho de 1997/kg



Brasil — batata-inglesa — preços recebidos pelos produtores

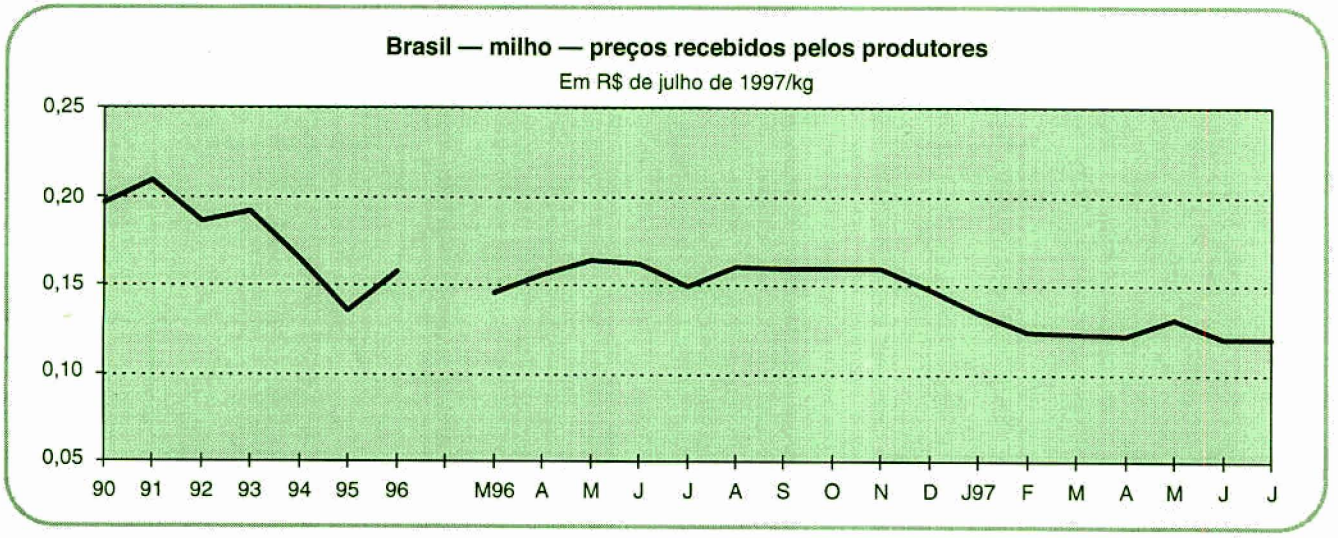
Em R$ de julho de 1997/kg



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de julho de 1997/unidade)

Anos/ Produtos	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raíz — t)	Soja (grão — kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)
1990	4,01394	0,19578	58,17012	0,23316	0,52638	0,18840	0,75999	0,27800	1,34927	0,20079	0,36344
1991	3,08736	0,20877	69,66219	0,28783	0,45009	0,18908	0,44743	0,22889	1,11247	0,20120	0,31685
1992	3,03704	0,18570	78,74306	0,29850	0,42066	0,22365	0,47440	0,24798	0,91543	0,18525	0,26862
1993	2,40471	0,19120	78,14170	0,29537	0,39615	0,20581	0,48274	0,28035	0,98793	0,19635	0,55139
1994	3,24861	0,16432	56,12713	0,25850	0,50364	0,17123	0,38133	0,28276	1,59596	0,23708	0,35620
1995	3,10448	0,13534	79,16724	0,19443	0,46415	0,17057	0,52528	0,28186	1,88329	0,28593	0,48382
1996	1,98128	0,15693	82,88762	0,24851	0,38507	0,21013	0,24097	0,27768	1,64610	0,27223	0,20017
Mar. 96	1,83042	0,14509	76,30862	0,22322	0,47993	0,20090	0,33483	0,27903	1,66301	0,25671	0,46877
Abr.	2,09486	0,15517	79,13921	0,23276	0,38794	0,21059	0,34360	0,28818	1,64042	0,27710	0,60962
Maio	1,97298	0,16351	81,85160	0,25071	0,34881	0,23981	0,22891	0,29431	1,60237	0,27251	0,00000
Jun.	1,93839	0,16153	85,13829	0,23691	0,39845	0,24768	0,21538	0,26922	1,58302	0,27999	0,00000
Jul.	1,91744	0,14913	86,93445	0,23435	0,38349	0,24501	0,17044	0,27696	1,53395	0,27696	0,00000
Ago.	1,93865	0,15978	86,02510	0,24499	0,37282	0,23434	0,14913	0,27695	1,53388	0,28760	0,00000
Set.	2,09575	0,15957	85,85119	0,26596	0,36170	0,21277	0,13830	0,26596	1,72341	0,27660	0,00000
Out.	2,12303	0,15923	86,82125	0,28661	0,31845	0,18046	0,26538	0,26538	1,71965	0,26538	0,00000
Nov.	2,05348	0,15877	81,94854	0,27521	0,28579	0,16936	0,24345	0,24345	1,68300	0,29638	0,00000
Dez.	2,03564	0,14690	83,18838	0,27282	0,26232	0,14690	0,24134	0,25183	1,67888	0,29380	0,00000
Jan. 97	2,28302	0,13430	80,88692	0,26859	0,26859	0,13430	0,27892	0,26859	2,03509	0,27892	0,36156
Fev.	2,69514	0,12344	77,42855	0,25717	0,30860	0,13373	0,30860	0,27774	2,32481	0,29832	0,34975
Mar.	2,70478	0,12202	85,04814	0,26438	0,29488	0,14236	0,38640	0,26438	2,34889	0,31522	0,32539
Abr.	2,67887	0,12131	82,80229	0,27294	0,41447	0,15163	0,51556	0,26283	2,79007	0,29316	0,00000
Maio	2,41884	0,13102	81,08165	0,27212	0,38298	0,17133	0,63495	0,25196	2,79175	0,29228	0,00000
Jun.	2,13186	0,12010	75,02529	0,26023	0,34030	0,17015	0,73064	0,24021	2,88251	0,31027	0,57050
Jul.	2,09000	0,12000	73,76000	0,25000	0,27000	0,16000	0,68000	0,24000	2,99000	0,33000	0,57000

Uma safra melhor do que a esperada inibe a recuperação dos preços do cereal.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de julho de 1997/unidade)

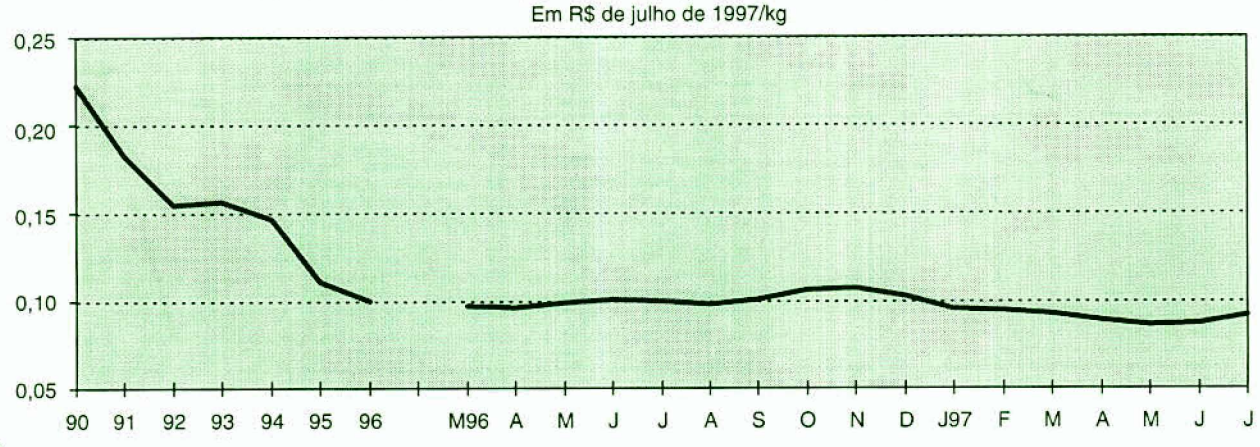
Anos/ Produtos	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/ galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	185,63848	37,82095	910,73266	558,82534	22,60813	1,63730	0,38337	33,82556	1,01588	3,80273	347,67565
1991	164,43399	34,85913	734,37311	459,16525	21,62876	1,39868	0,35991	19,97075	0,88737	4,45547	300,56087
1992	149,86115	33,26193	628,51433	391,95458	18,73791	1,22729	0,33813	31,62682	0,86378	2,87384	279,86908
1993	161,53087	35,25276	670,82453	417,29735	20,93933	1,23864	0,35018	26,27738	0,96623	2,98649	293,41651
1994	186,23913	34,21903	839,43018	510,18430	19,26529	1,17922	0,31439	31,16660	0,90453	3,46860	328,16697
1995	164,74056	27,83083	924,69839	518,02651	17,45854	0,96101	0,32723	38,60656	0,73348	5,88765	289,63621
1996	126,31230	23,70018	753,18466	406,29583	14,16010	0,89901	0,28916	28,80403	0,80857	5,80122	235,41734
Mar. 96	131,37762	23,52766	780,01767	421,37718	14,16347	0,88173	0,27903	30,20201	0,78128	5,82611	240,63389
Abr.	128,76194	23,34274	765,11215	407,00167	13,84382	0,87563	0,28818	30,32561	0,82021	5,91882	239,34624
Maio	125,05015	22,62937	736,18481	395,67604	13,40757	0,89384	0,28341	28,18861	0,82844	5,73365	232,21264
Jun.	124,20758	22,26992	728,28456	392,84657	13,63333	0,90458	0,29076	29,14043	0,88304	5,64286	229,72048
Jul.	122,83313	23,16903	729,87229	396,90940	13,94403	0,89480	0,28762	27,78153	0,90546	5,72035	231,63701
Ago.	123,87146	24,20122	740,83209	397,45601	14,20969	0,88411	0,29825	28,07853	0,90542	5,83727	233,66106
Set.	122,67040	24,34046	739,33090	398,78783	14,21279	0,90426	0,29787	27,67025	0,86170	6,01065	231,28758
Out.	123,31610	24,98804	733,94153	393,83238	14,43659	0,93413	0,29722	27,81167	0,80675	5,85956	233,19344
Nov.	121,89607	24,51470	744,63932	393,85470	15,03060	0,94206	0,28579	27,70076	0,69861	5,62060	231,75707
Dez.	121,92847	24,00795	734,40394	388,66012	15,63455	0,91289	0,27282	29,09704	0,74500	5,44586	231,10797
Jan. 97	118,74778	23,38799	705,56531	377,64789	15,54723	0,86775	0,25826	30,16472	0,73346	4,99991	225,44000
Fev.	119,47060	23,47442	702,49414	377,69951	15,96507	0,86409	0,25717	29,45104	0,78179	5,03023	227,45088
Mar.	122,08130	23,38722	690,23827	370,35191	16,96082	0,85414	0,25421	29,38655	0,83381	5,03334	225,26979
Abr.	123,53120	23,70545	706,28102	375,92100	17,35704	0,82893	0,26283	28,85090	0,82893	4,97360	227,32975
Maio	124,79217	23,59380	698,69301	372,53213	16,95206	0,81636	0,26204	28,98581	0,81636	4,95863	228,73188
Jun.	121,70592	23,48044	699,69895	376,35755	16,21411	0,82071	0,26023	29,99611	0,83072	5,01436	227,61810
Jul.	121,24000	24,35000	701,60000	376,86000	15,90000	0,85000	0,26000	30,19000	0,83000	4,85000	226,92000

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

A recente queda nos preços do milho alivia a situação dos avicultores.

Brasil — frango/galinha para corte — preços recebidos pelos produtores

Em R$ de julho de 1997/kg



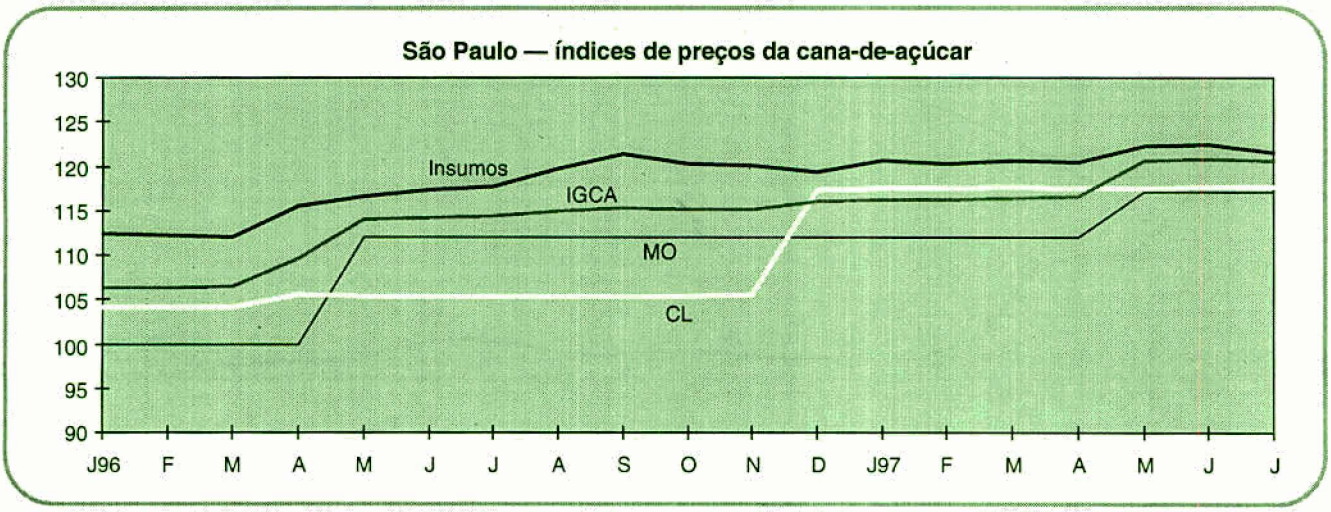
MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

São Paulo — índices de preços da cana-de-açúcar (base: junho de 1995 = 100)

Mês/ano	Índice geral da cana-de-açúcar (IGCA)	Mão-de-obra (MO)	Máquinas, veículos e equipamentos (MVE)	Reparos (R)	Combustíveis e lubrificantes (CL)	Insumos (I)	Terra — arrendamento (TA)	Outras despesas (OD)
Jul. 1995	101,908	100,000	100,605	101,642	100,026	102,749	106,050	101,780
Ago.	101,963	100,000	100,554	101,949	100,037	102,605	106,050	102,847
Set.	102,552	100,000	100,422	102,775	100,955	104,698	106,050	102,335
Out.	105,719	100,000	100,679	102,890	103,972	110,772	116,162	102,791
Nov.	105,643	100,000	100,652	103,403	104,067	109,817	116,162	103,526
Dez.	106,167	100,000	100,791	103,478	104,074	112,331	116,162	103,937
Jan. 1996	106,268	100,000	99,480	104,245	104,085	112,433	116,162	105,035
Fev.	106,372	100,000	100,185	104,979	104,089	112,184	116,162	105,262
Mar.	106,446	100,000	100,308	105,599	104,085	112,036	116,162	105,499
Abr.	109,594	100,000	100,380	105,066	105,596	115,462	131,748	105,972
Maio	114,009	112,009	100,389	105,340	105,483	116,645	131,748	107,071
Jun.	114,206	112,009	100,437	105,472	105,470	117,316	131,748	108,058
Jul.	114,399	112,009	100,897	105,862	105,465	117,689	131,748	108,868
Ago.	114,950	112,009	101,005	106,658	105,460	119,810	131,748	109,045
Set.	115,320	112,009	101,307	106,917	105,479	121,400	131,748	109,061
Out.	115,098	112,009	101,042	106,989	105,497	120,257	131,748	109,139
Nov.	115,181	112,009	101,085	107,494	105,511	120,174	131,748	109,631
Dez.	116,019	112,009	99,818	106,914	117,309	119,398	131,748	110,478
Média 1996	112,322	108,006	100,528	105,961	106,127	117,067	127,852	107,760
Jan. 1997	116,270	112,009	99,857	106,582	117,614	120,610	131,748	111,478
Fev.	116,326	112,009	99,999	107,126	117,611	120,293	131,748	112,140
Mar.	116,460	112,009	99,893	107,434	117,617	120,571	131,748	113,080
Abr.	116,667	112,009	100,954	108,304	117,614	120,531	131,748	113,575
Maio	120,687	117,140	103,824	108,736	117,614	122,350	143,373	114,095
Jun.	120,811	117,140	104,211	108,935	117,631	122,482	143,373	115,068
Jul.	120,676	117,140	104,208	109,194	117,652	121,596	143,373	115,116

Fonte: IBRE/FGV.

Seguindo a tendência geral, o índice geral da cana-de-açúcar apresentou pequena queda em julho.



EQUIPE CONTRATO FGV/IBRE/AIAA

Medidas para a próxima safra

Em julho e início de agosto, o governo definiu várias medidas que deverão ter impacto, direto ou indireto, sobre as decisões dos agricultores relativamente à próxima safra. Algumas outras medidas são de caráter mais geral, destacando-se a Lei nº 9.479, que reinstitui a subvenção à borracha vegetal, atendendo tanto a interesses ambientais quanto à necessidade de reduzir importações. Finalmente, a Resolução nº 2.416 consolida e reescalona as dívidas dos cafeicultores.

O endividamento dos cafeicultores foi a conseqüência de um longo período de preços deprimidos e adversidades climáticas que ensejou sucessivas prorrogações dos débitos dos produtores para com o Funcafé, impedindo o acesso dos mutuários a novas linhas de crédito. Para sair do impasse, o Conselho Deliberativo da Política do Café sugeriu ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo que solicitasse à Fundação Getulio Vargas a elaboração de um diagnóstico da situação da cafeicultura e uma proposta para seu equacionamento. Desse estudo saíram as linhas gerais da Resolução nº 2.416 e a proposta da constituição de um grupo de trabalho, composto por representantes dos ministérios da Indústria, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e do Abastecimento, das Relações Exteriores e dos Bancos Central e do Brasil, para reavaliar o modelo de atuação governamental em favor da competitividade do café brasileiro tanto no mercado interno quanto no externo.

Finalmente apresenta-se o Decreto de 21 de agosto de 1997, que cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima), órgão que passa a substituir a Cinal e visa a adequar a participação dos produtos da cana-de-açúcar na matriz energética nacional. Trata-se na prática de reformular o Proálcool, de modo a garantir os benefícios ambientais do uso do combustível alternativo, sobretudo em misturas com derivados de petróleo. O Conselho deverá preparar o anteprojeto de lei que instituirá o imposto verde que, segundo se espera, deverá evitar os malefícios dos subsídios anteriormente vigentes sem, contudo, elevar os preços dos combustíveis para o consumidor final.

A seguir, o elenco de medidas e a íntegra das mais destacadas.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Portaria nº 144, de 2-7-1997, do Ministério da Fazenda: Atribui à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda funções decorrentes da extinção da Sunab. (*DOU* de 4-7-1997)

Portaria nº 82, de 9-7-1997, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo: Acresce às empresas constantes do anexo os volumes indicados de excedentes de açúcar em suplemento à Portaria nº 46, de 29-4-1997. (*DOU* de 11-7-1997)

Portaria nº 83, de 10-7-1997, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo: Torna elegível para o Sistema de Equalização e para a modalidade Financiamento previstos no Programa de Financiamento às Exportações (Proex), o óleo de soja. (*DOU* de 11-7-1997)

Circular nº 2.767, de 11-7-1997, do Banco Central do Brasil: Promove alterações no Regulamento de Câmbio de Exportação instituído pela Circular nº 2.231, de 25-9-1992, reduzindo para 0% a alíquota do Imposto de Exportação sobre exportações de açúcar bruto, idem refinado, mel rico invertido etc. (*DOU* de 14-7-1997)

Portaria nº 290, de 16-7-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Proíbe, em todo o território nacional, o uso de qualquer fonte de proteína de ruminantes na alimentação dos mesmos. A proibição não se aplica às proteínas lácteas e às de farinhas de ossos. Proíbe importação dos artigos vedados. (*DOU* de 17-7-1997)

Portaria nº 291, de 23-7-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Aprova e divulga em anexo normas sobre exigências, critérios e procedimentos a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (Canecc). (*DOU* de 30-7-1997)

Resolução nº 2.409, de 31-7-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (*DOU* de 1-8-1997)

Art. 1º Admitir como beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pessoas físicas que atendam simultaneamente aos seguintes quesitos nas atividades a seguir tipificadas, comprovados mediante declaração de aptidão fornecida por agente credenciado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento:

I — pesca de captura — pescadores que:

a) se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

b) formalizem contrato de garantia de compra do pescado com cooperativas, colônias de pescadores ou empresas que beneficiem o produto;

c) mantenham no máximo 2 (dois) empregados permanentes, sendo ainda admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

II — aqüicultura — produtores que:

a) se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida;

b) explorem área não superior a 2 (dois) hectares de quando a exploração se efetivar em tanque-rede;

c) mantenham no máximo 2 (dois) empregados permanentes, sendo ainda admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

III — extrativismo — seringueiros que:

a) se dediquem à exploração extrativista de seringueira na região amazônica;

b) mantenham no máximo 2 (dois) empregados permanentes, sendo ainda admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

Art. 2º O crédito de investimento ao amparo do Pronaf fica restrito:

I — a itens diretamente relacionados com a atividade produtiva e destinados a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor;

II — a beneficiários com renda familiar bruta anual prevista de até R$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), no mínimo, 80% (oitenta por cento) de exploração agropecuária ou extrativa.

Parágrafo único. Admite-se, para efeitos do disposto no inciso II deste artigo, rebate de 50% (cinqüenta por cento) na renda familiar bruta anual, quando oriunda da avicultura, olericultura, piscicultura, sericicultura e suinocultura.

Art. 3º O crédito de investimento ao amparo do Pronaf destinado à aquisição de matrizes bovinas, sem prejuízo da observância do disposto no artigo anterior, fica restrito:

I — a projetos conduzidos por associações de produtores ou integrados a cooperativas ou agroindústrias;

II — ao montante de R$5.000,00 (cinco mil reais) nos demais casos.

Art. 4º Fica vedada a concessão de crédito ao amparo:

I — do Pronaf para aquisição de animais destinados à pecuária de corte;

II — de recursos controlados do crédito rural a beneficiário do crédito "em ser" ao abrigo do Pronaf, exceto quando sob a égide desse Programa.

Art. 5º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas necessárias à implementação do disposto nesta Resolução, inclusive a atualizar o Manual de Crédito Rural (MCR), promovendo as adequações necessárias.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.410, de 31-7-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre financiamentos rurais de custeio sob a modalidade de crédito rotativo, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (*DOU* de 1-8-1997)

Art. 1º Os financiamentos rurais de custeio sob a modalidade de crédito rotativo, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sujeitam-se à regulamentação específica do Programa observadas as seguintes condições especiais:

I — finalidades: custeio agrícola e pecuário, em função de orçamento simplificado abrangendo as atividades desenvolvidas pelo produtor, admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas conceituadas como de investimento e de manutenção do beneficiário e sua família, na forma do MCR 3-2-5;

II — encargos: incidem sobre o saldo devedor diário de conta vinculada à operação e sujeitam-se a alterações periódicas segundo decisões do Conselho Monetário Nacional (CMN);

III — prazo: máximo de 2 (dois) anos, em harmonia com os ciclos das atividades assistidas, podendo ser renovado;

IV — desembolso ou utilização: livre movimentação do crédito pelo beneficiário, admitindo-se utilização em parcela única e reutilizações;

V — amortizações na vigência da operação: parciais ou total, a critério do beneficiário, mediante depósito.

Art. 2º O crédito rotativo será considerado genericamente como de custeio agrícola ou pecuário, segundo a predominância da destinação dos recursos prevista no orçamento.

Art. 3º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas necessárias à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o art. 4º da Resolução nº 2.164, de 19-6-1995.

Carta-Circular nº 2.750, de 18-7-1987, do Banco Central do Brasil: Divulga relação de municípios do estado de Santa Catarina para os efeitos de zoneamento agrícola de feijão, milho e soja de que trata a Resolução nº 2.403, de 25-6-1997. (*DOU* de 1-8-1997)

Portaria nº 184, de 31-7-1997, do Ministério da Fazenda: Sobre pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios mensais dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil com recursos referentes à parcela 1/3 do compulsório da Poupança Ouro. (*DOU* de 1-8-1997)

Portaria nº 297, de 6-8-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Estabelece procedimentos para o repasse de recursos consignados no orçamento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no âmbito do Pronaf, rela-

tivos à linha de ação "Financiamento de Infra-estrutura e Serviços a Municípios". (*DOU* de 7-8-1997)

Carta-Circular nº 2.755, de 4-8-1997, do Banco Central do Brasil: Divulga relação de municípios dos estados de GO, MT, MS, MG, PR, RS e TO para os efeitos de zoneamento agrícola de milho e soja de que trata a Resolução nº 2.403, de 25-6-1997. (*DOU* de 6-8-1997)

Portaria nº 80, de 6-8-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento/Secretaria do Desenvolvimento Econômico: Autoriza o uso emergência de brometo de metila a 100% para o tratamento quarentenário de frutas frescas, conforme o estabelecido na Portaria Ministerial nº 124, de 10-4-1997. (*DOU* de 8-8-1997)

Lei nº 9.479, de 12-8-1997: Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural. (*DOU* de 13-8-1997)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores nacionais de borracha natural, com o objetivo de incentivar a comercialização da produção nacional.

§1º A subvenção corresponderá à diferença entre os preços de referência das borrachas nacionais e os dos produtos congêneres no mercado internacional, acrescidos das despesas de nacionalização.

§2º Os preços de referência das borrachas nacionais, para efeito de cálculo da subvenção econômica, serão aqueles fixados pelo Poder Executivo e em vigor na data da publicação desta Lei, podendo ser revistos periodicamente.

§3º Os preços dos produtos congêneres no mercado internacional serão apurados e divulgados periodicamente pelo Poder Executivo, com base nas cotações das principais bolsas de mercadorias internacionais.

Art. 2º A subvenção econômica de que trata o artigo anterior:

I — terá a duração de oito anos;

II — será de até R$0,90 (noventa centavos de real) por quilograma de borracha do tipo Granulado Escuro Brasileiro nº 1 (GEB-1), sendo que, para os demais tipos de borracha, este teto sofrerá os ágios e deságios correspondentes;

III — sofrerá rebates, respectivamente, de vinte por cento, quarenta por cento, sessenta por cento e oitenta por cento, a partir do final do quarto, do quinto, do sexto e do sétimo anos de vigência desta Lei, sobre o teto de que trata o inciso anterior.

Parágrafo único. Os rebates referidos no inciso III deste artigo só poderão ser aplicados à subvenção incidente sobre a borracha oriunda de seringais nativos da região amazônica, na medida em que forem implantados pelo Poder Executivo os programas de que trata o art. 7º.

Art. 3º A subvenção econômica prevista nesta Lei poderá ser paga aos produtores nacionais de borracha natural, por intermédio dos compradores de borracha natural, garantida a compensação do referido pagamento da subvenção com créditos de impostos federais de responsabilidade dos compradores, na forma estabelecida pela regulamentação.

Art. 4º O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para pagamento e controle da subvenção de que trata esta Lei, no prazo de sessenta dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Fica atribuída ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a competência para formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional de fomento à heveicultura.

Parágrafo único. Permanecem no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) as demais atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

Art. 6º O Poder Executivo fica autorizado a doar, ou ceder em regime de comodato, a entidades civis sem fins lucrativos, representativas de produtores de borracha natural bruta, usinas de beneficiamento de borracha integrantes do patrimônio da União.

Art. 7º O Poder Executivo deverá, no prazo de sessenta dias, contados a partir da entrada em vigor desta Lei, adotar medidas destinadas a promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia, por meio de mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da floresta amazônica e de programas de promoção social.

Parágrafo único. O Poder Executivo garantirá os recursos financeiros necessários à implantação de programas para o adensamento dos seringais nativos, aprimoramento das técnicas de extração e preparo do látex, visando à melhoria da qualidade da borracha, e diversificação das atividades econômicas na região amazônica.

Art. 8º O Poder Executivo deverá incluir na proposta anual do Orçamento Fiscal da União, durante o prazo de duração da subvenção econômica prevista nesta Lei, a dotação correspondente à estimativa do montante total da subvenção econômica a ser concedida aos produtores nacionais de borracha natural.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as Leis nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, e nº 5.459, de 21 de junho de 1968, e o Decreto-lei nº 164, de 13 de fevereiro de 1967, a partir da vigência desta Lei.

Resolução nº 2.413, de 11-8-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a concessão de prazo para operações de crédito rural e para renegociação de valor excedente a R$200.000,00, de que trata o art. 1º, inciso IX, da Resolução nº 2.238, de 31-1-1996. (*DOU* de 13-8-1997)

Art. 1º Alterar, de 2-1-1997 para 30-9-1997, o prazo estabelecido nos arts. 19 e 29 da Resolução nº 2.322, de 15-10-1996.

Parágrafo único. A autorização de que trata o art. 19 da mencionada Resolução passa a contemplar operações de

crédito rural contratadas até 20-6-1995 e vencidas ou vincendas até setembro de 1997.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 2.364, de 28-2-1997.

Resolução nº 2.414, de 11-8-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a concessão de prazo para operações destinadas ao financiamento de integralização de cotas-parte de cooperativas de que tratam as Resoluções nº 2.185, de 27-7-1995, e nº 2.270, de 12-4-1996. (*DOU* de 13-8-1997)

Art. 1º Autorizar a concessão de prazo até 30-9-1997, para o pagamento de parcelas vencidas ou vincendas de operações destinadas ao financiamento de integralização de cotas-partes de cooperativas, contratadas com base nas Resoluções nº 2.185, de 26-7-1995, e nº 2.270, de 12-4-1996.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.415, de 11-8-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe acerca da liberação de encaixe obrigatório sobre recursos captados em caderneta de poupança rural para aplicação em financiamentos rurais. (*DOU* de 13-8-1997)

Art. 1º Admitir que até 1/3 (um terço) do encaixe obrigatório mantido no Banco Central do Brasil, previsto no art. 1º, inciso I, da Resolução nº 1.898, de 29-1-1992, seja atendido com base em saldo de aplicações em crédito rural formalizadas:

I — ao amparo da Circular nº 2.515, de 8-12-1994, e do art. 1º, item II, da Resolução nº 2.323, de 29-10-1996;

II — a partir da data de publicação desta Resolução, destinadas a custeio agrícola da safra de verão 1997/98, sob as condições gerais aplicáveis às operações da espécie com recursos controlados, em especial a taxa efetiva de juros de 9,5% a.a. (nove inteiros e cinco décimos por cento ao ano).

Parágrafo único. O saldo das aplicações deve ser informado na transação "PPED500", do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), no último dia do período de cálculo.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e efetuar os ajustes necessários à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas a Resolução nº 2.323, de 29-10-1996 e a Circular nº 2.515. de 8-12-1994.

Carta-Circular nº 2.757, de 12-8-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre o fornecimento de dados no âmbito do zoneamento agrícola, de conformidade com o disposto nos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 2.403, de 25-6-1997. (*DOU* de 14-8-1997)

Carta-Circular nº 2.758, de 13-8-1997, do Banco Central do Brasil: divulga relação de municípios dos estados de GO, MT, PR, RS e SP para os efeitos de zoneamento agrícola das lavouras de algodão, feijão e milho de que trata a Resolução nº 2.403, de 25-6-1997. (*DOU* de 15-8-1997)

Resolução nº 2.416, de 14-8-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a consolidação e o reescalonamento de dívidas de crédito rural contratado ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). (*DOU* de 13-8-1997)

Art. 1º Autorizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas vencidas e vincendas de financiamentos rurais contratados ao amparo dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), nas seguintes condições especiais:

I — beneficiários: cafeicultores e suas cooperativas de produção, excluídos os que tenham praticado desvio de crédito;

II — abrangência: operações com recursos do Funcafé, excetuando-se aquelas objeto de:

a) alongamento de dívidas com base na Lei nº 9.138, de 29-11-1995, e na Resolução nº 2.238 de 31-1-1996;

b) compromissos decorrentes de contratos referentes ao Programa de Retenção de Café, instituído pela Portaria nº 067, de 1-10-1993, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (Mict);

c) financiamentos destinados à pré-comercialização de café, nas condições da Resolução nº 2.307, de 13-8-1996;

d) financiamentos destinados a despesas de colheita de café, nas condições da Resolução nº 2.382, de 19-5-1997.

III — saldo devedor: apurado com base nos encargos financeiros previstos originariamente para situação de normalidade até a data-base de 28-5-1997;

IV — encargos financeiros: a partir da data-base, taxa efetiva anual de juros correspondente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida da taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), com capitalização mensal;

V — prazos:

a) da formalização: até 30-9-1997;

b) do vencimento da primeira parcela: outubro/98, novembro/98 ou janeiro/99, conforme o caso, observadas as condições da alínea seguinte:

c) do vencimento anual das parcelas: até 45 (quarenta e cinco) dias após a data prevista para conclusão da colheita na região, não podendo ultrapassar as datas a seguir indicadas:

1. 15 de outubro de cada ano, nas regiões com lavouras de maturação normal;

2. 15 de novembro de cada ano, nas regiões com lavouras de maturação tardia;

3. 15 de janeiro de cada ano subseqüente ao da colheita, nas regiões de microclimas específicos do Nordeste;

d) do vencimento final: até o mês de janeiro de 2005, incluído o prazo de carência de até 18 (dezoito) meses, observado o disposto na alínea anterior;

VI — amortizações: em moeda corrente, em 7 (sete) parcelas:

VII — valor da amortização:

a) primeira parcela: 10% (dez por cento) do saldo devedor;

b) demais parcelas: o valor restante dividido em 6 (seis) parcelas anuais;

VIII — garantia: de livre convenção entre as partes, cabendo ao agente financeiro o risco da operação;

IX — agente financeiro: Banco do Brasil S.A.

Art. 2º A critério do beneficiário, o valor total da operação pode ser objeto de apólice de seguro de vida, em favor do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (Mict).

Parágrafo único. O valor do prêmio do seguro de vida se for o caso, pode ser acrescido ao montante da dívida apurado na data-base de 28-5-1997, para fins de renegociação.

Art. 3º Ficam a Secretaria de Produtos de Base, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, e a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, autorizadas a transmitir ao agente financeiro as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto de 21 de agosto de 1997: Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima), e dá outras providências. (*DOU* de 22-8-1997)

Art. 1º Fica criado o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima), com o objetivo de deliberar sobre as políticas relacionadas com as atividades do setor sucroalcooleiro, considerando, entre outros, os seguintes aspectos:

I — adequada participação dos produtos da cana-de-açúcar na Matriz Energética Nacional;

II — impactos ambientais e sociais;

III — mecanismos econômicos necessários à auto-sustentação setorial;

IV — desenvolvimento científico e tecnológico.

Art. 2º Integram o Cima:

I — o ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, que o presidirá;

II — o ministro de Estado da Fazenda;

III — o ministro de Estado do Planejamento e Orçamento;

IV — o ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

V — o ministro de Estado de Minas e Energia;

VI — o ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

VII — o ministro de Estado das Relações Exteriores;

VIII — o ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;

IX — o ministro de Estado chefe da Casa Civil da Presidência da República;

X — o secretário de assuntos estratégicos da Presidência da República.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões do Cima representantes de outros órgãos do governo.

Art. 3º O Cima disporá de um Comitê Executivo, integrado pelos secretários-executivos dos ministérios que o compõem e por um representante da Casa Civil e um da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Cima será exercida pelo secretário-executivo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Art. 4º Compete ao secretário-executivo do Cima:

I — preparar as reuniões do Conselho;

II — coordenar e acompanhar a execução das deliberações e diretrizes fixadas pelo Conselho;

III — cumprir as atribuições que lhe forem conferidas por delegação do Conselho;

IV — coordenar os trabalhos do Comitê Consultivo para a Política Sucroalcooleira, de que trata o art. 6º deste Decreto.

Art. 5º Por decisão do Comitê Executivo do Cima, poderão ser convidados representantes de entidades, que não aquelas referidas no §1º do art. 6º, especialistas, acadêmicos e outros membros da sociedade civil, para discussões específicas relacionadas com a política para o setor sucroalcooleiro.

Art. 6º Fica criado o Comitê Consultivo para a Política Sucroalcooleira, com o objetivo de assessorar e propor ao Cima medidas visando ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro.

§1º O Comitê Consultivo para a Política Sucroalcooleira será composto por seis representantes dos produtores de açúcar e de álcool, por quatro representantes dos plantadores de cana e por um representante de entidade de classe dos trabalhadores na agricultura.

§2º Os representantes e seus suplentes serão indicados pelas respectivas entidades representativas dos setores e designados pelo ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

§3º As atividades exercidas pelos membros do Comitê Consultivo não serão remuneradas pelo poder público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados o Decreto de 27 de outubro de 1993, que constitui, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, a Comissão Interministerial do Álcool (Cinal), e o Decreto de 12 de setembro de 1995, que transfere para o âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo a Comissão Interministerial do Álcool.

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 22 de agosto e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de setembro de 1997.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Agosto 1996	Julho 1997	1 a 19 agosto 1997	13 a 19 agosto 1997	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J		
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,70	11,31	11,63	11,75			11,63					11,84		11,80		11,70	→	Há grande oferta mundial, mas as chuvas que afetam a China e a pouca umidade do solo no Norte da Índia poderão levar à perda de produção.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	73,31	74,66	74,47	74,03			74,47		74,47			75,79		76,43		76,76	→	Tendência a estabilidade diante do quadro mundial de oferta e demanda normais.
Cacau Bahia US$/tonelada	1.355,00	1.554,00	1.499,00	1.520,00		1.499,00			1.533,00			1.565,00		1.585,00		1.605,00	↗	Mercado em alta, beneficiado pela escassez estrutural e pelas previsões climáticas ruins decorrentes do fenômeno El Niño, que pode provocar seca na África.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	120,78	171,64	190,58	180,10		190,58			168,05			150,23		144,32		139,71	→	Os estoques nos países consumidores permanecem em recuperação. Aumento sazonal da demanda com a proximidade do inverno no Hemisfério Norte. O Brasil é o único supridor de quantidades maiores até o final do ano, quando as safras da Colômbia e países da América Central chegam ao mercado.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Agosto 1996	Julho 1997	1 a 19 Agosto 1997	13 a 19 agosto 1997	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J		
Milho two yellow US¢/ bushel	364,36	244,81	259,55	262,15		259,55			262,50			270,71		275,36		278,04	↗	A onda de calor que vem atingindo as regiões produtoras de milho nos EUA levou o USDA a prever, em meados de agosto, que a colheita venha a ser de apenas 234 milhões de toneladas.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	787,10	738,56	760,71	771,80	760,71	661,04		624,98		628,88		638,14		644,18		651,39	↘	A não ser que o fenômeno El Niño provoque atrasos sérios, as safras dos EUA e, a seguir, da América do Sul, levarão a grande oferta.
Soja-farelo US$/ tonelada	251,06	243,45	258,21	262,74	258,21	230,23	212,24		205,57	202,71		199,67					↘	Conta-se com recomposição rápida dos estoques do grão e a oferta de farelo ampliou-se.
Suco de laranja US¢/lb-peso	117,21	75,04	74,38	68,77		74,38		76,59		79,35		82,22		84,88		87,54	↘	O mercado permanece sob o impacto da previsão de uma firma de consultoria norte-americana de que a safra 1997/98 da Flórida deverá chegar ao recorde de 253 milhões de caixas.
Trigo soft red U$¢/ bushel	454,66	341,01	359,93	358,15		359,93			375,14			386,07		387,63		381,95	↗	El Niño prenuncia dificuldades nas safras de importantes produtores mundiais.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 22 de agosto e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de setembro de 1997. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para julho de 1997.
Os preços de agosto de 1997 são nominais.

Produtos / Preços	Agosto 1996	Julho 1997	1 a 19 Agosto 1997	13 a 19 Agosto 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	27,75	30,24	28,53	28,35	↗	Há uma acentuada pressão altista decorrente da escassez de oferta de algodão brasileiro, quebra de safra em alguns países fornecedores como Argentina e Paraguai e desabastecimento da indústria têxtil. Medidas restritivas às importações agravam o quadro.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	36,22	29,17	29,03	29,62	↗	Mercado aquecido pela escassez de produto neste início de entressafra. O mercado é comprador e começam a se intensificar as aquisições no Mercosul.
Boi gordo R$/arroba	25,56	26,73	27,11	26,50	→	O consumo está estagnado ante um aumento de oferta de gado confinado e animais de pasto. Muitos confinadores que retiveram seus animais aguardando preços melhores na entressafra estão *desovando* agora essas reservas no mercado.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	125,19	199,22	222,66	220,18	→	Detentores brasileiros de estoques ofertando pequenas quantidades, em razão da escassez nas demais origens. Esta situação permanecerá até o final do ano, quando chegam ao mercado as safras da Colômbia e da América Central. Estoques em mãos de países consumidores em recuperação.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos \ Preços	Agosto 1996	Julho 1997	1 a 19 agosto 1997	13 a 19 agosto 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	49,00	31,36	28,57	30,50	→	Os preços estão muito mais baixos neste período que no do ano anterior, em função da situação bastante confortável da oferta. O consumo discretamente aquecido inibe maiores quedas nos preços.
Frango vivo R$/kg	0,73	0,69	0,70	0,70	→	Até junho a produção brasileira de frangos de corte avançou 7% ante a do primeiro semestre de 1996, evidenciando uma demanda firme, já que os preços permanecem semelhantes aos de um ano atrás.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	10,22	8,11	8,01	7,95	→	Com a colheita e a comercialização da safrinha, o mercado encontra-se calmo, apesar da demanda firme por conta da avicultura de corte.
Soja-grão industrial R$/60kg	15,74	16,27	18,34	18,55	↗	A situação dos estoques internos é muito apertada, levando a maiores importações e à interrupção do trabalho precocemente em algumas indústrias.

Organização:
ELIANA CONDE BARROSO LEITE

Relatório de agosto do USDA

O relatório Wasde (World Agriculture Supply and Demand Estimates) de agosto, divulgado no dia 12, manteve as expectativas quanto ao desempenho dos mercados das principais commodities, atualmente sob a preocupação dos desdobramentos da nova manifestação de El Niño.

De acordo com as estatísticas do USDA, os estoques finais que se projetam para o trigo dos EUA, em 1997/98, são 45 milhões de *bushels* maiores do que os calculados no mês anterior. Serão os maiores desde 1990/91; a previsão dos preços caiu cinco centavos, ficando na faixa de US$3,05 a US$3,65 por *bushel*. Também aumentaram os dados de oferta global, consumo e estoques finais internacionais. A safra da China está sendo estimada em 10 milhões de toneladas acima daquela do ano passado. Os números previstos para Rússia, Ucrânia e Casaquistão também são maiores do que o apresentado em julho (mais 5 milhões de toneladas). Por outro lado, as condições climáticas afetaram negativamente as safras de Austrália, Canadá e Argentina (ver comentário sobre El Niño). Desse modo, as exportações dos EUA foram projetadas a maior, simplesmente em razão da menor competição no mercado mundial, sendo a maior parte do aumento nos estoques totais proveniente da situação na China, nos EUA, na Rússia e na Ucrânia. Nos principais exportadores, contudo, os estoques finais estão, de fato, 4 milhões de toneladas menores do que no mês anterior.

No caso dos grãos forrageiros, a primeira previsão baseada em pesquisa da safra norte-americana de milho dá conta de uma produção de 9,276 bilhões de *bushels*, pouco abaixo da verificada no ano passado. O consumo para rações diminuiu e os estoques iniciais aumentaram, mas os preços projetados aumentaram 20 centavos de dólar, para a faixa entre US$2,50 e US$2,90 por *bushel*. A produção, consumo e estoques globais caíram, a partir do que se divulgou em julho. Isso aconteceu principalmente devido a menores números nos EUA e na China, cuja safra foi reduzida em 12 milhões de toneladas, devido às condições climáticas quentes e secas. O mesmo problema aconteceu no Canadá e na Austrália, mas na Rússia e na Ucrânia as perspectivas são favoráveis. A maior parte da redução nos estoques finais globais deve-se aos casos dos EUA e da China.

O arroz também teve sua primeira previsão a partir de pesquisa, aumentando sua safra, de 5,75 milhões de toneladas para 5,95 milhões. Em termos mundiais, produção, consumo, exportações e estoques finais estão sendo projetados um pouco menores. A diminuição da safra da Tailândia responde pela maior parte do ajuste feito no balanço de oferta e demanda mundiais. Tal alteração deveu-se, igualmente, à secura do clima, particularmente na região central daquele país, o que resultará em menor colheita na estação seca.

Em termos de oleaginosas, a produção dos EUA está estimada em 84,6 milhões de toneladas, constituindo um novo recorde. É uma alta respeitável, de 13% — ou mais 10 milhões de toneladas — sobre o que se produziu no ano passado. As maiores produções de soja e de amendoim respondem pelo sucesso, enquanto a de algodão, este mês, foi calculada um pouco menor. A safra de soja passou da avaliação de 73,21 milhões de toneladas de julho para 74,69 milhões em agosto. O rendimento físico médio, de 39,3 *bushels* por acre, é o mais alto desde 1994/95, quando se obtiveram 41,4 *bushel* por acre. Tanto o esmagamento quanto as exportações dos EUA foram robustecidos, este mês, diante da expectativa de maior demanda de importações de grão e farelo de soja pelos chineses. Também o México deverá ampliar suas compras em 1996/97 e 1997/98, devido à entrada em funcionamento de novas unidades de esmagamento. Os preços médios para a estação permaneceram na faixa de US$5,40 a US$6,60 por *bushel*, comparativamente a US$7,38/*bushel* em 1996/97. Os preços do farelo estão projetados oscilando entre US$185 e US$215 por tonelada curta, e os do óleo aumentaram para o intervalo de 21,8 centavos a 24,8 centavos por libra-peso, comparativamente a 22,6 centavos, em 1996/97.

A produção global de oleaginosas está projetada no recorde de 275 milhões de toneladas, um pouco abaixo do que se calculou em julho, mas ainda assim 17 milhões de toneladas maior do que se produziu um ano antes. As reduções ocorridas nas safras de amendoim e de soja da China foram compensadas largamente pelos ganhos obtidos nos EUA. O clima seco nas planícies do Norte da China afetou as lavouras de amendoim, enquanto o rendimento físico da soja será determinado, principalmente, pelo que aconteceu, em termos climáticos, em agosto. A área plantada de soja na China foi menor, porque anteriormente se tinha suposto que haveria maior escolha desta oleaginosa no plantio, o que não aconteceu. Como a demanda de farelos proteínicos e óleos vegetais no país está aumentando, esperam-se maiores importações de soja em grão e derivados e, também, de óleo de palma.

Cereais — produção mundial e dos EUA

Safras 1995/96 e 1997/98 — em milhões de toneladas

Produto	Produção	Oferta total	Comércio	Consumo	Estoques finais
Mundo					
Cereais					
1995/96	1.708,56	2.012,11	236,60	1.761,85	250,26
1996/97 (est.)	1.866,58	2.116,84	231,13	1.831,50	285,35
1997/98 (proj.)	1.851.18	2.136,53	229,04	1.853,83	282,70
Trigo					
1995/96	537,93	656,67	110,09	551,95	104,72
1996/97 (est.)	582,96	687,68	113,92	578,57	109,11
1997/98 (proj.)	596,39	705,50	109,01	581,02	124,48
Grãos forrageiros					
1995/96	798,65	934,19	106,33	839,14	95,04
1996/97 (est.)	902,97	998,01	98,48	876,32	121,69
1997/98 (proj.)	875,52	997,21	100,84	892,36	104,85
Arroz					
1995/96	371,97	421,26	20,18	370,76	50,50
1996/97 (est.)	380,65	431,15	18,74	376,60	54,55
1997/98 (proj.)	379,27	433,82	19,18	380,46	53,37
EUA					
Cereais					
1995/96	274,47	339,52	99,47	214,56	25,49
1996/97 (est.)	335,28	366,49	81,37	243,65	41,47
1997/98 (proj.)	337,65	384,99	90,67	249,00	45,32
Trigo					
1995/96	59,40	75,04	33,78	31,02	10,23
1996/97 (est.)	62,10	74,85	27,25	35,50	12,09
1997/98 (proj.)	68,87	83,55	29,94	34,70	18,91
Grãos forrageiros					
1995/96	209,44	257,56	63,00	180,12	14,44
1996/97 (est.)	267,58	284,92	51,64	204,69	28,60
1997/98 (proj.)	262,84	294,40	58,05	210,73	25,62
Arroz					
1995/96	5,63	6,92	2,69	3,42	0,81
1996/97 (est.)	5,60	6,72	2,48	3,46	0,78
1997/98 (proj.)	5,95	7,04	2,68	3,58	0,78

Fonte: *World Agriculture Supply and Demand Estimates*. USDA, 12-8-1997.
Obs: O total dos cereais corresponde ao trigo, forrageiros e arroz descascado. Os forrageiros são milho, sorgo, cevada, aveia, centeio, milheto e misturas.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA
E-mail: ferfal@fgv.br

Política para a citricultura



ANTÔNIO AMBRÓSIO AMARO

A citricultura se constitui em lavoura permanente cuja instalação é cara e participa no desenvolvimento da economia brasileira, gerando divisas e empregos diretos e indiretos.

Trata-se, portanto, de atividade agroindustrial que não deve ficar à mercê de desequilíbrios provocados por produções desordenadas e desajustadas ao consumo. Deve-se entender, também, que, além de vantagens comparativas naturais de produção, a infra-estrutura institucional nos países produtores e importadores pode direcionar o comércio em favor de uma fonte supridora em relação a outra, alterando a competitividade.

Evidentemente as estruturas institucionais diferem entre as regiões de citricultura comercial, em função dos destinos da produção e características dos mercados (fruta fresca ou suco; exportação ou consumo interno).

Cabe, porém, destacar que não é fácil estabelecer e adotar uma política permanente para a citricultura que abranja os diversos aspectos da questão, tanto pelo lado da oferta quanto pelo da demanda. É ilusão pensar que os produtores continuarão a tratar bem de seus pomares se os preços caírem. Ao contrário, haverá menores investimentos em adubos, defensivos, máquinas, controle de erosão etc. com queda de produtividade por planta, o que não interessa a ninguém (produtor, colhedores, indústrias, comerciantes e consumidores). Em termos agregados, os diversos segmentos se desestruturam, reduzem sua eficiência operacional; aumentam os problemas de defesa fitossanitária; cai a qualidade das mudas; fecham-se viveiros e gera-se desemprego.

Dentre as formas para implementação institucional de programas coordenados para questões dessa natureza, poderiam ser lembradas algumas: controle governamental — o governo atua procurando controlar a oferta e as vendas; controle de oligopólio — poucos industriais e produtores impõem, através de acordos, as políticas a serem desenvolvidas; a lei antitruste é o amparo legal para evitar desequilíbrios; *marketing-boards* — através de uma agência única, o governo controla as atividades de vendas mas não possui estoques; *marketing-orders* — são elaboradas determinações legais para coordenar as atividades comerciais, porém nenhum órgão ou agência controla as vendas.

Em todos os casos, há uma clara divisão entre as atribuições e atividades a serem desenvolvidas pelo governo e pelas empresas privadas, que podem no entanto se inter-relacionar em maior ou menor grau. Podem ser citados alguns desses arranjos em países produtores de citros: a) nos Estados Unidos criou-se, na Flórida, desde 1935, a Florida Citrus Comission, com membros indicados pelo governador para atuar na fonte de *marketing-orders*; b) na Espanha, um comitê coordenador (Forppa), formado por produtores, exportadores e membros do governo, atua mais em atividades de promoção de forma semelhante a *marketing-orders*, com recursos de taxas de exportação; c) em Israel, desde 1942, o governo tem papel direto nas atividades locais e de exportação através do Citrus Marketing Board; d) na África do Sul, desde 1940, a Câmara de Frutas Cítricas, formada pelos segmentos do setor citrícola, define as políticas a serem implementadas pelo Citrus Marketing Board; e) no Marrocos existia até pouco tempo um monopólio do governo com completo controle das exportações por meio do Office de Comercialização e Exportação (OCE), sem ser um *marketing-board*, porque os setores interessados não participavam do processo de decisão.

No Brasil, e em particular em São Paulo, foram feitas algumas tentativas de criar ou estabelecer um fórum de negociações para permitir aos componentes do setor citrícola se reunirem para discutir os problemas da citricultura.

Dentre tais tentativas, pode-se lembrar: Comitê de Agroindústria e o de Citricultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; Comitê de Citros da Cacex; Comcitrus (Comitê), do Ministério da Agricultura, e mais recentemente, a Câmara Setorial de Citros do Governo do Estado de São Paulo, coordenada pela Secretaria de Relações do Trabalho. De 1935 a 1946, existiu na Secretaria da Agricultura o Serviço de Citricultura, que teve atuação destacada durante o período da II Guerra Mundial.

No entanto, por diversas razões que mereceriam ser mais bem analisadas, nenhuma delas prosperou ou se consolidou, cabendo indicar como principal óbice o imediatismo das soluções e a falta de clareza dos objetivos a serem perseguidos, entre os quais e quase tão-somente o interesse no preço da laranja, cuja colheita estava prestes a se efetivar.

No próprio voto do Cade pode-se observar, no tocante a um acordo entre indústria e produtores em câmara setorial, que "trata-se de expediente que contraria o princípio fundamental da concorrência, que é a independência dos agentes econômicos... Se a citricultura necessita de uma política econômica para o setor, certamente não há de ser no Cade que irá obtê-la... O que o Cade não pode fazer e, a meu ver, nenhum órgão do governo, é institucionalizar cartéis, qualquer que seja o nome ou a forma de promovê-los".

A recente iniciativa da Secretaria da Agricultura de São Paulo pode ser vista como oportuna e até desejável.

Deve-se todavia salientar que não se pode entendê-la como uma volta ao passado, para simplesmente discutir preços de laranja e uso de contrato-padrão. Trata-se, sim, de desenvolver mecanismos que, envolvendo toda a cadeia produtiva, visem ao aperfeiçoamento do mercado e da agroindústria citrícola, "sempre que preservados a autonomia dos agentes econômicos e o livre funcionamento do mercado" (a lei da oferta e da procura não foi revogada).

Seu sucesso estará muito mais dependente do encaminhamento de propostas abalizadas, bem fundamentadas. Como em todas as câmaras setoriais, a questão é saber se os servidores públicos estarão preparados para agir em conjunto com a iniciativa privada.

ANTÔNIO AMBRÓSIO AMARO é chefe da Coordenadoria Sócio-Econômica do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento.
E-mail: iea@eu.ansp.br

O UNIVERSO DA CARNE ESPERA POR VOCÊ.

TecnoCarne97

III FEIRA TÉCNICA DE PRODUTOS PARA A INDÚSTRIA DA CARNE

21 a 24 outubro 97
São Paulo - SP
Brasil

De: 21 a 24 de outubro de 1997
Local: Expo Center Norte - Pavilhão Verde
São Paulo - SP - Brasil

Apoio Oficial:

CTC/ITAL - CENTRO DE TECNOLOGIA DE CARNES DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
SINDICARNES - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
SINDIFRIO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO
IBF - INSTITUTO BRASILEIRO DO FRIO
ANAB - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ABATEDOUROS AVÍCOLAS
SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES FRESCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ABIAF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ARMAZENAGEM FRIGORIFICADA
ABIEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES INDUSTRIALIZADAS
ABIPOS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DERIVADOS DE SUÍNOS

Realização: Dipemar

Informações: Fone:(011) 575-8626 - Fax:(011) 570-2825



ASSINE BALDE BRANCO E SAIBA TUDO SOBRE LEITE

Há 32 anos a nossa especialidade é o leite. E não importa o tipo, nem a raça explorada. Nossa sintonia alcança hoje cerca de 80 mil leitores, que exigem uma informação qualificada, cosistente, em linguagem clara e acessível. Se o seu nível de interesse se estende do processo de produção na fazenda à colocação do produto no mercado, assine Balde Branco e junte-se também aos leitores mais bem informados sobre pecuária leiteira no país.

Preencha o cupom ao lado e remeta-nos.

A nota fiscal será enviada junto com o primeiro exemplar.

ASSINATURA - REVISTA BALDE BRANCO - 12 EDIÇÕES

Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo
Rua Gomes Cardim, 532 - CEP: 03050-900
Telefone: (011) 225-6294 - 225-6285

Desejo assinar a revista **Balde Branco** *pelo período de um ano.*

Nome .....

Endereço .....

Bairro ..... Telefone .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

CIC/CGC .....

RG/Insc. Est. .....

1- ( ) Anexo Cheque nº _____
do Banco _____ no valor de R$ _____
nominal à Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo

2- Anexo cópia do comprovante de depósito bancário:
Banco Bradesco - Agência 084-1 - c/c: 60.000-8
Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo

_____ _____
Data **Assinatura**

Assinatura anual: R$ 40,00